

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E TEOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*  
EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

## **ECUMENISMO E DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO**

JOÃO BOSCO DE SOUZA

GOIÂNIA

2011

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E TEOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*  
EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

## **ECUMENISMO E DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO**

JOÃO BOSCO DE SOUZA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências da Religião como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Valmor da Silva

GOIÂNIA

2011

S729e Souza, João Bosco de.

Ecumenismo e diálogo inter-religioso [manuscrito] /  
João Bosco de Souza. – 2011.

122 f.

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade  
Católica de Goiás, Departamento de Filosofia e Teologia,  
2011.

“Orientador: Prof. Dr. Valmor da Silva”.

1. Ecumenismo - batismo. 2. Cristianismo. 3.  
Diálogo inter-religioso. 4. Batismo - sacramento. 5.  
Religião. 6. Ecumenismo. I. Título.

CDU: 265.1:261.8(043.3)

291.1

DISSERTAÇÃO DO MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO DEFENDIDA  
EM 15 DE MARÇO DE 2011 E APROVADA COM A NOTA 8,5 PELA BANCA  
EXAMINADORA

1) Dr. Valmor da Silva / PUC Goiás (Presidente)



2) Dra. Carolina Teles Lemos / PUC Goiás (Membro)



3) Dr. José Roberto Bonome / UniEvangélica (Membro)



À minha amada Família,  
que ao me conferir grandes exigências,  
imensa riqueza me trouxe.

## Agradecimentos

Esta dissertação só foi possível graças à contribuição direta e indireta de inúmeras pessoas. Sou ciente de que nomear algumas é cair na inevitável injustiça de esquecer outras tantas. Assim sendo, inicio agradecendo e pedindo desculpas a todas essas aqui não citadas.

Meu muito obrigado:

A Deus, pelo dom da vida;

À minha família pela compreensão, apoio e carinho em toda a minha longa ausência nestes últimos três anos;

À Pontifícia Universidade Católica de Goiás e a todos os seus segmentos pela acolhida sempre prestativa;

Ao Professor Doutor Valmor da Silva, orientador desta pesquisa, pelo acompanhamento durante toda a sua elaboração;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da PUC Goiás, pelas profícuas discussões nas disciplinas e eventos realizados;

Aos Professores Doutores Joel Antonio Ferreira e Carolina Teles Lemos, pelas pertinentes observações, correções e indicações apresentadas durante a realização do exame de qualificação;

À minha filha Professora Doutora Ana Cláudia Ribeiro de Souza, que pela interlocução constante na construção dos originais deste trabalho, possibilitou a dialética necessária nesta trajetória acadêmica;

À direção da Escola Superior de Teologia (Arquidiocese de Brasília), pelo apoio e constante estímulo ao desenvolvimento desta pesquisa;

Aos meus alunos, em particular os da disciplina *Ecumenismo e Diálogo Inter-Religioso*, que nas discussões desenvolvidas muito contribuíram para as reflexões aqui apresentadas.

O objeto realmente misterioso é incompreensível e inconcebível não apenas porque o meu conhecimento relativo deste objeto tem limites determinados e inflexíveis, mas porque os meus limites chocam-se com alguma coisa qualitativamente diferente, uma realidade que, por sua natureza e essência, é incomensurável e diante da qual eu manifesto o meu estupor.

(OTTO,1985, p. 31)

## RESUMO

SOUZA, João Bosco de. *Ecumenismo e diálogo inter-religioso*. Dissertação Mestrado em Ciências da Religião da PUC/Goias: Goiânia, 2011.

A presente dissertação discute o Ecumenismo como a busca de unidade entre os cristãos, já que num momento da história essa unidade foi fracionada. Não se pode atribuir a um determinado momento da história a quebra da unidade entre aqueles que foram selados pelo batismo na pessoa do próprio Cristo. Desde os tempos mais primevos do cristianismo problemas internos e externos marcaram sua trajetória. A abordagem é feita desde o final do primeiro século, quando heresias de toda ordem começaram a propagar-se. As heresias semearam em campo fértil, as grandes cisões que fracionaram a unidade da Igreja até os dias de hoje. Buscou-se observar o palmilhar da caminhada ecumênica, à luz do sacramento do batismo. Nesta visão se perscruta os meandros que envolvem o sacramento batismal a partir de seus princípios teológico-bíblicos. Mostra-se a distinção entre os batismos em outras culturas e o sentido religioso da água no paganismo e no judaísmo; o sacramento do batismo e os diversos eventos batismais que se sucederam ao longo da história cristã, e comentários sobre quem pode ministrar o batismo, sua necessidade, e sobre a matéria e forma do sacramento em questão. Quando da análise de seus princípios teológico-bíblicos, perpassou-se sua caminhada histórica, o impulso acontecido com o Concílio Vaticano II, a intensa e árdua atividade desenvolvida pelas Igrejas protestantes, que redundou nos inúmeros termos, acordos e outros instrumentos formalizados com vistas a uma contínua aproximação entre as diversas confissões religiosas, para culminar com a situação que se apresenta nos dias de hoje. Discutindo o diálogo ecumênico que envolve as igrejas cristãs e o diálogo inter-religioso que acontece entre tradições religiosas de variados credos, evidencia-se a necessidade das ações efetivas para a construção da paz global. A existência de “tentativas” em torno de um diálogo religioso, expressa uma busca de relacionamento entre cristãos e fiéis de várias religiões ou confissões religiosas. Entretanto, tais gestos foram e são marcados por ações impositivas, eivadas de intolerância, as quais apenas acirravam os espíritos, conduzindo não raro a combates fratricidas.

Palavras-chave: Igreja; Cristianismo; Batismo; Religião.



## ABSTRACT

SOUZA, João Bosco de. *Ecumenism and inter-religious dialogue*. Dissertação Mestrado em Ciências da Religião da PUC/Goias: Goiânia, 2011.

The following dissertation discusses Ecumenism as the search of unity among Christians, that was, at a given time in history, broken. We cannot, however, attribute the fracturation among Christ believers to the historical circumstances, for Christianity had internal problems since the very beginning. We choose to approach the issue since the end of the first century, when all kinds of conflicts began to spread, that would eventually cause the scissions that fractured the unity of the Christian faith, and the consequences of that, to this day. We tried to observe the tread of the ecumenical walk, trough the light of the baptism sacrament, and therefore we investigate the meander that involves the baptismal sacrament starting on its theological-biblical principles; the distinction between baptism in other cultures and the religious meaning of water in paganism and Judaism; the sacrament of baptism and different baptismal events that happened throughout the Christian history. When analysing baptism's theological-biblical principles that per passed its historical walk, the progress that happened with the Second Vatican Council; the intense and arduous activity developed by protestant Churches that culminated in innumerous terms, agreements and other formalized instruments aiming a continuous approximation among the different religious confessions, paving the way for our current situation. Discussing the ecumenical dialogue that involves Christian churches and the inter-religious dialogue that happens between various religious traditions of varied faith, it's evident the need of effective actions to the building of global peace. The presence of attempts around a religious dialogue expresses the search of a relationship between Christians and believers of others religions, or religious confessions. However, such gestures were and are marked with negative actions, fraught with intolerance, which only aggravated the spirits, and leading, most of the time, to fratricidal conflicts.

Key words: Church; Christianity; Baptism; Religion.

## Lista de abreviaturas e siglas

1Cor – Primeira Epístola de Paulo aos Coríntios

1Pd – Primeira Epístola de Pedro

2Rs – Segundo livro de Reis

AG – *Ad Gentes*

At – Atos dos Apóstolos

BJ – A Bíblia de Jerusalém

CDC – Código de Direito Canônico

CIC – Catecismo da Igreja Católica

CMI – Conselho Mundial de Igrejas

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CONIC – Conselho Nacional de Igrejas Cristãs

DA – Diálogo e Anúncio

EDI – Encontros de Dirigentes Nacionais de Igrejas Cristãs

Ef – Carta aos Efésios

EHT – Enciclopédia Histórico-Teológica da Igreja Cristã

Gl – Carta de Paulo aos Gálatas

GS – *Gaudium et Spes*

ICAR – Igreja Católica Apostólica Romana

Jo – Evangelho de João

Lc – Evangelho de Lucas

LG – *Lumen Gentium*

Mc – Evangelho de Marcos

MI – Livro do profeta Malaquias

Mt – Evangelho de Mateus

NDB – Novo Dicionário da Bíblia

NDT – Novo Dicionário de Teologia

Nm – Livro dos Números

NT – Novo Testamento

PCDIR – Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-Religioso

SC – *Sacrosanctum Concilium*

s.d. – *sine die*

TEB – A Bíblia Tradução Ecumênica

UR – *Unitatis Redintegratio*

VTB – Vocabulário de Teologia Bíblica

## Sumário

Introdução .....	1
Capítulo 1 .....	9
Ecumenismo.....	9
1    As grandes cisões.....	9
1.1    A primeira cisão.....	10
1.2    A segunda cisão – A Reforma Protestante .....	12
1.3    Concílio de Trento .....	15
1.4    Origem do termo, definição e comentários .....	18
1.5    O protagonismo ecumênico das Igrejas Protestantes .....	20
1.6    Concílio Vaticano II: Anúncio, importância e significado .....	21
1.6.1    O Diretório Ecumênico.....	25
1.7    Princípios bíblico-doutrinários do Ecumenismo.....	26
1.8    A Busca da Unidade .....	27
1.9    Movimento Ecumênico .....	31
1.10    A Conferência de Edimburgo.....	34
1.11    O Conselho Mundial de Igrejas.....	35
1.12    Conselho Nacional de Igrejas Cristãs – CONIC.....	36
Capítulo 2.....	43
Ecumenismo e o Sacramento do Batismo.....	43
2.1    “Sacramento”, na visão de alguns teólogos .....	47
2.2    Distinção entre batismos em outras culturas.....	53
2.2.1    Paganismo .....	53
2.3    Judaísmo.....	54
2.4    O Sacramento do Batismo.....	56
2.5    Batismo pré-cristão - O batismo de Qumran .....	58
2.6    O Novo Testamento e o Batismo .....	60

2.6.1	O Batismo de João .....	62
2.6.2	O Batismo de Jesus por João .....	65
2.7	O Batismo Cristão.....	67
2.8	O Batismo de Adultos e o Catecumenato .....	69
2.9	O Batismo de Crianças .....	71
2.10	Quem pode ministrar o batismo? .....	72
2.11	O Batismo é necessário? .....	73
2.12	O Sacramento do Batismo e o CONIC.....	75
Capítulo 3.....		77
Diálogo Inter-Religioso .....		77
3.1	Diálogo Inter-Religioso e Ecumenismo .....	79
3.2	Fundamentos Teológicos do Diálogo Inter-Religioso .....	80
3.3	A Religião em seus primórdios .....	81
3.4	O Sagrado e o Profano .....	82
3.5	Religiões: O que é .....	84
3.6	Pluralismo Religioso .....	85
3.7	A Teologia das Religiões .....	88
3.8	Religiões monoteístas .....	93
3.8.1	Judaísmo.....	93
3.9.2	Cristianismo.....	95
3.8.3	Islamismo .....	96
3.9	Tradições Orientais.....	98
3.9.1	Hinduísmo .....	98
3.9.2	Budismo .....	100
Considerações Finais .....		102
Referências .....		106

## Introdução

O mundo de hoje convive com uma gama de religiões alimentadas por diversas doutrinas, múltiplos princípios, simbolismos e rituais dos mais diversificados, todas voltadas para o espectro de um deus ou de vários deuses, a quem cultuam com respeito e adoração.

Neste contexto encontra-se a religião cristã, com sua inegável contribuição à humanidade junto à ciência, à arte, à arquitetura, à criação das universidades européias, à origem do Direito Internacional e tantos outros méritos aqui não citados. Mas não se pode deixar de acentuar que esta mesma religião em oportunidades diversas se mostrou como sinal de contradição, quando do cometimento de graves erros, de múltiplas falhas praticadas por membros de sua hierarquia ao longo de sua secular trajetória. Erros e falhas que contribuíram decisivamente para a eclosão dos grandes cismas, daí o cristianismo encontrar-se dividido em três importantes segmentos: católico, ortodoxo e protestante, o que desatende a vontade de seu fundador, Jesus Cristo. Tais fraturas foram motivadas principalmente por dois grandes cismas, datados de 1054 e 1517.

No princípio bíblico contido em Jo 17, 20-21<sup>1</sup>, Jesus enuncia seu pedido ao Pai quando Ele clama: “Não rogo somente por eles, mas pelos que, por meio de sua palavra, crerão em mim: a fim de que todos sejam um, como tu, Pai, estás em mim e eu em ti, que eles estejam em nós, para que o mundo creia que tu me enviaste”. Conscientes de sua divisão estas Igrejas vêm fazendo um trabalho em comum, por via de um diálogo difícil e por vezes conturbado, voltadas para suas verdades teológicas, geradoras de seus arraigados princípios eclesiológicos, os quais, não raro, se constituem em fendas que não permitem a obliteração no necessário avanço dialético.

O primeiro capítulo desta pesquisa exprime esse ingente esforço realizado no seio do Ecumenismo, dentro do chamado Movimento Ecumênico.

A palavra “ecumenismo” tem sua origem no termo grego *oikoumene* e pertence a uma família de palavras aplicadas a diversos significados, de acordo

---

<sup>1</sup> As referências bíblicas dessa dissertação são todas retiradas da Bíblia de Jerusalém.

com o seu termo-raiz. Citando apenas dois exemplos, *oikos* dá o sentido de casa, aposento, povo, já *oikoumene*, significa terra habitada, mundo conhecido.

A caminhada ecumênica surgiu como um apelo do Espírito Santo às Igrejas cristãs, dispersas e antagônicas, para que juntas testemunhassem o Cristo. Na introdução deste trabalho convém registrar a visão de Ecumenismo, que nos oferece E. Wolff:

Ecumenismo é um imperativo da fé. Crer em Deus Comunhão é buscar a comunhão dos fiéis em Deus. E isso não, por fatores circunstanciais, sociais ou culturais. Ecumenismo não é modismo. Por isso não se faz ecumenismo de qualquer jeito. Ecumenismo se faz com a mesma seriedade com que se vive a fé: com convicção evangélica, com opções pelo Reino, com confiança em Deus. E não se busca apenas o respeito e a convivência pacífica entre os cristãos e suas Igrejas, por mais importante que isso seja. Busca-se a comunhão, na profundidade maior que esse termo significa: na compreensão da fé; na celebração da fé; na vivência eclesial da fé (2002, p. 21).

O contexto do surgimento do movimento ecumênico, seu protagonismo, deve-se ao protestantismo missionário, sobretudo, os engajados nas missões da África e da Ásia. Para eles a Igreja dividida se constituía num obstáculo intransponível, e o ecumenismo era uma necessidade imperativa para a missão de evangelizar esses povos.

A participação da Igreja Católica e das Igrejas Orientais no movimento ecumênico foi mais tardia. Havia certa intransigência por parte da Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR), refletida na sua concepção milenar de que ela era a única e verdadeira Igreja de Cristo, o que se constituía num óbice intransponível. Algumas décadas teriam ainda que ser trilhadas para que novos condicionamentos permitissem uma alteração nesse *status quo*.

A busca de restauração da unidade vem envidando grandes esforços nas mais diversas confissões religiosas que participam do movimento ecumênico. O Decreto Conciliar *Unitatis Redintegratio* sobre o ecumenismo mostra bem este anseio existente na Igreja Católica e em outras confissões religiosas.

Brakemeier afirma que “O Concílio abriu as portas para um novo capítulo no ecumenismo com e por parte da Igreja Católica Apostólica Romana”

(2004, p. 51). O Concílio Vaticano II havia despertado a Igreja Católica para uma resoluta inserção na busca da unidade da Igreja de Cristo.

Quando da análise de seus princípios teológico-bíblicos, perpassamos sua caminhada histórica, o impulso acontecido com o Concílio Vaticano II, a intensa e árdua atividade desenvolvida pelas Igrejas protestantes, que redundou nos inúmeros termos, acordos e outros instrumentos formalizados com vistas a uma contínua aproximação entre as diversas confissões religiosas, para culminar com a posição que se apresenta nos dias de hoje.

A presente dissertação quer mostrar precipuamente uma visão de como vem se desenvolvendo o ecumenismo junto às igrejas cristãs.

A ação ecumênica no Brasil é coordenada pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC), criado em 1982 por iniciativa de algumas igrejas protestantes tradicionais e pela Igreja Católica Apostólica Romana. Tal acontecimento representou uma nova fase na consolidação do movimento ecumênico em âmbito nacional.

A atual composição do CONIC tem a participação da Igreja Católica Apostólica Romana, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, a Igreja Sirian Ortodoxa de Antioquia e a Igreja Presbiteriana Unida.

Um de seus objetivos é “colocar-se sob a ação do Espírito Santo a serviço da unidade da Igreja, estudar e refletir sobre questões teológicas e outras que se constituam relevantes para a unidade e a missão da Igreja, nomeadamente os resultados dos diálogos interconfessionais”. Como conseqüência deste objetivo maior foi lavrado no dia 15 de novembro de 2007, o Ato de Reconhecimento Mútuo da Administração do Sacramento do Batismo entre Igrejas Membro do CONIC. O evento ocorreu no Mosteiro de São Bento, em São Paulo-SP, ocasião em que cinco Igrejas Cristãs, membros do Conselho Nacional das Igrejas Cristãs do Brasil, assinaram um documento mediante o qual reconhecem mutuamente o Batismo administrado nas respectivas Igrejas. São elas: Igreja Católica Apostólica Romana, Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, Igreja Evangélica de Confissão Luterana no



Brasil, Igreja Presbiteriana Unida do Brasil e Igreja Siriana Ortodoxa de Antioquia (CONSELHO NACIONAL DAS IGREJAS CRISTÃS DO BRASIL, 2007, p. 1).

Foi afirmado que ecumenismo é um imperativo de fé. Por quê? A resposta está na vontade manifesta por Jesus em Jo 17,20-21, cujos versículos já foram anteriormente enunciados.

Vê-se no texto evangélico que o fundador desta religião não quer os cristãos unidos apenas para que formem uma unidade, mas os quer unidos à Unidade, aqui compreendida a Unidade divina, eles realizarão a vontade do deus supremo. Aí reside o nó górdio da questão, face às dificuldades que as *ecclesias* se interpõem. Mas nisto consiste o trabalho fundamental do CONIC e é sabido que ele trabalha em torno de tão difícil aspiração. Já na esteira da Igreja Universal, vemos que inúmeras igrejas vêm firmando acordos, declarações, atos de reconhecimento mútuo e outras deliberações, com o mesmo objetivo, que é procurar os meios possíveis para uma maior aproximação entre as Igrejas, na perseguição da unidade.

O segundo capítulo visa estabelecer um ligame entre o ecumenismo e o sacramento batismal, já que a ansiada busca da unidade tem seu fundamento neste sacramento. As palavras de Jesus no evangelho de João há pouco transcritas, não teriam sido pronunciadas se Ele não tivesse instituído o sacramento do batismo. Afinal, não existiria ecumenismo se não existisse o sacramento da unidade. Com tão fundamentado respaldo, mostramos a intrínseca conexão, o elo vinculador existente entre ambos. Ao mesmo tempo em que conhecemos os meandros que envolvem o batismo a partir de seus princípios teológico-bíblicos, permeamos o palmilhar da caminhada ecumênica à luz deste sacramento. Visualizamos a distinção entre os batismos em outras culturas, o sacramento do batismo e os diversos eventos batismais que se sucederam ao longo da história cristã, bem como são referenciados dados sobre quem pode ministrar o batismo, sua necessidade, matéria e forma, enfim, uma abordagem panorâmica sobre o sacramento em questão.

Dificuldades existem e são inúmeras. Isto vimos no percurso trilhado, na observância de como se vêm processando tais questões, seus percalços, as idas e vindas, na trôpega, mas persistente trajetória do diálogo que vem sendo desenvolvido nas igrejas ligadas ao CONIC.

O terceiro capítulo cuida do diálogo inter-religioso e diz respeito à realidade de outras religiões que discrepam do credo cristão, que não reconhecem o Deus Trino, Pai, Filho e Espírito Santo, que se manifestou a Abrão formando o povo judeu ao sair da região de Ur na Caldéia, para se estabelecer na chamada Terra Prometida. Com a vinda de Jesus Cristo surge o cristianismo, abordado nos capítulos anteriores, e alguns séculos mais tarde, século VII, temos Maomé com algum ligame a essas duas religiões monoteístas já consolidadas.

Vemos que enquanto o ecumenismo busca a unidade dos cristãos, o diálogo inter-religioso busca relacionar-se com tradições religiosas, as quais, muitas vezes apresentam uma identidade cultural que por si só parece obstaculizar qualquer tentativa de relacionamento.

O pluralismo religioso que aqui se configura, apesar de sua milenar existência, teve um impulso vertiginoso a partir da segunda metade do século XX, ocasião em que passou a ser objeto de estudos e pesquisas. Apesar das distâncias, das dificuldades de comunicação à época, já se fazia sentir a necessidade de aproximação das diversas tendências religiosas.

Em que consiste o diálogo inter-religioso? Entende-se por diálogo inter-religioso, as relações estabelecidas entre tradições religiosas diferentes em doutrinas, história, rituais, visões de mundo e práticas sociais comuns (BORTOLLETO, 2008, p. 292).

O pluralismo religioso é hoje objeto de estudo da Teologia das Religiões. Entende-se por “Teologia das Religiões” um estudo sistemático das religiões não cristãs, que visa relacionar seus conteúdos essenciais à verdade revelada do cristianismo (LACOSTE, 2004, p. 1514).

Na definição acima se vê o destaque que merece a Revelação de Deus na pessoa de Jesus Cristo, no que tange à questão. Significa salientar, de início, que esse percuciente estudo, esse mergulhar na essência da teologia das outras religiões, terá como parâmetro a religião cristã. A verdade revelada no cristianismo é o elemento basilar inarredável; a partir daí a reflexão sobre o sentido e o significado das crenças e práticas não cristãs deverão merecer o necessário aprofundamento. Atendendo a esse modelo, serão reconhecidos os valores positivos

das outras religiões, porém estas deverão buscar uma conformação aos moldes do cristianismo.

Os teólogos cristãos hodiernos, da linha liberal, sem negar a importância e o valor da Revelação na teologia cristã, anseiam que as igrejas cristãs redimensionem o significado da Revelação, operada por meio de Jesus Cristo. Para tanto recorrem à cosmologia, à paleontologia, que hoje estima a vida da humanidade em aproximadamente um milhão de anos, contrariando em demasia as estimativas dos estudos bíblicos. “Pense-se o que significa nessa escala o brevíssimo lapso da revelação bíblica, e tire-se a consequência: a imensa maioria dos seres humanos nada teve a ver com ela” (QUEIRUGA, 2005, p. 14).

O autor, que fundamenta sua teoria em proposições ousadas e muitas vezes antagônicas à teologia cristã, o faz com abertura para o debate, para uma troca de idéias, com vistas a uma nova postura das igrejas cristãs, a fim de se criar condições para um verdadeiro diálogo inter-religioso e uma melhor aplicação nos estudos concernentes à Teologia das Religiões.

“Se a revelação é tomada em seu sentido pleno e real, como outro rosto ou outro nome da salvação, as conseqüências são de uma importância transcendental”. Segue o autor comentando sobre o princípio *extra ecclesiam nulla salus* (fora da Igreja não há salvação). Complementa seu raciocínio, levando o leitor a intuir o erro eclesiológico imposto aos cristãos durante tantos séculos. Após percorrer um pouco sobre a questão, justifica-a acenando com a necessária compreensão histórica, o que no mínimo, é mais que razoável.

Com seu cabedal teológico, Queiruga preleciona no sentido de melhor situar a revelação no contexto da Teologia das Religiões. Apresenta três alternativas formais, já conhecidas no âmbito do pluralismo religioso, expostas neste capítulo, o exclusivismo, o inclusivismo, e o pluralismo é o resultado das duas posturas anteriores.

O início do terceiro capítulo encontra-se emoldurado com um pensamento lapidar de H. Küng, pois, apesar das diversidades doutrinárias, teológicas, culturais e políticas, o *animus* não hostil, a busca amistosa fundada num diálogo onde não existem apenas idéias e sentimentos arraigados e contraditórios,

mas também o exercício do respeito e convencimento dos lídimos propósitos do outro e da sua religião, resultará na paz entre as religiões, haverá paz no mundo. Tudo isso decorrente do exercício do diálogo inter-religioso.

Vivemos hoje num mundo no qual nada mais é necessário e urgente que a paz. Sem paz não há alegria, justiça e amor, além de tantas outras condições que os homens necessitam para a vivência de seu dia-a-dia. A ausência de paz incide com maior violência justamente sobre os menos favorecidos. A inexistência da paz anula o ser humano, por lhe impingir, seja qual for sua classe social, o direito de viver, de pensar, de produzir fisicamente e intelectualmente, causando-lhe um empobrecimento que lhe tira o sentido de vida.

Entendemos que na práxis do diálogo inter-religioso, uma convicção interior perpassa seus dialogadores, em última análise, suas lideranças. “Minha religião é verdadeira, creio nos seus princípios, nos seus ditames”. Tudo certo, mas a certeza nos princípios que abraçam não deve se constituir em óbice à práxis dialogal.

O diálogo inter-religioso enquanto expressão viva da relação entre tradições religiosas distintas é um fenômeno relativamente recente, já que até o ano de 1945 não havia sinais explícitos sobre este procedimento.

Um tanto irresolutas no início, aos poucos as grandes tradições religiosas foram compreendendo a necessidade da busca de uma aproximação. O Concílio Vaticano II deu um grande impulso a essa concretização.

Interessante observarmos que hoje a presença de outras religiões não mais se circunscrevem em países distantes. No continente americano, particularmente no nosso Brasil, até a metade do século passado apenas alguns vestígios sinalizavam sua presença, tão ínfima era sua penetração e tão inexpressiva era sua atuação eclesial. À época, um maior conhecimento sobre uma religião fundada numa outra tradição era de difícil alcance, em razão da escassez de especialistas sobre tão desconhecidas expressões religiosas. O avanço dos meios de comunicação, mormente a TV e a internet; a simples ida a uma livraria especializada traz ao consulente todas as informações necessárias, de acordo com a formação do interessado. O mundo globalizado que hoje vivemos exige uma maior

incursão no campo do pluralismo religioso, em razão dos interesses mútuos existentes, os quais não se restringem às suas próprias convicções teológicas e eclesiológicas, mas à busca de um diálogo centrado na cosmovisão, com todas suas intercorrências.

É sensível perceber nas igrejas cristãs um certo retraimento, ou pelo menos, uma excessiva cautela, na tomada de posição em relação à uma efetiva ação ecumênica e à impulsão ao Diálogo Inter-Religioso. É próprio, principalmente por parte da Igreja Católica, examinar a longo prazo, com zelo e acuidade, toda e qualquer reflexão teológica que implique em orientações que difiram das já conhecidas e amadurecidas por seus fiéis cristãos, o que não significa inflexibilidade em suas convicções. O panorama teológico apresentado pelos dois autores acima mencionados, figuras de realce na hierarquia católica, propugna por uma revisão na teologia, na eclesiologia e na cristologia, o que convenhamos, não nos parece algo factível, em razão da sistematizada e arraigada doutrina cristã.

Objetivamos oferecer ainda neste capítulo, algumas noções sobre as grandes religiões monoteístas, o Judaísmo, o Cristianismo e o Islamismo. Abordamos também algumas tradições orientais, como o Hinduísmo, o Budismo e o Confucionismo.

## **Capítulo 1**

### **Ecumenismo**

Caso fosse suscitado a definir a palavra Ecumenismo, numa única frase curta e concisa, diria, sem a pretensão de autoria, que “é a busca de unidade entre os cristãos”. A assertiva nos induz ao rompimento de um elo, sugerindo que num determinado momento da história a unidade cristã foi fracionada.

Na verdade não se pode atribuir a um determinado momento da história, a quebra da unidade entre aqueles que foram selados pelo batismo na pessoa do próprio Cristo. Desde os tempos mais primevos do cristianismo problemas internos e externos marcaram sua história. A partir do final do primeiro século heresias de toda ordem começaram a propagar-se, contrariando a tradição apostólica e as verdades evangélicas condensadas pelos primeiros evangelistas, defendidas e justificadas pelos padres apostólicos e por aqueles que viriam a ser chamados “doutores da Igreja”. As heresias semearam em campo fértil as grandes cisões que fracionaram a unidade da Igreja, daí a pertinência de nosso enfoque inicial recair sobre essas expressivas fissuras que mantêm a igreja de Cristo dividida.

#### **1 As grandes cisões**

A literatura bíblica neo-testamentária narra que desde os primeiros tempos da civilização cristã, as cisões entre seus membros começaram a se apresentar (DIANICH, 2002, p. 43). São conhecidas as severas admoestações levadas a efeito pelo Apóstolo Paulo, como se vê em alguns capítulos de suas epístolas em defesa da sã doutrina que começava a ser ordenada (Gl 1, 6-9; Hb 13,9).

O transcurso dos primeiros séculos mostra uma caminhada marcada por um cristianismo cheio de dissensões, as quais giravam especialmente sobre a pessoa de Cristo. Heresias das mais diversas dividem o povo cristão, como o gnosticismo, que nega Deus como criador e Jesus Cristo como pessoa humana. Ainda sobre a figura de Jesus, vê-se outras manifestações heréticas envolvendo o adocionismo ebionita, o adocionismo de Hermes, os docetistas, o montanismo, o

donatismo, o arianismo, o apolinarismo, o nestorianismo, o monofisismo, etc (FRANGIOTTI, 2004, p.19, 55, 62, 85, 99, 124 e 139).

A partir do século VI veio a lume as primeiras crises entre o catolicismo ocidental e a ortodoxia oriental, envolvendo questões de ordem teológica e problemas de ordem política. Já no início do 2º milênio eclode o 1º grande cisma, a 1ª grande ruptura, que se deu entre a igreja de Roma e a Igreja do Oriente (1054). Cinco séculos depois o mundo eclesial cristão é abalado com a 2ª grande cisão, a Reforma de Lutero (1517).

Por séculos as igrejas cristãs deixaram-se envolver por suas diferenças, mais eclesiais que doutrinárias. Daqui a 43 anos a separação da Igreja Católica Romana da Igreja Ortodoxa completará um milênio. Já a separação entre católicos e protestantes em poucos anos completará cinco séculos.

O teólogo K. Barth, citado pelo dominicano J. B. Navarro, em seu livro *Para Compreender o Ecumenismo*, assim se expressa

Não há nenhuma justificação, teológica, espiritual ou bíblica, para a existência de uma pluralidade de Igrejas genuinamente separadas neste caminho, Igrejas que se excluem mutuamente umas às outras interna, e portanto, externamente. Nesse sentido, uma pluralidade de Igrejas significa uma pluralidade de homens, uma pluralidade de espíritos, uma pluralidade de deuses. Não há dúvida de que, enquanto estiver formada por Igrejas diferentes que se opõem entre si, a cristandade nega na prática o que confessa teologicamente: a unidade e a singularidade de Deus, de Jesus Cristo, do Espírito Santo. Podem existir boas razões para que se estabeleçam essas divisões. Pode haver sérios obstáculos para chegar a eliminá-las. Pode haver muitas razões para explicar essas divisões e para mitigá-las. Mas tudo isso não altera o fato de que toda divisão, enquanto tal, é um profundo enigma, um escândalo (1995, p. 84).

## 1.1 A primeira cisão

Vimos assim que a primeira grande cisão na Igreja de Cristo se deu em 1054, com o rompimento do Patriarcado de Constantinopla com a Igreja Católica em Roma. Miguel Cerulário, patriarca de Constantinopla (1043 a 1058), era tido como um prelado inteligente e impetuoso. À época, pontificava em Roma o Papa Leão IX. Desejando conservar a unidade da Igreja, ele buscou uma aproximação, enviando a Constantinopla legados, sob a direção do Cardeal Humbert de Moyenmoutier, com a missão de concluir uma aliança entre Roma e Bizâncio, além

de refutar algumas acusações dos bizantinos e buscar uma possível conciliação entre as partes (NAVARRO, 1995, p. 89).

Neste entremeio, o Papa Leão IX veio a falecer. Moyenmoutier já não tem mais poderes de legado pontifício, mas mesmo após a morte do pontífice, a 16 de julho de 1054, o cardeal pronuncia o anátema contra Miguel de Cerulário, elabora a carta de excomunhão e a deposita no altar da Abadia de Santa Sofia, fugindo em seguida de Constantinopla com os outros legados, temendo serem mortos. Nesta carta de anátema acusava a Igreja Bizantina, entre outras coisas, de simonia, de permitir o casamento dos clérigos e de suprimir o *filioque* no Credo. Tudo isso “era uma expressão de ignorância histórica e do desconhecimento que havia quanto aos costumes e usos orientais” (NAVARRO, 1995, p. 89).

Ao ser informado da excomunhão, Miguel Cerulário não reagiu de inopino.

Deixou circular rumores para excitar a cólera do povo contra a comissão dos latinos. Em seguida (dia 21 de julho), o Patriarca Miguel reuniu um Sínodo e excomungou solenemente o legado pontifício e seus companheiros, entretanto o Sínodo tomou a precaução de não atingir o Papa, excomungando apenas o legado e sua comitiva (KHATLAB, 2006, p. 33).

A questão que envolve o termo *filioque*, “gira em torno da tese teológica latina, segundo a qual o Espírito Santo procede (*procedit*) do Pai e do Filho” (LACOSTE, 2004, p. 739).

O termo foi inserido no Credo Niceno-Constantinopolitano, no século VI, na Espanha. A causa que motivou a separação foi a questão envolvendo a processão ou procedência do Espírito Santo. Na fórmula oriental o Espírito Santo procede do Pai. Na fórmula latina, procede do Pai e do Filho, daí o rompimento. A inserção do termo latino numa confissão de fé oficial ocorreu no Concílio de Toledo, em 589, e sem dúvida tinha uma destinação: combater o arianismo, acentuando a igualdade do Pai e do Filho (LACOSTE, 2004, p. 740). Mas esta não foi a única razão; na verdade, não foi sequer preponderante, apenas serviu de mais um pretexto para que o cisma se efetivasse.



## 1.2 A segunda cisão – A Reforma Protestante

A insurgência da reforma protestante que tem como marco histórico o ano de 1517, foi uma conseqüência de fatos, atos e omissões praticados pela Igreja Católica Romana, não condizentes com os princípios cristãos propugnados. É o que se depreende dos registros históricos e da abalizada opinião de teólogos de diversos matizes ou confissões religiosas.

J. B. Navarro afirma que a análise das causas da Reforma é complexa ao extremo e deve ser situada na perspectiva que tão acertadamente formulou R. G. Villoslada, ora transcrita:

No ano de 1483, no qual vem ao mundo Martinho Lutero, toda a Europa é católica e obediente ao pontífice de Roma...; em 1546, ano da morte do reformador, quase a metade da Europa se separou de Roma. Que ocorreu entre essas duas datas? Como explicar a cisão religiosa da Europa? (1995, p. 90).

Após expender algumas considerações, o autor esquematiza quatro teses, nas quais explica o fenômeno da Reforma Protestante: a) Tese tradicional: os abusos da Igreja; b) Leitura política e nacionalista; c) Leitura economicista; d) Leitura religiosa e teológica.

a) Tese tradicional: os abusos da Igreja

Ao mencionar os abusos e falhas cometidas pela Igreja, o autor, apesar de reconhecê-las, atenta que à época, autores católicos já vinham clamando contra os desdouros praticados e pedindo reformas urgentes, citando prelados da Igreja como Adriano VI, o Cardeal Reginaldo Pole e São Clemente Maria Hofbauer. A mencionada tese tradicional é de certa forma minimizada, quando se quer invocá-la como a única razão para explicar o surgimento da reforma. Um outro elemento, nas palavras de J. B. Navarro, não pode ser esquecido:

[...] a desconfiança cada vez maior, por parte dos fiéis, com relação à Igreja como instituição. O papado perdera a autoridade indiscutível que gozava antes do cisma de Avignon, e a desconfiança aumenta à medida que papas como Urbano VI se atribuem poderes manifestamente contrários a uma sadia tradição do exercício do primado romano.

#### b) Leitura política e nacionalista

Nosso autor faz no projeto reformista de Lutero, uma leitura política e nacionalista. Um texto escrito por Lutero em 1521 ilustra bem a conotação referida, pelo fato dele dizer: "... nasci para o serviço dos alemães", e mais tarde "não procuro meu interesse, mas a felicidade de toda a Alemanha". Vislumbra-se aí um indicativo para um dos centros da polarização da Reforma.

#### c) Leitura economicista

Após tecer um fundamentado preâmbulo aonde o fato religioso parece enredar-se numa manifestação de desarranjos econômicos, sociais e nacionais, J. B. Navarro conclui sua leitura economicista arrimado em dois autores, Oscar A. Martí e Corrado Barbagallo. Ambos entendem que no século XVI, a Igreja Católica não tinha condições de enfrentar a nascente economia urbana, burguesa e capitalista que nascia. A Igreja, em razão de sua estreita ligação às estruturas rurais do medievo, opõe-se à Reforma. A assunção desta atitude visa não apenas a reconquista católica da sociedade, mas também busca apoio em certos príncipes e grupos sociais interessados ao anterior *status quo*. Para Barbagallo a reforma representa o progresso econômico e social, que fundamenta mais tarde as revoltas dos países baixos e as guerras de religião na França.

#### d) Leitura religiosa e teológica

As questões até aqui referenciadas, frutos das pesquisas levadas a efeito por J. B. Navarro, têm seu ponto de culminância na abordagem que ele faz na sua "leitura religiosa e teológica".

Segundo ele, várias pesquisas foram realizadas no século passado em torno da figura de Lutero, tendo o cuidado de registrar que "essas pesquisas, feitas com grande rigor científico e desprovidas de concessões ideológicas ou confessionais, acabaram por impor a tese de que a Reforma é antes de tudo um fenômeno religioso".

Y. Congar, nos idos de 1937, citado por J. B. Navarro, já asseverava:

Está perfeitamente claro que a Reforma foi, em certas condições concretas um movimento essencialmente religioso, uma tentativa de renovar a vida religiosa fazendo-a remontar às suas origens [...] Lutero e os que a ele se unem são sem dúvida, em sua intenção primeira, almas que buscam a Deus [...] Na verdade, trata-se, em princípio, de descobrir, para além dos conceitos, o mistério inviolável; para além da literatura edificante, um evangelho vivo, bebido em sua própria fonte; para além das práticas devotas, às vezes desfiguradas pelo dinheiro e pela farsa (as indulgências), uma religião, simples, pura, viril, desnuda; para além dos sacerdotes de qualquer hábito e dos prelados de qualquer título, um face a face com Deus no segredo da consciência (1995, p. 94).

Martinho Lutero, monge agostiniano, ao insurgir-se contra Igreja Romana, acabou por provocar uma grande cisão, atingindo sensivelmente a unidade dos cristãos. No dia 31 de outubro de 1517, inconformado por abusos eclesiásticos que visavam a venda de indulgências, realizou um protesto que veio desencadear a maior de todas as revoluções na história da Igreja. Lutero fez afixar suas 95 teses à porta da Igreja do Castelo de Wittenberg, ao mesmo tempo em que convidou os acadêmicos para que se estabelecesse um debate sobre o assunto. Como o manifesto foi redigido em latim, língua desconhecida pela massa popular, é de se intuir que ele não pretendia causar qualquer alvoroço no seio da população, mas apenas levar os temas à discussão entre os teólogos e os eruditos. Aliás, sua luta contra as indulgências acabou por fazer com que ele desenvolvesse a teoria de justificação somente pela fé (KLEIN, 2007, p. 193).

Posição um tanto conflitante assume W. Walker, quando diz que Lutero preparou suas memoráveis 95 teses e “enviou cópias delas para o Arcebispo Alberto de Mainz e para o bispo Jerônimo de Brandenburgo, em cuja jurisdição encontrava-se Wittenberg”. Não afirma que as teses tenham sido afixadas nos umbrais da Catedral, mas admite ser o tema controverso entre os historiadores (WALKER, 2006, p. 497).

Lutero recusou-se a retratar-se, manteve-se irredutível e assumiu uma posição radical. Em 10 de dezembro de 1520 queimou a bula pontifícia que condenava 40 de suas teses, e em janeiro de 1521 foi excomungado. Mais uma vez, após uma série de desencontros, controvérsias e falta de diálogo, a Igreja vai se dividir, posicionando-se de um lado, a Igreja Católica, e do outro, o protestantismo, que começava assim a vicejar.

Um pouco antes de ser excomungado já havia publicado três escritos programáticos contendo os elementos essenciais de sua Reforma, logo disseminada por quase toda a Europa, que contou com lideranças exponenciais como Ulrico Zwinglio no norte da Suíça, e João Calvino. Entretanto, dissidências multiformes logo surgiram com pontos doutrinários diferentes de Lutero; novos caminhos são traçados, sem negarem a inspiração emanada da figura de Martinho Lutero

A Reforma deu ensejo ao surgimento de outros reformadores, como Calvino e Zwinglio. Ambos difundiram o espírito reformista por toda a Europa, com alguns pontos doutrinários conflitantes, o que deu azo às diversas confissões religiosas de origem protestante. Henrique VIII dá seguimento à cisão ao separar a Igreja da Inglaterra da Sé Romana.

Muitos historiadores e autores afirmam que Lutero nunca tencionou fundar uma Igreja, já que a causa pela qual empenhou a sua vida foi a reforma da única Igreja de Cristo. Entretanto, o cisma foi inevitável. No final do século XVI o luteranismo já estava difundido em toda a Alemanha, Suíça e países escandinavos.

A Igreja Católica reagiu com a contra-reforma que deságua no Concílio de Trento, a qual teve seus exageros. “Quem não comunga com a Igreja Católica seja anátema”.

### **1.3 Concílio de Trento**

À Reforma protestante, a Igreja Católica respondeu com a Contra-Reforma, fruto do Concílio de Trento, o primeiro dos três concílios modernos.

A Igreja, no final do longo período medieval encontrava-se numa fase bastante atribulada. Por toda parte havia inquietação religiosa, insatisfação com as estruturas vigentes e revolta contra os abusos. A decadência do papado, e em geral, do centro Administrativo da Igreja em Roma, era impressionante. Basta recordar aqui o clamoroso exemplo de Alexandre VI, eleito Papa em 1492, o qual, já sacerdote, teve 4 filhos com uma romana, e possivelmente mais alguns. Uma vez pontífice, gerou dois filhos, João e Rodrigo. Este Papa, entretanto, não é figura

isolada no triste cenário eclesiástico. Ele simboliza toda uma época, caracterizada por corrupção e contaminação mundana.

O conflito com a igreja institucional não demorou, cristalizando-se na questão das indulgências. Esta prática eclesial, que por si apenas diz respeito às penas temporais ou canônicas remanescentes após a remissão dos pecados, no sacramento da reconciliação assumira na época feições de um verdadeiro charlatanismo. As indulgências eram muitas vezes apresentadas ao público como meios fáceis para conquistar os céus. As piedosas pregações por parte da hierarquia não eram capazes de esconder os evidentes interesses financeiros. Foi contra este estado de coisas que Lutero levantou sua voz em nome da autenticidade evangélica. Ao ter notícia da divulgação de uma “gorda” indulgência em prol da construção da Basílica de São Pedro, em Roma, cuja renda iria beneficiar igualmente, o bispo-príncipe Alberto de Mongúncia, Lutero agiu com energia, lançando o manifesto já anteriormente referenciado. Lutero ataca assim as práticas da Igreja de seu tempo. Em consequência, foi acusado em Roma, dando início a um intrincado processo eclesiástico contra aquele que, em pouco tempo viria a ser o desencadeador da Reforma Protestante.

A Reforma movimentou contundentemente os alicerces da Igreja Romana. Uma nova postura precisava ser tomada. Afinal, a Igreja não poderia deixar de reconhecer que pelo menos em parte, fundamentos de ordem doutrinária, embasavam positivamente o posicionamento de Lutero.

Inicia-se assim o período da Contra-Reforma. O Papa Paulo III convocou o Concílio, que foi aberto em 13 de dezembro de 1545, havendo chegado ao final no dia 4 de dezembro de 1563, já sob o pontificado de Pio IV. Realizado em três fases distintas, com longos intervalos, foi desenvolvido em 25 sessões.

Ao término do Concílio, Paulo III e Martinho Lutero já tinham morrido e três outros Papas já tinham passado pela Igreja. Pio IV, como já referido, era o pontífice da Igreja de Roma quando de seu encerramento, em 1563. No tocante à doutrina, o concílio recusou qualquer concessão ao protestantismo. O concílio não se opunha, ao contrário, concordava com os protestantes no sentido de que a fé era necessária à salvação. Entretanto discordava do pensamento de que a fé, isoladamente, era suficiente para o alcance da salvação (HILL, 2009, p. 259).

Como resultado da Reforma, o mundo viu o ocaso de uma igreja universal que predominou durante os 15 primeiros séculos. A partir daí a Igreja Católica Romana cedeu lugar a diversas igrejas oficiais protestantes. Os luteranos fincaram suas raízes na Alemanha e na Escandinávia, enquanto o calvinismo se espalhou em várias regiões da Europa, como na Suíça, Hungria, Boêmia, França, Escócia e Holanda. O anglicanismo tornou-se a religião oficial da Inglaterra, enquanto “... os radicais da reforma, os anabatistas, não haviam estabelecido igrejas oficiais, mas eram fortes especialmente em países como a Holanda, o norte da Alemanha e a Suíça” (CAIRNS, 2008, p. 323).

Embora grandes mudanças doutrinárias tenham sido introduzidas pela Reforma, não se deve pensar que as novas igrejas nacionais, tenham rompido completamente com todo o legado da igreja do passado. Protestantes e católicos romanos aceitaram sem problemas os grandes credos ecumênicos, como o Credo dos Apóstolos, o Credo Niceno e o Credo Atanasiano, além de sustentarem todas as doutrinas da Trindade (2008, p. 325).

O Concílio de Trento, cômico da debilidade do clero católico que carecia de uma melhor formação, criou inúmeros seminários para uma melhor formação teológica de seus padres.

Definiu os dogmas católicos, firmando-os no contexto eclesial. Operou uma reforma na Igreja dando-lhe uma nova estrutura. Colocou um ponto final na questão levantada sobre o valor das tradições apostólicas, ajustando que as mesmas devem ser aceitas com o mesmo respeito que as Escrituras. Apesar de alguns senões, a obra de Trento tem aspectos positivos: a doutrina católica tornou-se mais precisa, especialmente com o bem elaborado Catecismo de Trento. Os decretos tridentinos modelaram fortemente o futuro da Igreja: além de estabelecer novos parâmetros na estrutura hierárquica, criou condições para uma aplicação de uma liturgia viva e de uma vida sacramentária; fixou ainda os deveres dos clérigos e dos príncipes.

Na visão da Igreja Católica Romana, o concílio atingiu seus objetivos, pois conseguiu superar inúmeras de suas deficiências, como citado há pouco. Mas seus teólogos e historiadores não deixam de destacar determinadas deficiências que não foram sanadas no contexto conciliar.

As deficiências do concílio de Trento são evidentes. Nenhuma doutrina sobre a Igreja foi nele definida; nessa matéria por muito tempo se permanecerá apenas em desagradáveis aproximações. Reclamando a participação de leigos no concílio, Lutero falava como profeta, mas a sociedade do século XVI tinha apenas uma noção vaga do leigo. Está claro que, se houvesse se instalado em Trento um verdadeiro diálogo entre católicos e reformados, a Igreja teria evitado uma dispersão de forças da qual ainda se ressente (PIERRARD, 2006, p. 186).

#### 1.4 Origem do termo, definição e comentários

A palavra “ecumenismo” tem sua origem no termo grego *oikoumene* e pertence a uma família de palavras aplicadas a diversos significados, de acordo com o seu termo-raiz. Citando apenas dois exemplos, *oikos* dá o sentido de casa, aposento, povo, já *oikoumene*, significa terra habitada, mundo conhecido, universo (NAVARRO, 1995, p. 10).

Na raiz da palavra *oikoumene*, encontramos o termo “oikos”, (casa), o que estabelece um ligame com a nossa “casa” que em última análise é o mundo em que habitamos.

No ano 381 o Concílio de Constantinopla aplicou ao Concílio de Nicéia o título de “concílio ecumênico”, introduzindo assim o vocábulo “ecumenismo” na terminologia eclesiástica, o qual é aplicado desde então às doutrinas e usos eclesiásticos aceitos como normas autorizativas e universais em toda a Igreja.

“Dentro da perspectiva do século XX surgiu uma renovação, uma caminhada ecumênica, um apelo do Espírito Santo às Igrejas a fim de formarem uma comunhão (*koinonia*), para juntos testemunharem o Cristo” (KHATLAB, 2006, p. 40).

Quando da definição e/ou conceituação sobre o ecumenismo, os estudiosos sobre o assunto não costumam dissentir no tocante à essência de seu significado.

Ecumenismo quer reverter divisões. Fraccionamento é prejuízo. Infelizmente as divisões começaram cedo. Existem vestígios já no Novo Testamento (cf. 1Cor 1.10s). Houve grupos sectários, ameaças de heresias na Igreja antiga. [...] A cristandade se apresenta dividida, necessitando, pois, do esforço ecumênico. Diversidade como tal é mal nenhum. O que causa danos à Igreja e à sua missão é o conflito, a concorrência, a mútua condenação e exclusão. Para tanto é fundamental reconhecer que a unidade da Igreja é anterior ao que a divide (BRAKEMEIER, 2004, p.11).

Em relação à última afirmativa do excerto acima, Rudolf Von Sinner, (apud BORTOLLETO, 2008, p. 323), traduz a mesma idéia, quando diz que “a unidade da Igreja é anterior a suas divisões, pois o corpo de Cristo não pode ser dividido. Há membros diferentes, porém precisam um do outro na sua unicidade (1Cor 12,12ss.)

“Falando com exatidão, o ecumenismo não é busca de comunhão. O ecumenismo é - e isto muda nossa atitude fundamental - o esforço para dar à comunhão que já existe entre os cristãos a plenitude desejada por Cristo. Tillard (apud CAMBÓN, 1994, p. 5).

Ecumenismo é o anseio de todos os que se reconhecem como cristãos pela unidade entre si, na consciência de quanto essa seja urgente no caminho de integração e de paz entre os povos (RIBEIRO, 2002, p. 7).

Ecumenismo é um imperativo da fé. Crer em Deus Comunhão é buscar a comunhão dos fiéis em Deus. E isso não, por fatores circunstanciais, sociais ou culturais. Ecumenismo não é modismo. Por isso não se faz ecumenismo de qualquer jeito. Ecumenismo se faz com a mesma seriedade com que se vive a fé: com convicção evangélica, com opções pelo Reino, com confiança em Deus. E não se busca apenas o respeito e a convivência pacífica entre os cristãos e suas Igrejas, por mais importante que isso seja. Busca-se a comunhão, na profundidade maior que esse termo significa: na compreensão da fé; na celebração da fé; na vivência eclesial da fé (WOLFF, 2004, p. 21).

Vimos nas definições acima, que algumas questões pontuais são recorrentes na maioria dos enunciados. Destacamos inicialmente, que os autores acima mencionados pertencem às várias confissões religiosas que povoam o mundo ecumênico, já que católicos, ortodoxos e protestantes estão ali representados. Há algumas “unanimidades” entre eles. Quase todos aludem à importância do Espírito Santo na caminhada do ecumenismo, ao mesmo tempo em que são acordes no tocante ao fato de que o restabelecimento da unidade dos cristãos se constitui no objetivo final da ação ecumênica.

Permitimo-nos aqui repetir a definição de Tillard, teólogo católico, pela singularidade que encerra:



“O ecumenismo não é busca de comunhão. O ecumenismo é - e isto muda nossa atitude fundamental - o esforço para dar à comunhão que já existe entre os cristãos a plenitude desejada por Cristo” (Tillard, *apud* CAMBÓN, 1994, p. 5).

G. Brakemeier também transita sobre a questão e expõe com clareza e objetividade, o mesmo pensamento esposado por Tillard. Vejamos:

Ecumenismo não tem por meta produzir (!) a unidade cristã. Isto é obra do Espírito Santo que chama e cria a fé. O objetivo do ecumenismo é bem mais modesto: Pretende fazer visível (!) a unidade que “em Cristo” já existe. Trata-se de concretizar a comunhão dos discípulos de Jesus, de dar-lhe forma, estrutura e expressão. Mas também nessa perspectiva a tarefa ecumênica é nada fácil (2004, p. 12).

### **1.5 O protagonismo ecumênico das Igrejas Protestantes**

A Igreja de Cristo após a reforma protestante sentiu-se dividida em diversos fragmentos, e o movimento ecumênico surgiu da inconformação relativa a essa triste realidade. A partir do descobrimento das Américas no final do século XV, com a progressiva evolução dos meios de transportes e principalmente com o posterior surgimento da máquina, paulatinamente se foi intensificando a migração de significativos contingentes humanos, notadamente das nações européias. Além da máquina e do avanço nos meios de transportes, os meios de comunicação vieram se juntar às grandes conquistas de então.

Tais conquistas, ao mesmo tempo em que representaram um inusitado impulso tecnológico e industrial, começaram, em sentido inverso, a indicar a necessidade de criação de “organizações internacionais para fazer frente aos problemas e às necessidades de um mundo progressivamente menor (BRAKEMEIER, 2004, p. 31).

As Igrejas protestantes começaram a se movimentar contra a internacionalização, e para tanto, sua reação não poderia deixar de ser formada em bases igualmente globais, com um alcance internacional. E é com este substrato que elas, através de suas federações e alianças eclesiais, se apresentam com a finalidade de buscar a união com seus irmãos de fé divididos em diversas confissões. A seguir, alguns exemplos dos organismos criados;

a) 1867 – Formação da “Comunhão Anglicana”

- b) 1875 – É criada a “Aliança Mundial de Igrejas Reformadas”
- c) 1881 – Os metodistas se agrupam na “Conferência Ecumênica Metodista”
- d) 1905 – É constituída a Federação Batista Mundial
- e) 1923 – É criada a “Convenção Luterana Mundial”.

O autor ora enfocado enfatiza a não existência de fundação de Igrejas, ao dizer que “as estruturas” são de natureza antes “federativa” entre igrejas irmãs, residindo aí a distinção entre o protestantismo e a Igreja Católica. E acrescenta:

A Igreja Católica “celebra no Concílio Vaticano I, em 1870, pública demonstração de sua “internacionalidade”. Proclama solenemente a infalibilidade papal e consagra assim o centralismo eclesiástico como decidida resposta aos avanços do pluralismo e individualismo da modernidade. Em todo esse cenário, o imperativo de unir é sentido com bem maior premência pelo protestantismo, no que reside seguramente um dos motivos para seu pioneirismo ecumênico. As afinidades doutrinárias e a magnitude dos desafios a enfrentar questionavam a permanência das divisões lesivas no corpo da cristandade (BRAKEMEIER, 2004, p. 33).

Causas de diversas ordens impulsionaram o espírito ecumênico do protestantismo, além da questão de cunho religioso. Problemas da economia e da justiça social, “a exploração selvagem do trabalho, o êxodo rural, o crescimento do proletariado e da miséria nos centros urbanos sensibilizava as consciências e clamava por uma reação das Igrejas”. Embates ideológicos após conturbadas situações políticas na Europa, a influência comunista de Karl Marx, o ateísmo que surgia, mascarado com uma feição científica, tudo isso estava a exigir uma tomada de posição da cristandade. O desenvolvimento histórico do pioneirismo protestante será apresentado no título que trata do “Movimento Ecumênico”.

## 1.6 Concílio Vaticano II: Anúncio, importância e significado

Pronuncio diante de vós, trêmulo de emoção, mas ao mesmo tempo com humilde coragem e decisão, o nome e a proposta da dupla celebração: de um sínodo diocesano para a cidade de Roma e de um concílio geral para toda a Igreja (Papa João XXIII *apud* ALBERIGO, 2006, p. 17).

O anúncio da decisão papal no sentido de convocar um novo Concílio, causou surpresa às confissões religiosas cristãs. Apesar do papa João XXIII logo no início de seu pontificado haver assinalado que iria realizar um conclave, a situação política mundial não parecia favorável a uma empreitada que envolveria todos os quadrantes da terra. Pairava à época um clima de guerra fria entre o bloco soviético e o bloco ocidental, o que no mínimo sinalizava uma fase nada propícia a tão grande intento.

João XXIII chamou para si a responsabilidade pela realização do concílio, havendo declarado ser sua decisão “um ato concebido como exercício do primado papal, com a exclusão do concurso de outros” (ALBERIGO, 2006, p. 19).

O anúncio aconteceu no dia 25 de janeiro de 1959 e veio acompanhado do programa de seu pontificado, que consistiria no Sínodo Romano, no Concílio Ecumênico e na atualização do *Codex Iuris Canonici* (Código de Direito Canônico). Em meados do ano de 1960, os preparativos têm sua arrancada com a formação de uma comissão central, a qual trabalharia com outras dez comissões. Com idas e vindas durante um tempo superior a dois anos, o concílio foi se estruturando, mesmo contando com o trabalho antagônico de uma oposição silenciosa, mas diligente.

A esta altura o concílio já mostrava nuances de seu perfil, quando uma de suas características é destacada, justamente a que residia no fato de que não se trataria de um concílio

[...] de união entre as tradições cristãs divididas (protestantes, anglicanos, ortodoxos), como era voz corrente e como havia feito pensar a expressão “concílio ecumênico” usada pelo papa. Mas o papa João tinha sublinhado repetidamente como o acontecimento conciliar devia marcar uma mudança na disponibilidade católica: que se envolvessem no processo ecumênico, ou seja, de união entre todas as igrejas cristãs. Uma disponibilidade que requeria antes de tudo um “aggiornamento” do próprio catolicismo (ALBERIGO, 2006, p. 37).

Finalmente, no dia 11 de outubro de 1962 instala-se oficialmente o Concílio Vaticano II, com a conseqüente abertura dos trabalhos. Alguns milhares de pessoas lá se encontravam presentes, e era bastante expressivo o número de padres conciliares: 1041 bispos europeus, 956 americanos, 379 africanos, mais de 300 asiáticos, 379 italianos, além de peritos e convidados. O discurso inaugural do

Papa João XXIII teve seu início com as palavras “Exulta a mãe Igreja” (*Gaudet mater Ecclesia*).

As palavras do Papa encheram de esperança a toda comunidade cristã. Anunciou que aquele importante conclave não se restringiria a um círculo fechado de teólogos, mas como a uma assembleia destinada a “tornar a Igreja presente no mundo e sua mensagem sensível à razão e ao coração do homem engajado na revolução técnica do século XX” (PIERRARD, 2006, p. 272)

G. Brakemeier reconhece a importância do papel desempenhado por João XXIII no que se refere ao ecumenismo:

A virada ecumênica da Igreja Católica, porém, está relacionada à pessoa do Papa João XXIII, eleito em 1958 e falecido em 1963. Já em 1960 ele cria na Cúria em Roma o “Secretariado para a Unidade dos Cristãos”. Este Papa queria a “atualização da Igreja”, o que, no seu entender, implicava a abertura ecumênica. Foi o que o motivou a convocar um Concílio com o objetivo de promover a renovação da Igreja. Este Concílio, o Vaticano II, aberto em 1962 e encerrado em 1965, foi o primeiro a se pronunciar oficialmente sobre o ecumenismo, no decreto chamado “Unitatis Redintegratio”. Infelizmente o Papa João XXIII faleceu já um ano após a abertura do Concílio. Paulo VI colheu os frutos da iniciativa de seu antecessor (2004, p. 51).

Apesar do Concílio ser uma expressão da Igreja Católica, sua celebração conseguiu chamar a atenção de lideranças de Igrejas de outras confissões, e em alguns casos despertar simpatia em razão de um dos objetivos a que se propunha, que era a promoção da unidade dos cristãos.

Numa determinada etapa conciliar “O instituto ecumênico da Federação Mundial Luterana de Estrasburgo publicava naqueles dias uma coleção de ensaios com o sugestivo título, *Wir sind gefragt* – Somos interpelados (VERCRUYSSSE, 1998, p. 69).

Os documentos conciliares refletem em si uma participação ecumênica em razão da colaboração prestada por observadores não-católicos, quando suscitados para elaboração de perguntas. Muitos dos documentos, por sinal, principalmente aqueles considerados dos mais importantes, transpiram em muitos de seus termos o espírito da comunhão ecumênica. É o mesmo J. Vercruysse que narra:

Mencionemos em particular a constituição dogmática sobre a Igreja, *Lumen Gentium*, que elabora uma eclesiologia do povo de Deus e abre perspectivas de comunhão com as Igrejas não em plena comunhão ainda, e a constituição dogmática sobre a revelação divina, *Dei Verbum*, que retoma a relação entre Sagrada Escritura e Tradição de um modo global, como dois modos de transmissão da mesma revelação, e sublinha a prioridade da Sagrada Escritura. A *Dei Verbum* foi considerada por alguns o documento conciliar mais importante do ponto de vista ecumênico (1998, p. 69).

Já o Decreto *Orientalium Ecclesiarum* refere-se particularmente às Igrejas orientais católicas, e reconhece primariamente o valor próprio da tradição oriental e permite assim melhorar as relações com as Igrejas ortodoxas.

A Declaração *Dignitatis Humanae* versa sobre a liberdade religiosa e dispõe sobre o direito das pessoas e das comunidades à liberdade social e civil em matéria religiosa. Necessário era que o concílio afirmasse esta verdade de maneira clara e peremptória, a fim de eliminar de vez uma certa ambigüidade que causava um relativo incômodo nas relações entre as Igrejas.

A Constituição *Sacrosanctum Concilium* sobre a Sagrada Liturgia, introduziu muitas reformas no campo litúrgico e algumas delas muito contribuíram para a aproximação ecumênica, como a adoção da língua vernácula e a importância que deve ser dada à pregação.

O Decreto do Ecumenismo, como é conhecida a *Unitatis Redintegratio*, no dizer de J. Vercauteren “é o alvará para o compromisso ecumênico da Igreja católica”.

Por que foi assim chamado? Lembramos que até meados do século XX a Igreja Católica sempre se mostrou esquiva a qualquer aproximação com as Igrejas da Reforma, e em menor escala, com as Igrejas Católicas Orientais. A esquivança referenciada já havia se manifestado em muitas ocasiões, quando a Sé Romana demonstrou incompreensão e até mesmo hostilidade a qualquer investida no sentido de uma aproximação de cunho ecumênico.

Como a promoção da unidade dos cristãos era um dos principais objetivos do Concílio, seria natural que o espírito ecumênico começasse a se desenhar entre os padres conciliares, sob a inspiração do Espírito Santo.

Inspirado na mesma perspectiva teológica da *Lumen Gentium*, o Decreto indicava os princípios católicos sobre o ecumenismo, estimulava os fiéis à ação promotora da unidade cristã e, enfim, dirigia-se às Igrejas orientais de tradição ortodoxa, e às comunidades que nasceram da reforma para incitá-las a uma convergência em todos os níveis da vida cristã. Era particularmente significativa a definição de um modelo de unidade fundado não na uniformidade e na absorção, mas na variedade dos carismas e na complementaridade das tradições. Segundo esse espírito, era reconhecida a necessidade de se superar a contraposição dos respectivos sistemas doutrinários, aceitando-se que modos e métodos de enunciar a fé podem ser diferentes e complementares e que as verdades da doutrina cristã têm graus diferenciados de proximidade em relação ao núcleo da revelação (hierarquia das verdades) (ALBERIGO, 2005, p. 431).

O diálogo com o mundo moderno foi um dos aspectos dos quais o Concílio Vaticano II não descurou, considerando-se o tratamento que lhe foi dispensado. Deixando de lado a ostentação do poder espiritual que exerceu por longos séculos, a Igreja Romana passa a reconhecer que tem algo a apreender com o mundo, como expõe a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* n°44:

Do mesmo modo que é do interesse do mundo que ele reconheça a Igreja como realidade social da história e seu fermento, assim também a Igreja, por sua vez, não ignora quanto recebeu da história e da evolução do gênero humano. (...) Como a Igreja tem uma estrutura social visível, sinal da sua unidade em Cristo, pode também ser enriquecida, e de fato o é, com a evolução da vida social.

### 1.6.1 O Diretório Ecumênico

O papa João XXIII, em data de 5 de junho de 1960, tendo em vista um dos objetivos do grande evento eclesial que já tinha em mente, criou o Secretariado para a Unidade dos Cristãos, o que prova o decisivo interesse pela questão ecumênica. Sabia o pontífice que desse concílio fluiria uma nova visão da *ecclesia* de Cristo, daí a necessidade de um organismo do qual pudesse provir as necessárias orientações normativas sobre o ecumenismo que logo adviria. Surge o Diretório Ecumênico, publicado em três etapas, a última em 1993. Trata-se do nosso “Diretório para a Aplicação dos Princípios e Normas sobre o Ecumenismo”, dividido em cinco capítulos, o qual “destina-se a ser um instrumento posto a serviço de toda a Igreja e especialmente daqueles que estão diretamente empenhados na atividade ecumênica da Igreja Católica” (n. 6). O Secretariado para a Unidade dos Cristãos foi

reestruturado pelo papa João Paulo II, em 1989, passando a denominar-se Pontifício Conselho para a promoção da Unidade dos Cristãos.

### 1.7 Princípios bíblico-doutrinários do Ecumenismo

De forma especial, encontramos os princípios bíblico-doutrinários do Ecumenismo, no Novo Testamento em Jo 17,20-23, os quais se fazem presente em inúmeras outras passagens bíblicas, como por exemplo: Gl 4,4-6; Jo 11,51-52; Jo 10,16; At 4,32; 1Cor 3,3; Fl 4,12; Rm 12,16; 2Cor 12,20; 2Cor 13,11; 1Cor 10,13; Fl 1,27; Gl 3,28; Cl 3,15; Rm 12,5; 1Cor 12,13; Ef 4, 4.5; Ef 4,13; e ainda nos documentos do Vaticano II, principalmente o Decreto *Unitatis Redintegratio*.

Por que relacionarmos tantos textos, se *a priori*, desnecessária seria tão longa indicação? A teologia ecumênica representa algo novo dentro do contexto eclesial, e como tal, é passível, de contínuas reflexões teológicas em busca de seus fundamentos bíblico-doutrinários. Os textos neotestamentários e os documentos conciliares do Vaticano II, evidentemente oferecem suportes para tanto, ensejando sólidos alicerces àqueles que teologizam a favor ou em desfavor de determinadas convicções.

#### O Apóstolo Paulo em sua Carta aos Gálatas 4,4-6, diz que

Quando, porém, chegou a plenitude do tempo, enviou Deus o seu Filho, nascido de mulher, nascido sob a Lei, para resgatar os que estavam sob a Lei, a fim de que recebêssemos a adoção filial. E porque sois Filho, enviou Deus aos nossos corações o Espírito do seu Filho, que clama: Abba, Pai! De modo que já não és escravo, mas filho. E se és filho, és também herdeiro, graças a Deus.

#### O Decreto *Unitatis Redintegratio*, nº 24, assim se expressa:

O Concílio deseja ardentemente que as iniciativas dos filhos da Igreja católica, progridam em conjunto com as iniciativas dos irmãos separados, sem que ninguém coloque obstáculo aos caminhos da Providência nem prejudique as futuras inspirações do Espírito Santo. Mas o Concílio declara igualmente estar consciente de que o santo projeto de reconciliar todos os cristãos na unidade de uma só Igreja ultrapassa as forças e as capacidades humanas. Coloca totalmente sua esperança na oração de Cristo pela Igreja, no amor do Pai para conosco e na virtude do Espírito Santo. “A esperança não decepciona, porque o amor de Deus foi derramado em nossos corações pelo Espírito Santo, que nos foi dado” (Rm 5,5).

O Batismo é o sacramento da unidade e isso obviamente não está em discussão no seio das igrejas cristãs. Mas, como sacramento da unidade, que é, precisa sê-lo em toda sua amplitude, e vale repetir um elemento animador, consistente no fato de que as arestas que separam os cristãos são mais significativas nas questões eclesiológicas, que nas doutrinárias.

Os cismas que aconteceram no seio da Igreja ocasionaram rupturas que implicaram no fracionamento eclesial. O impasse criado oferece dificuldades para que a manifesta vontade de Cristo logo seja uma realidade entre os povos cristãos, apesar da aproximação conciliadora das confissões tradicionais e dos posicionamentos do Concílio Vaticano II.

Logicamente há entraves e desacordos, mas o firme propósito na busca do que parece impossível, conta com um alimento impulsionador, que é o sopro constante do Espírito Santo.

Partindo dessa convicção, sem nenhuma dúvida autêntica e veraz, há que se deixar claros os princípios teológico-bíblicos fundamentais do ecumenismo, nos quais as igrejas de Cristo fincam os alicerces firmes em defesa do restabelecimento da unidade atingida.

## **1.8 A Busca da Unidade**

No texto do Evangelho de João, capítulo 17, versículos 20-23, o Espírito Santo parece querer chamar a atenção dos cristãos, para a oração pela unidade feita por Jesus. E o curioso é que Jesus não se dirige diretamente aos cristãos, não lhes faz nenhum apelo direto, e mesmo assim toda a comunidade cristã entende que o Espírito quer lhes chamar a atenção. Por quê? Jesus veio ao mundo para que esta unidade se concretizasse numa realidade, que os cristãos fossem “um só”. Sendo a unidade obra de Deus, resta aos homens fazer o que lhes compete, a fim de que a sua graça produza seus inefáveis efeitos. A oração do Pai-Nosso traduz este sentido de forma indubitável.

Embora essa unidade esteja centralizada em Jesus Cristo, é necessariamente uma unidade no Espírito Santo. Os crentes têm sua nova vida em Cristo, visto que todos nascem de um só espírito (Jo 3,5; Ef 4,4). Mas isto significa que são irmãos de Jesus Cristo e uns dos outros na única família de Deus. Eles têm o único Deus e Pai de todos (Ef 4,4). Têm não



somente um nascimento em comum, como também uma mente em comum, que é a mente de Cristo (Fp 2,5). São guiados por um só espírito, sendo edificados como uma habitação de Deus mediante o Espírito (Ef 2,22) (ELWELL, 2009, p. 596).

A busca de restauração da unidade vem envidando grandes esforços nas mais diversas confissões religiosas, especialmente a partir de meados do século XIX. O sopro do Espírito tem movido muitos corações e os deixado inquietos. Já não podem viver separados aqueles pelos quais Jesus se ofereceu no cruento sacrifício da cruz, para que fossem feitos “um”, e ainda representassem um sinal de unidade entre os povos.

O Decreto Conciliar sobre o ecumenismo, já anteriormente citado, mostra bem este anseio da Igreja Católica, o que é compartilhado com muitos outros cristãos que no seio de suas Igrejas e comunidades eclesiais, também aspiram ao desejo de unidade.

Há a consciência de que é necessário fazer a vontade do Pai, de que não se pode nem se deve permanecer de ouvidos fechados a esse pedido do Divino Mestre. Na oração sacerdotal, Ele eleva o pedido ao Pai: “... como tu Pai, estás em mim e eu em ti, que eles estejam em nós, para que o mundo creia que tu me enviaste” (Jo 17,11b). Nesta oração, repetidas vezes Jesus Cristo roga ao Pai pela unidade daqueles que d’Ele recebera e pelos quais se ofereceria em resgate, para fazer deles o seu povo, “uma nação santa, um povo escolhido”, sacramento seu perante o mundo. O “ser um”, é uma necessidade para que o mundo creia que Jesus é o enviado do Pai.

Uma das tarefas urgentes para os cristãos hodiernos é a descoberta do modo pelo qual poderão responder ao apelo de seu Senhor. Todos nasceram para Deus “na unidade do Pai, do Filho e do Espírito Santo”; nela receberam o Batismo, nela se tornaram Igreja. Devem então viver uma vida reconciliada com todos, especialmente com aqueles que, como eles, professam a fé no Deus Uno e Trino.

Entretanto, esta é uma tarefa bastante árdua. O esforço por essa unidade cabe aos cristãos, mas a concretização da obra será do Espírito Santo, que arranca o que divide e santifica e unifica a todos e a todas as coisas.

A unidade da Igreja se fundamenta no Deus que é unidade e que é trindade. A unidade dos cristãos é criada à imagem e semelhança do Deus uno e trino, que é o seu supremo modelo e princípio deste mistério. Há um só Deus e um só povo de Deus, a Igreja de Cristo. “Pois há um só Deus, há um só mediador entre Deus e os homens, Cristo Jesus, que se deu em resgate por todos” (1Tm 2,5-6). Mas, a unidade visível desta Igreja foi ferida pelas rupturas ao longo dos séculos. Os cristãos estão divididos.

Os credos básicos da fé cristã, a exemplo do Credo Apostólico e do Niceno-Constantinopolitano, afirmam ser a Igreja de Jesus Cristo essencialmente uma. Está fundamentada no evangelho que é o mesmo ontem e hoje e em todos os lugares. A unidade faz parte de sua essência. Jesus não quis diversas igrejas, rivalizantes entre si. Quis apenas uma. Mesmo assim, existem muitas. Também isto, em si, não seria nenhum problema. O apóstolo Paulo escreve já no seu tempo, “às Igrejas da Galácia” (Gl 1,2; cf. 2Cor 11,28). Cada uma das comunidades locais é representação da Igreja toda. Elas podem ter identidades próprias, específicas, decorrentes da pluriculturalidade de seus membros, de particularidades contextuais ou de evoluções históricas. São numerosos os fatores diversificantes da Igreja de Jesus Cristo. Ela sempre vai se apresentar multiforme, desdobrando-se em Igrejas. Resulta daí que ecumenismo não deve querer uniformizar. Deve, isto sim, reconciliar, conjugar, criar comunhão eclesial. Diversidade é legítima, enquanto capaz de complementação mútua (BRAKEMEIER, p. 11, 2004).

Cabe perguntar: que tipo de unidade se deve buscar? Que quantidade de esforços deve ser empenhada?

O certo é que há uma unidade invisível, um tanto fragilizada pelas rupturas, mas que não pode ser quebrada porque tem o seu fundamento no próprio Cristo. Há um só senhor e um só espírito que dirige e conduz a Igreja. A unidade visível deve ser buscada à luz da unidade invisível, unidade que é comunhão plena que se “dará quando o Senhor quiser e da forma que ele quiser”, mas deve ser buscada e construída com a participação de todos os que crêem em Jesus Cristo como o Cristo de Deus, Senhor e Salvador de suas vidas.

Esta busca da unidade é, sobretudo, fruto da moção do Espírito Santo que move o coração de muitos cristãos, que desejosos de fazer realidade o pedido de unidade do Senhor, se esforçam, quer pela oração, quer por ações, tendo em vista “alcançar a plenitude da unidade almejada por Jesus Cristo” (*Unitatis Redintegratio*, nº 4). A caminhada ecumênica, entretanto, tem seus desencontros.

Enquanto a Igreja Católica demonstra através dos documentos conciliares, e no momento atual, nas palavras do Papa Bento XVI que o ecumenismo é um caminho sem volta, G. Brakemeier diz que “deve-se constatar certa ambiguidade dos textos do Concílio”. Depreende-se de sua análise, que os textos oferecem uma certa dubiedade no tocante à sua interpretação, dando margem à duas conotações distintas, ora tradicional, ora inovadora. E explicita:

Isto explica porque a recente Declaração da Congregação para a Fé, com o título “*Dominus Iesus*”, expedida em 2000 d.C., possa interpretar o “subsiste” do Concílio Vaticano II, como referindo-se exclusivamente à Igreja papal. Volta a ser identificada a Igreja de Cristo com a Igreja Católico-Romana, sendo fechadas portas antes abertas. A luta entre conservadores e progressistas pela interpretação do Concílio continua. O espírito do Vaticano II era indiscutivelmente o da abertura ecumênica, de modo que uma interpretação “reacionária” está em desacordo com os propósitos originais dos conciliares (BRAKEMEIER, 2004, p. 53).

Klein, no seu Curso de História da Igreja comenta também sobre a Declaração *Dominus Iesus*, observa que pelo documento “as Comunidades eclesiais que não conservaram um válido episcopado e a genuína e íntegra substância do mistério eucarístico, não são igrejas em sentido próprio”. Para ele, o documento da sé romana fez surgir “uma pedra no caminho”. Observa que menos de um ano antes da assinatura da Declaração Romana, foi assinada na Alemanha no dia 31 de outubro de 1999, uma Declaração Conjunta sobre a Doutrina da Justificação, tendo como pactuantes a Federação Luterana Mundial e o próprio Vaticano. E complementa:

[...] justificação significa que o próprio Cristo é nossa justiça, da qual nos tornamos participantes através do Espírito Santo segundo a vontade do Pai. Confessamos juntos: somente por graça, na fé na obra salvífica de Cristo, e não por causa de nosso mérito, somos aceitos por Deus e recebemos o Espírito Santo, que nos renova os corações e nos capacita e chama para as boas obras (KLEIN, 2007, p. 381).

Uma outra voz vem se juntar aos teólogos acima mencionados. Segundo Bosch, documentos da hierarquia católica podem obstaculizar o processo ecumênico junto às igrejas protestantes.

A Declaração *Dominus Iesus*, sobre a unicidade e universalidade salvífica de Jesus Cristo e da Igreja, causaram tanto mal-estar na totalidade prática das igrejas cristãs não romanas que é necessário perguntar – se sua

publicação foi oportuna no tempo (no ano da reconciliação jubilar), se sua linguagem foi a mais apropriada e fraterna, e finalmente se foram levadas em conta tanto a necessária e serena autocrítica como as aquisições de todo o tipo no terreno ecumênico alcançadas em pouco mais de trinta anos. (NDT *apud* Juan Bosch, 2009, p.165).

Face às dificuldades surgidas e aos impasses criados, o que fazer para que a busca da unidade não sofra sérias intercepções na sua trilha já um tanto tortuosa?

São indicados alguns passos para a continuidade deste caminho, que precisa ser perseguido a todo custo:

A superação dos obstáculos na busca da unidade cristã exige o resgate do Concílio Vaticano II e sua intrínseca vinculação com o ecumenismo. (...) O Concílio orienta e exige da Igreja que dê passos firmes nas trilhas ecumênicas, fortalecendo o compromisso com a unidade dos cristãos a partir do desenvolvimento de capacidades novas para se relacionar, estabelecer compromissos, construir consensos, coordenar ações e partilhar recursos sobre bases organizacionais, administrativas e operativas explícitas e transparentes. (...) Para isso é preciso abertura e sensibilidade para as importantes mudanças que se produzem no âmbito das igrejas e do movimento ecumênico. Há uma prática a ser definida que seja simultaneamente eclesial e ecumênica, criando, assim, uma visão ecumênica como princípio de vida, radicada na vivência comunitária da fé (Wolff, 2008, p. 1).

## 1.9 Movimento Ecumênico

“É um movimento suscitado pelo Espírito Santo com vistas a restabelecer a unidade de todos os cristãos a fim de que o mundo creia em Jesus Cristo” (NAVARRO, 1995, p.12).

A definição acima parece dar livre expansão a um anseio de difícil concretização. Ao mesmo tempo há que ser considerado que a suscitação para tanto provém do Espírito Santo, o que de plano, inibe qualquer afirmação peremptória contrária a um favorável desfecho. O fato é que a pluralidade de Igrejas, as oposições interpostas entre si, as boas razões encontradas para tanto, os sérios obstáculos à superação das divergências, continuaram e ainda continuam afrontando e agredindo a vontade de Cristo. Seu angustiado apelo feito ao Pai na conhecida Oração Sacerdotal constante no Evangelho de João, 17,20-23, se

constitui talvez no mais importante princípio teológico-bíblico do Ecumenismo. Diz a Palavra:

[...] não rogo somente por eles, mas pelos que, por meio de suas palavras, crerão em mim, a fim de que todos sejam um. Como tu, Pai, estás em mim e eu em ti, que eles estejam em nós, para que o mundo creia que tu me enviaste. Eu lhes dei a glória que me deste para que sejam um, como nós somos um: Eu neles e tu em mim, para que sejam perfeitos na unidade e para que o mundo reconheça que me enviaste e os amaste como amaste a mim.

Surge o movimento ecumênico, que o Concílio Vaticano II irá definir como “atividades e iniciativas, segundo as necessidades e as condições temporais da Igreja, que despertam e inspiram a busca da unidade entre os cristãos”. (*Unitatis Redintegratio* n° 4) (Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II, 2004, p. 221). Este movimento toma corpo e embora pareça seguir a passos lentos, podemos considerá-lo um dos acontecimentos mais importantes que caracterizaram o século passado. A busca da unidade se processa no seio do ecumenismo num esforço conjunto de diálogo e ação. Acredita-se que o resultado compete aos poderes divinos, mas é primordial que os homens façam sua parte.

O contexto do surgimento do movimento ecumênico, seu protagonismo, deve-se ao protestantismo missionário, sobretudo, os engajados nas missões da África e da Ásia. Eles se inquietavam com a situação de divisão das igrejas cristãs, o que se tornava um entrave na apresentação de Jesus Cristo como o único Salvador de todos os povos. Para eles a Igreja dividida se constituía num obstáculo intransponível, e o ecumenismo era uma necessidade imperativa para a missão de evangelizar esses povos.

O momento histórico do surgimento do movimento ecumênico situa-se no início do século XIX, em 1805, com o pedido do missionário batista William Carey para que se criasse uma “associação geral de todas as denominações cristãs nas quatro partes do mundo”. A partir deste pedido de Carey, a consciência ecumênica nasce e vai tomando corpo, principalmente a partir de 1854, cujo crescimento levou à formação da Assembléia de Edimburgo, em 1910 (GIBELLINI, 2002, p. 488).

A entrada no ecumenismo da Igreja Católica e das Igrejas Orientais foi mais tardia. Num primeiro momento toda idéia de ecumenismo foi rejeitada. A encíclica de Leão XIII (1878-1903), *Satis Cognitum*, de 1896, afirma que “só existe uma Igreja de Cristo, a Igreja colocada sob a responsabilidade do pontífice romano. Deixar essa Igreja equivale afastar-se do caminho da salvação” (SC 614). A encíclica de Pio XI (1922-1939), *Mortalium Animus*, de 1928, proíbe toda a relação com as outras comunidades cristãs e todo o contato com o movimento ecumênico (LACOSTE, 2004. P. 599).

A intransigência por parte da Igreja Católica Romana refletia na verdade a concepção milenar de que ela era a única e verdadeira Igreja de Cristo. Nisto residia a razão do movimento ecumênico haver sofrido certas reticências por parte da hierarquia católica, ao considerar que só na Igreja Católica se verificava a unidade que Cristo queria. Algumas décadas teriam ainda que ser trilhadas para que a necessária mudança acontecesse.

O Deus cristão, que é Criador, em respeito à liberdade que Ele quis propiciar não cria obstáculos aos homens que deliberadamente provocam divisões no Corpo de Cristo, que é a Igreja. Em contrapartida, os inspira a buscarem em meio às necessidades e conforme as condições de seu tempo, o diálogo, como esforço para superar as divisões do passado e reconduzir à unidade o redil o Senhor.

Todos somos irmãos em Cristo, pertencentes à sua Família, unidos pelo mesmo sacramento batismal. Como então justificar a separação, já que todos professam a mesma fé? Como justificar a inércia e indiferença com a barreira estabelecida, às vezes abissal, que, na sua própria confissão dogmática os afasta e os desagrega da plenitude da vida? Por que a desunião entre as mais diversas confissões cristãs, se quem os une é o próprio Jesus Cristo, Filho do Deus Criador, com suas palavras do Evangelho? Quando as Igrejas cristãs afirmam que o Batismo é o sacramento da unidade, elas supõem não estar expondo uma visão puramente eclesial e sim expressando a vontade do próprio Jesus Cristo, que não somente a manifestou por orações dirigidas ao próprio Pai, mas principalmente criou as condições sobrenaturais exigidas para tanto, consubstanciadas por seu sofrimento, morte e ressurreição.

### 1.10 A Conferência de Edimburgo

A Conferência realizada em Edimburgo, na Escócia, em 1910, é considerada o marco oficial do início do movimento ecumênico. Esta Conferência reuniu 1.200 delegados representantes de diferentes sociedades missionárias protestantes, entre os quais representantes africanos e asiáticos.

Da Conferência de Edimburgo surgiram os projetos e as comissões que tornaram realidade o movimento ecumênico. G. Brakemeier refere-se às diversas organizações que dariam origem ao Conselho Mundial de Igrejas. A 1ª, o Conselho Missionário Internacional, que objetivava apoiar e coordenar as iniciativas missionárias em nível global. Em 2º lugar, destacava-se o surgimento da Comissão *Life and Work* – Vida e Ação, e por último a Comissão *Faith and Order* - Fé e Constituição (BRAKEMEIER, 2004, p. 35).

A Comissão *Life and Work* promovida pelo bispo luterano de Upsalla, Nathan Soderblom, tinha como finalidade enfrentar de modo coordenado os problemas relativos às responsabilidades das Igrejas diante da sociedade. Aberta aos problemas sociais, buscava favorecer a unidade por meio de ações práticas prestadas à sociedade. “A doutrina separa e a ação une”, diria com muita propriedade o bispo luterano Nathan Soderblom.

Já a Comissão Fé e Constituição, por sua vez promovida pelos bispos anglicanos, sobretudo, pelo bispo Charles Brent, ocupou-se das divergências doutrinárias das confissões e empreendia o desenvolvimento de ações de esclarecimento inter-eclesial, para promover a unidade no âmbito doutrinário (GIBELLINI, 2002, p. 488).

Os trabalhos foram realizados sob forte otimismo missionário, pois se propagava “a evangelização do mundo ainda nesta geração”, o que se não se efetivou, rendendo entretanto incentivos ecumênicos que se constituíram em forte arrimo para a caminhada que se iniciava. Houve relutância por parte das Igrejas quanto ao acolhimento do ideal ecumênico, porém logo se tornou realidade o intuito de não só se organizar o projeto missionário, “e sim também de falar sobre assuntos de doutrina e de promover ações conjuntas em questões práticas entre as Igrejas” (BRAKEMEIER, 2004, p. 34).

### 1.11 O Conselho Mundial de Igrejas

O êxito dos trabalhos da Conferência de Edimburgo foi se concretizando nos anos seguintes. As Comissões mencionadas, com suas respectivas atividades diversas uma da outra, acabaram direcionando seus rumos a uma convergência de idéias e de ações.

A confluência destas comissões levou ao surgimento do Conselho Ecumênico de Igrejas (CEI) ou Conselho Mundial de Igrejas, na Conferência Ecumênica de Utrecht, em 1938. A realização da primeira reunião do Conselho Mundial de Igrejas, que seria em 1941 em virtude da 2ª Guerra Mundial, só aconteceu em 1948, em Amsterdam, no período de 22 de agosto a 4 de setembro. Era composta basicamente pela Comissão “Fé e Constituição” e a Comissão “Igreja e Sociedade”, antiga “Vida e Ação”, que eram coordenadas por um comitê central responsável pela convocação de uma assembléia geral a cada sete anos, em que era verificada a vontade das Igrejas–membros no campo prático e doutrinário.

A partir de 1970 o Conselho Mundial de Igrejas passa a articular as suas ações na busca da unidade da Igreja e da humanidade, por meio de três comissões: A Comissão “Fé e Testemunho”, que se ocupa das questões doutrinárias em vista da unidade da Igreja; a Comissão “Justiça e Serviço”, tendo em vista as questões sociais práticas, e a Comissão “Educação e Renovação” cujo fim é a promoção da educação cristã e a formação ecumênica.

Congregando mais de 300 confissões protestantes e ortodoxas, o CMI é definido como “uma associação de Igrejas que confessam que o Senhor Jesus Cristo é Deus Salvador segundo as Escrituras, e procuram, pois, realizar juntas sua vocação comum para a glória do único Deus, Pai, Filho e Espírito Santo” (GIBELLINI, 2002, p. 489).

Como já referenciado, a Igreja Católica Romana só ingressou no Movimento Ecumênico após o Concílio Vaticano II.

G. Brakemeier afirma que “O Concílio abriu as portas para um novo capítulo no ecumenismo com e por parte da ICAR”. Arrolamos a seguir alguns dos trilhos por ele desenhados.



- a. O Concílio, ao referir-se à Igreja, privilegiou o conceito “*povo de Deus*” em lugar do tradicional “*corpo de Cristo*”, sem que este fosse suprimido. Ora, o povo de Deus é mais abrangente do que o conjunto de membros de uma instituição eclesial.
- b. O Concílio afirmou que a Igreja de Cristo “*subsiste*” na ICAR, dando a entender que ela poderia subsistir também nas outras Igrejas. Não há identidade entre Cristo e a Igreja, e sim apenas analogia.
- c. É reconhecida *uma co-responsabilidade de católicos* nas cisões da Igreja havidas no passado.
- d. Afirma-se uma “*hierarquia de verdades*”, ou seja, distingue-se entre verdades centrais e outras mais periféricas. O culto aos santos, por exemplo, não teria o mesmo peso como a doutrina da justificação por graça e fé. Isto facilita o entendimento ecumênico.
- e. Admite-se haver também fora da estrutura da Igreja Católica “*elementos de santificação e de verdade*”. Assim o constata a Constituição Dogmática “*Lumen Gentium*”. Portanto, começa a tornar-se permeável o exclusivismo católico-romano. O batismo e a fé criam comunhão, embora imperfeita, com a Igreja Católica, exigindo o reconhecimento mútuo como irmãos e irmãs em Cristo.
- f. Constata-se que a catolicidade da Igreja de Jesus Cristo ainda não alcançou a plenitude, enquanto não removidas as rupturas em seu corpo. Sem a “*Re-integração da Unidade*”, pois sofre prejuízo a qualidade católica da Igreja, Tarefa do ecumenismo é exatamente a recuperação da mesma. A integralidade da Igreja exige a re-unificação de todos os seus membros (BRAKEMEIER, 2004, p. 51).

O diálogo entre luteranos, presbiterianos, anglicanos, católicos e ortodoxos, tem alcançado um resultado positivo, reconhecendo-se muitos pontos de consenso. Hoje existe um clima de respeito mútuo e confiança. Novos passos logo serão manifestos, a fim de que o mundo veja que os cristãos estão efetivamente empenhados em fazer subsistir a vontade de Cristo, que anseia pela unidade dos cristãos.

A Igreja Católica não é membro do Conselho Mundial de Igrejas – CMI –, mas mantém estreitos contatos com o CMI através de representantes, que participam como membros observadores nas assembleias.

## 1.12 Conselho Nacional de Igrejas Cristãs – CONIC

O Concílio Vaticano II havia despertado a Igreja Católica, para uma resoluta inserção na busca da unidade da Igreja de Cristo. Animados pelo Espírito Santo, algumas igrejas protestantes tradicionais, além da Igreja Ortodoxa e da Igreja

Católica Romana, constituíram em bases legais esse Conselho com uma destinação muito própria. A constituição do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC) representou uma nova fase na consolidação do movimento ecumênico no âmbito nacional. A criação do CONIC resultou de alguns encontros com as lideranças de diversas igrejas, mais propriamente dos Encontros de Dirigentes Nacionais de Igrejas Cristãs – EDI. É verdade que anteriormente iniciativas ecumênicas já vinham acontecendo, mas o diálogo e os estudos se desenrolavam entre professores de teologia. Com o EDI, o alcance foi ampliado e melhor estruturado, pois as discussões, estudos e reflexões passaram a acontecer entre as hierarquias eclesiásticas, o que possibilitou a criação de um organismo representativo, com autoridade para organizar-se administrativamente e procurar buscar a tão almejada unidade.

Esses encontros de lideranças favoreceram enormemente o intercâmbio teológico entre as comunidades cristãs sobre diversos temas a respeito dos sacramentos, da ação pastoral e da sociedade brasileira. Entre os temas tratados temos as reflexões sobre o sacramento do batismo, o que permitiu a realização de acordos sobre o reconhecimento mútuo do sacramento batismal. Outros encontros importantes foram os que refletiram sobre a Eucaristia, o Matrimônio e a pastoral familiar havendo os mesmos se estendidos até 1982. Deles, repetimos, se originou o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs.

O CONIC empenha-se ainda na promoção da dignidade, dos direitos e deveres da pessoa humana, na busca e no serviço do amor, da justiça e da paz; desenvolve linhas comuns de ação e favorece o relacionamento com entidades congêneres, nacionais e internacionais.

São Igrejas fundadoras do CONIC a Igreja Católica Romana, a Igreja Cristã Reformada do Brasil, a Igreja Episcopal (Comunhão Anglicana) do Brasil, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil e a Igreja Metodista. Posteriormente ingressaram no CONIC a Igreja Presbiteriana Unida e a Igreja Católica Siriana (Guia Ecumênico, 2003, p. 126).

A atual composição do CONIC tem a participação da Igreja Católica Apostólica Romana, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, a Igreja Evangélica de

Confissão Luterana no Brasil, a Igreja Sirian Ortodoxa de Antioquia e a Igreja Presbiteriana Unida.

E. Wolff, no seu livro, *Caminhos do Ecumenismo no Brasil*, menciona que

A constituição do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs – CONIC, em 1982, caracteriza uma nova fase na história do movimento no Brasil, como o período da consolidação das convicções ecumênicas dos cristãos brasileiros que já de longa data vêm se posicionando a favor da unidade. Significa também uma melhor definição da metodologia e da estrutura do empenho ecumênico, vinculando o diálogo teológico e o pastoral, o diálogo igreja-igreja e o diálogo igrejas-sociedade (2002, p. 128).

Muitas das Igrejas cristãs tradicionais estão desde 1982, trabalhando em favor da unidade dos cristãos. A caminhada ecumênica, com suas idas e vindas, confiante na força do Espírito busca a superação de suas diferenças com um único fito, que é acolher a Palavra do Senhor que anseia ver todos seus irmãos vivenciando a mesma fé, no mesmo Deus que é Pai, Filho e Espírito Santo.

Cristãos que somos, temos um único batismo. Mas as divergências doutrinárias em torno deste sacramento implicavam em entendimentos dúbios sobre sua administração, questões felizmente já superadas em razão de definições existentes neste sentido. É verdade que existem ainda pontos aparentemente inconciliáveis, que a princípio parecem impossibilitar qualquer tentativa de coesão. Por outro lado, a maioria das questões conflitantes são de origem eclesiológica, o que tem facilitado a abertura de vertentes que possibilitam condições para o diálogo, para uma união de esforços em busca da unidade.

O Movimento Ecumênico impulsionado pelo CONIC é um instrumento a serviço desta missão que já é detentora de uma longa caminhada, por sinal, secular, apesar de algumas das Igrejas hoje a ele ligadas, somente há algumas décadas tenham experienciado tão árduo e espinhoso encargo.

O Estatuto do CONIC ao tratar de sua Base Constitutiva, diz que o CONIC é

Uma associação fraterna de Igrejas que confessam o Senhor Jesus Cristo como Deus e Salvador, segundo as Escrituras, e, por isso, procuram cumprir sua vocação comum para a glória de Deus uno e Trino, Pai, Filho e

Espírito Santo, em cujo nome administram o santo batismo. O amor de Deus, a confissão da fé comum e o compromisso com a missão, impulsionam as Igrejas-membros a uma comunhão cristã mais profunda e a um testemunho comum do Evangelho no Brasil, no exercício do amor e serviço ao povo. Respeitadas as diferentes concepções eclesiológicas, as Igrejas-membros se reconhecem convocadas por Cristo à unidade de sua Igreja, na certeza da atuação do mesmo Cristo e do seu Espírito nelas e através delas (Estudos da CNBB nº 21, 2003, p.125).

Um dos objetivos do CONIC é “colocar-se sob a ação do Espírito Santo a serviço da unidade da Igreja, estudar e refletir sobre questões teológicas e outras que se constituam relevantes para a unidade e a missão da Igreja, nomeadamente os resultados dos diálogos interconfessionais”. Em razão de tais objetivos, foi lavrado no dia 15 de novembro de 2007, o Ato de Reconhecimento Mútuo da Administração do Sacramento do Batismo entre Igrejas Membro do CONIC. O evento ocorreu no Mosteiro de São Bento, em São Paulo-SP, ocasião em que cinco Igrejas Cristãs, membros do Conselho Nacional das Igrejas Cristãs do Brasil, assinaram um documento mediante o qual reconhecem mutuamente o Batismo administrado nas respectivas Igrejas. São elas: Igreja Católica Apostólica Romana, Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Igreja Presbiteriana Unida do Brasil e Igreja Siriana Ortodoxa de Antioquia (CONSELHO NACIONAL DAS IGREJAS CRISTÃS DO BRASIL, 2007, p. 1).

Há mais de 30 anos que as Igrejas cristãs tradicionais buscam equacionar questões relativas ao sacramento do Batismo, por meio da firmação de acordos, declarações, reconhecimento mútuo, reconhecimento recíproco, declaração conjunta, acordo pastoral e ato de reconhecimento mútuo.

Mencionamos a seguir inúmeros atos que foram devidamente formalizados por diversas confissões religiosas em torno do sacramento do Batismo (KLEIN, 2010, p. 201).

1. Reconhecimento Mútuo do Batismo entre as Igrejas Católica Romana e Luterana, na Austrália (1977), revisado em julho de 2001.
2. Reconhecimento Mútuo do Batismo entre a Igreja Católica Romana e a Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (1979).

3. Declaração Conjunta de Reconhecimento Mútuo do Batismo entre a Igreja Católica Romana, a Igreja Evangélica Luterana Unida (IELU) e a Igreja Evangélica do Rio da Prata (IERP), em 1986.
4. Declaração Conjunta de Reconhecimento do Sacramento do Batismo entre a Igreja Católica Romana do Uruguai e a Igreja Evangélica Luterana Unida em 1993.
5. Acordo entre a Igreja Metodista Unida da Noruega e a Igreja Luterana da Noruega, em 1977.
6. Acordo entre o Santo Sínodo de Antioquia e a Igreja Siríaca (Parte) Declaração da Igreja Ortodoxa de Antioquia sobre o Diálogo Teológico – Uma Carta Sinodal do Patriarca, em 1991.
7. Reconhecimento Mútuo do Batismo na Polônia (firmado por diversas Igrejas), em 2000.
8. Reconhecimento Mútuo do Batismo Cristão por Igrejas Cristãs do Chile., em 1999.
9. Acordo Pastoral entre os Patriarcados Ortodoxo Copta e Ortodoxo Grego de Alexandria, em 2001.
10. Reconhecimento Mútuo do Batismo entre a Igreja Evangélica da Confissão de Augsburg na República Eslovaca e as Igrejas Católica Romana e Grega no país, em 2001.
11. Declaração de Acordo sobre Batismo entre a Igreja Anglicana, Igreja Evangélica Luterana e Igreja Católica Romana em Papua, Nova Guiné, em 2003.
12. Acordo de Mútuo Reconhecimento das Igrejas Luterana e Reformadas no Oriente Médio e Norte da África, em 2006.
13. Acordo de Reconhecimento Mútuo do Batismo na Alemanha, firmado por diversas Igrejas, em 2007.
14. Ato de Reconhecimento Mútuo da Administração do Sacramento do Batismo entre Igrejas-Membro do CONIC, em 2007 (KLEIN, 2010, p. 213).

O expressivo número de atos assinados pelas Igrejas pactuantes de diferentes confissões, é prova inconteste do interesse na solução de questões que dizem respeito à administração do sacramento do Batismo, na busca da unidade. Todos tiveram grande importância no contexto ecumênico-eclesial;

O primeiro ato acima referenciado diz respeito ao Reconhecimento Mútuo do Batismo entre as Igrejas Católica Romana e Luterana, na Austrália, em 1977 e posteriormente revisado em 2001. Diversos encontros se sucederam ao longo de três anos, o que propiciou um melhor entendimento entre as confissões religiosas envolvidas, culminando com a firmação do documento que reconhecia o Batismo administrado por quaisquer das Igrejas pactuantes.

Da máxima importância para o caminhar ecumênico, foi o documento conhecido como BEM, expressão que resume seu significativo título, Batismo, Eucaristia e Ministério, aprovado em 1982 na cidade de Lima, Peru. A Comissão de Fé e Constituição do Conselho Mundial de Igrejas foi quem o elaborou, acreditando aquela Comissão haver formulado “um grau considerável de consenso”, em três áreas que ofereciam muitos pontos controversos entre as igrejas, justamente o batismo, a eucaristia e o ministério (LOSSKY, 2005, p. 135).

O mencionado documento (BEM), trabalha o sacramento do batismo em 5 partes, a saber: A Instituição do Batismo, a Significação do Batismo, o Batismo e a Fé, a Prática do Batismo e a Celebração do Batismo.

Um grande número de igrejas ou corporações eclesiásticas, respondeu ao convite da Comissão de Fé e Ordem do Conselho Mundial de Igrejas sobre esse documento, como por exemplo, a Igreja Católica Romana, com mais de 800 milhões de fiéis à época, e os quackres da Holanda, em número de 150 membros, apenas para situar os extremos.<sup>2</sup>

Um outro importante documento foi firmado em Augsburg, na Alemanha, em 1999, entre a Igreja Católica Romana e a Federação Luterana Mundial. Trata-se de uma Declaração Conjunta sobre a Doutrina da Justificação, a qual supera alguns anátemas proferidos no século XVI (KLEIN, 2010, p. 182).

---

<sup>2</sup> As respostas foram publicadas pelo Conselho Mundial de Igrejas, em seis volumes, sob o título *Churches Respond to BEM*, de 1986 a 1988.

Pode-se assim afirmar, com bases sólidas, que as igrejas cristãs vêm desenvolvendo um intenso trabalho através dos diálogos ecumênicos na busca da unidade. No Brasil, tão ingente atividade, como já referenciado, está a cargo do CONIC.

O panorama ecumênico até aqui apresentado, esboça a realidade ecumênica hoje vivenciada pelas Igrejas cristãs que perseguem uma mesma destinação. Buscou-se mostrar as causas que geraram as dissensões na grande *ecclesia*, o protagonismo do ecumenismo protestante e o despertar ecumênico da Igreja romana e das Igrejas Ortodoxas. Vimos que a caminhada é íngreme e intrincada, em razão de desencontros eclesiais e de divergências em algumas questões de cunho teológico. A acentuação dada ao sacramento do batismo, como vínculo da unidade, inspira as Igrejas cristãs ecumênicas à persecução deste ideário. O capítulo a seguir quer sedimentar esta verdade.

## Capítulo 2

### Ecumenismo e o Sacramento do Batismo

No presente capítulo buscaremos observar o palmilhar da caminhada ecumênica, à luz do sacramento do batismo. Nesta visão, no transcurso do trabalho iremos perscrutar os meandros que envolvem o sacramento batismal a partir de seus princípios teológico-bíblicos. Antes, mostraremos a distinção entre os batismos em outras culturas e o sentido religioso da água no paganismo e no judaísmo. Em seguida, trataremos do sacramento do batismo e no seguimento de diversos itens serão apresentados os diversos eventos batismais que se sucederam ao longo da história cristã, finalizando com um comentário sobre quem pode ministrar o batismo, sua necessidade, e sobre a matéria e forma do sacramento em questão. Quando da análise de seus princípios teológico-bíblicos, perpassaremos sua caminhada histórica, o impulso acontecido com o Concílio Vaticano II, a intensa e árdua atividade desenvolvida pelas Igrejas protestantes, que redundou nos inúmeros termos, acordos e outros instrumentos formalizados com vistas a uma contínua aproximação entre as diversas confissões religiosas, para culminar com a situação que se apresenta nos dias de hoje.

Pensar no Ecumenismo é pensar no Batismo como o sacramento da unidade. Afinal, o Ecumenismo “é um movimento suscitado pelo Espírito Santo e que visa restabelecer a unidade de todos os cristãos, a fim de que o mundo creia em Jesus Cristo” (NAVARRO, 1995, p.12). Fácil é imaginar quão difícil é esse encargo. As confissões religiosas encontram-se encimadas sobre doutrinas às quais se encontram arraigadas. Por outro lado, há modos diferentes de ver a “*ecclesia*”, o que não deixa de ser uma dificuldade a mais. Entendemos que buscar a unidade é buscar um consenso, o que convenhamos, parece-nos humanamente impossível. De positivo e animador, há o fato de que as Igrejas têm consciência que não se trata de uma incumbência que visa atender interesses eclesiais, e sim, de se buscar atender a um imperativo do próprio Deus.

Pesquisar sobre a visão ecumênica do Sacramento do Batismo se constitui no anseio a um maior conhecimento de uma realidade ainda um tanto obscura. Obscura não porque há algo escondido, mas porque se trata de uma



vivência eclesiológica de recente aplicação, sem ainda qualquer *feed-back* que ofereça elementos para uma avaliação consistente.

Há necessidade de se preencher essa lacuna. Ensinamentos doutrinários e teológicos pululam nas nossas livrarias sobre o sacramento do batismo. Verdades que exprimem, por exemplo, que o batismo simboliza não apenas o início de uma nova vida em Cristo, mas a morte da velha vida de pecado. Acreditamos que é necessário também conhecermos a visão ecumênica do sacramento no seio da coletividade cristã.

Em 1Cor 12,13, Paulo assim se expressa: “Pois fomos todos batizados num só Espírito para ser um só corpo, judeus e gregos, escravos e livres, e todos bebemos de um só Espírito”.

Fazendo uma aplicação da Palavra aos dias de hoje, o apóstolo nos diz que fomos todos batizados num só Espírito para ser um só corpo, católicos, anglicanos, luteranos, protestantes de um modo geral, e que todos somos saciados pelo mesmo Espírito.

Registre-se que desde 1983 o *Código de Direito Canônico* (Igreja Católica) já havia estatuído a respeito. Os cânones correspondentes serão igualmente objeto de citação e comentários, por entendê-los consentâneos ao presente estudo.

O parágrafo 2º do cânon 869 do *Código* citado, conserva a presunção de validade do Batismo conferido em comunidades acatólicas, introduzidas pelos ns. 13 e 14 do Diretório Ecumênico *Ad totam Ecclesiam* (1983, p. 393).

A parte específica da dissertação está direcionada ao contexto ecumênico, tendo como foco uma análise percuciente sobre a visão ecumênica do batismo, e como ela se desenvolve nas igrejas cristãs que dão corpo ao CONIC.

A atividade ecumênica que vem sendo trabalhada especialmente após o Concílio Vaticano II, redundou num grande avanço. No dia 15 de novembro de 2007, as igrejas que compõem o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs no Brasil – CONIC assinaram um Ato de Reconhecimento mútuo de Administração do

Sacramento do Batismo mediante a qual reconhecem o batismo conferido nas respectivas igrejas. Por este ato, o Batismo é por todos aceito como o vínculo básico da unidade. Vê-se aqui que é notória a importância do batismo para o movimento ecumênico (KLEIN, 2010, p.211).

No Brasil, para a complementação ao Diretório foi feita uma pesquisa pelo Secretariado Nacional de Teologia sobre o modo de conferir o Batismo nas comunidades acatólicas atuantes<sup>3</sup>. O resultado foi aplicado no verbete Batismo, do Guia Ecumênico, donde se conclui o seguinte:

Diversas Igrejas batizam validamente. Um cristão batizado nas Igrejas a seguir mencionadas, não pode ser rebatizado nem sequer sob condição: Igrejas orientais, vétero-católicas, Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil e todas as Igrejas que se integram na Federação Luterana Mundial, Igreja Evangélica Luterana do Brasil e Igreja Metodista e todas as Igrejas que pertencem ao Conselho Metodista Mundial (Estudos da CNBB, Guia Ecumênico, 2003, p. 49).

O *Dicionário do Movimento Ecumênico*, ao tratar da “Importância Ecumênica do Batismo Comum”, diz:

O reconhecimento do valor a todos os batismos corretamente administrados em outras comunhões cristãs, equivale ao reconhecimento de uma medida de eclesialidade da comunidade que administra esses batismos; significa reconhecer uma comunidade fundamental de fé em Cristo como único Senhor e Salvador, na Trindade do Pai que enviou seu Filho para salvar o mundo e deu o Espírito Santo que nos capacita a invocar o Pai (LOSSKY, 2005, p. 135).

O Cardeal Kasper assevera que:

Em termos de unidade dos cristãos, o Batismo é o sacramento que constitui o fundamento da comunhão entre todos os cristãos. É por isso que há importantes possibilidades de espiritualidade ecumênica ligadas a esse sacramento (2007, p. 44).

Mas, qual é a relação que se estabelece entre o ecumenismo e o sacramento do batismo, como sacramento da unidade?

---

<sup>3</sup> Nas notas explicativas ao Diretório Ecumênico aplicadas ao Brasil (n.2), em algumas oportunidades o Diretório exige uma complementação a ser promulgada pelas Conferências Episcopais (2004, p. 182).

A palavra ecumenismo se refere a todo esforço de aproximação, na busca de maior união entre as igrejas cristãs. Lembremos que “Do movimento ecumênico participam aqueles que invocam o Deus trino e confessam Jesus Cristo como Senhor e Salvador, e que nas comunidades onde ouviram o Evangelho, aspirem a uma igreja de Deus, una e visível, enviada a todo o mundo para que este se converta ao evangelho e se salve para a glória de Deus” (NAVARRO, 1995, p. 12).

Vemos que o sentido da palavra “ecumenismo” e a definição de “movimento ecumênico”, expressam em si este estreito elo relacional existente entre a *eccumene* e o sacramento

A definição acima mencionada indica com clareza quem são seus participantes, as condições que lhes são necessárias, suas aspirações e sua visão escatológica. Todo o exposto se resume na pessoa do batizado em Cristo Jesus, que professa a mesma fé, dentro de sua própria confissão religiosa. Assim, a marca indelével do sinal batismal vincula o cristão a uma experiência ecumênica, que lhe é inerente.

O tema desenvolvido ao longo da tarefa dissertativa, por si só já demonstra a amplitude que encerra. Vislumbramos na visão ecumênica do sacramento do batismo, uma tarefa ingente, se considerarmos as mais diversas implicações que permeiam a busca da unidade em torno de Jesus Cristo. E mais, o ecumenismo constitui-se numa nova realidade eclesial, com nuances próprias, em razão de doutrinas discrepantes existentes nas mais diversas confissões religiosas cristãs.

A questão emblemática, entretanto, reside no sacramento do batismo. Em que pese o fato das igrejas cristãs tradicionais serem acordes no valor sacramental do batismo, as mesmas destoam em vários aspectos.

J. Vercauysse, em sua obra *Introdução à Teologia Ecumênica*, ao comentar sobre esses pontos de atrito, diz que:

Deveria ser ponto pacífico do movimento ecumênico que o batismo é o fundamento mesmo da comunhão - embora não plena ainda - entre cristãos: “O batismo, pois, constitui o vínculo sacramental da unidade que existe entre todos aqueles que por meio dele foram regenerados”. O documento Batismo, Eucaristia e Ministério pode oferecer amplas e sólidas

bases para uma compreensão comum do sacramento. Essa comunhão pode ser reconhecida e legitimada por uma declaração intereclesial de reconhecimento do batismo, que é “um sinal e um meio importante para exprimir a unidade batismal dada em Cristo” (1998, p. 140).

## 2.1 “Sacramento”, na visão de alguns teólogos

Julgamos ser oportuno o registro de algumas conceituações expendidas por teólogos católicos e protestantes, sobre o entendimento doutrinal que possuem a respeito do que é um sacramento. As conceituações da lavra de teólogos católicos, naturalmente se harmonizam com o pensar doutrinal católico, com seus documentos oficiais e com o Código de Direito Canônico. Já os conceitos de autoria de teólogos protestantes, apesar de algumas nuances, são acordantes. O fato é que católicos e protestantes possuem uma visão diferente sobre a essencialidade do sacramento. Vejamos inicialmente as definições a respeito:

Santo Agostinho diz que sacramento é o “sinal sensível de uma coisa sagrada” (BORTOLLETO, 2008, p. 892).

D. Borobio, em sua obra *Celebrar para Viver*, serve-se de cinco capítulos para conceituar e analisar o que é “sacramento”. Em síntese, diz que o sacramento é uma celebração, onde Deus nos oferece sua graça: dimensão cristológica; o homem responde na fé: dimensão antropológica; por mediação da Igreja: dimensão eclesiológica; através de um sinal concreto: dimensão simbólica. Cada dimensão é enfocada e aprofundada no desenvolvimento do texto de cada capítulo (2009, p. 144).

O *Manual de Dogmática*, diz que Sacramentos

[...] são aquelas celebrações da Igreja que a Igreja reconhece, com vistas a Jesus Cristo e ao testemunho do NT, como suas manifestações litúrgicas centrais, com as quais se identifica oficialmente em grau máximo e nas quais ela se engaja radicalmente (SCHNEIDER, 2002, p. 203).

W. Grudem, prefere usar o termo “meios de graça” à palavra sacramento. Segundo ele, “Meios de Graça são quaisquer atividades na comunhão da Igreja que Deus usa para distribuir mais graças aos cristãos” (2006, p. 801).

O *Código de Direito Canônico* traz em seu bojo uma definição sobre sacramentos. Mencione-se, que assim procedendo o citado diploma legal afastou-se da tradição legislativa, que evita a todo custo oferecer definições. O cânon 840, assim estatui:

Os sacramentos do Novo Testamento, instituídos pelo Cristo Senhor e confiados à Igreja, como ações de Cristo e da Igreja, constituem sinais e meios pelos quais se exprime e se robustece a fé, se presta culto a Deus e se realiza a santificação dos homens; por isso, muito concorrem para criar, fortalecer e manifestar a comunhão eclesial; em vista disso, os ministros sagrados e os outros fiéis, em sua celebração, devem usar de suma veneração e devida diligência (1983, p. 383).

O *Novo Dicionário da Bíblia*, organizado por J. D. Douglas, diz que a definição comum de um sacramento, aceita pela Igreja Reformada e pela Igreja Romana, é a de um sinal externo e visível, ordenado por Cristo, estabelecendo e prometendo uma bênção interna e espiritual (2006, p. 1191).

Calvino diz que Sacramento é “o sinal externo mediante o qual o Senhor nos sela à consciência as promessas de sua benevolência para conosco, a fim de suste-nos a fraqueza de nossa fé, e de nossa parte, atestamos a nossa piedade para com Ele, tanto diante d’Ele, dos anjos, quanto dos homens” (BORTOLLETO, 2008, p. 893).

Os conceitos acima por si já denotam diferentes visões que católicos e protestantes têm sobre sacramentos. A fim de melhor esclarecer alguns pontos divergentes, começamos com a lição de C. Rocchetta sobre a eficácia dos sacramentos:

Na economia cristã, o símbolo sacramental não é simples apêndice da ação de Cristo, mas o modo próprio através do qual essa ação se torna presente e alcança o homem para salvá-lo. Nesse sentido, o símbolo sacramental é objetivamente eficaz, objetivamente portador dos dons de graça e salvação que expressa. Essa é a dimensão essencial dos sacramentos: eles são sinais visíveis que produzem graça invisível (1991, p. 199).

Já na origem da Reforma encetada por Martinho Lutero, os sacramentos da Igreja Romana foram alvos de críticas e vastas objeções, as quais foram acolhidas com algumas variações pelas demais confissões religiosas que surgiram após a iniciativa de Lutero.

A teologia de Lutero foi inspirada na doutrina paulina da justificação pela fé. Para ele o homem não traz em si quaisquer méritos que possam lhe propiciar a salvação, a qual é obra de Deus. Somente por sua graça o homem pecador consegue dele se aproximar, quando dela se apossa através da fé. A partir daí sua vida tem que ser pautada de acordo com a Palavra que lhe é apresentada. Sobre a Palavra, importante anotar a análise de W. Grudem:

Mesmo antes de as pessoas se tornarem cristãs, o ensino e a pregação da Palavra lhes dispensam a graça de Deus, pois esse é o instrumento que Deus usa para lhes conceder a vida espiritual e levá-las à salvação (2006, p. 803).

A Igreja Católica reagiu com o Concílio de Trento (1545-1563) definindo os sacramentos em número de sete, admitindo entre eles uma ordem de precedência

A reforma luterana não fixou com rigidez o número dos sacramentos. Foram apontados três, o Batismo, a Ceia do Senhor e a Confissão, apesar do destaque dado aos dois primeiros. As demais Igrejas cristãs protestantes reconhecem apenas dois sacramentos: o Batismo e a Ceia do Senhor.

Assim, a teologia luterana fez surgir nas Igrejas cristãs oriundas da reforma, uma nova concepção sobre os sacramentos, alterando-os não apenas numericamente, mas também em sua essência teológica, quando assume que a eficácia dos sacramentos não depende das pessoas, mas unicamente da Graça. Daí se dizer que a Graça se faz acontecer “ex opere operato”. Na acepção do *Manual de Dogmática*, vol II, a expressão latina significa “a convicção de que a eficiência do sacramento não depende da fé pessoal do ministrante ou do recebedor, mas se fundamenta no agir de Deus” (SCHNEIDER, 2002, p. 183).

Sobre esta questão Altmann observa,

... que essa crítica de Lutero não é mais válida, na medida em que a teologia católica já não entende dessa forma um tanto simplista o ex operato (...) para o Vaticano II os sacramentos “supõem a fé”, ‘a alimentam, fortificam e exprimem’. (Klein, apud Altmann, in: BORTOLLETO, 2008, p. 893).

Com fundamento no *Dicionário do Movimento Ecumênico* quando da leitura do verbete “Sacramentos”, depreende-se que com o Concílio Tridentino a primazia sacramental pairou sobre o sacramento da eucaristia. Interessante observar que durante quatro séculos, a teologia dos sacramentos não suscitou nenhuma nova reflexão, nenhuma nova fundamentação a respeito. Com o Concílio Vaticano II a Igreja Católica fez ressurgir a dimensão eclesial dos sacramentos, contando para tanto com os teólogos Henri de Lubac, Otto Semmeroth, Edward Schillebeeckx e Karl Rahner. Antecedendo o Concílio mencionado, na mesma linha o protestantismo já há algumas décadas vinha trabalhando nesta mesma dimensão, destacando-se a figura exponencial de Karl Barth, um dos maiores teólogos do século XX.

O já citado *Dicionário do Movimento Ecumênico* descreve três diferenças entre as principais igrejas cristãs, aonde se vê variegadas visões a respeito da questão sacramental.

Primeiro, seguindo a tradição da igreja antiga, as igrejas ortodoxas e orientais acentuam a misteriosa ação salvífica de Deus nas ações sagradas, que eles descrevem como *mystéria*.

Segundo, nos sacramentos a Igreja Católica destaca sete meios de salvação que são eficazes como sinais, mas ela considera a igreja como sacramento primordial.

Terceiro, as igrejas protestantes (que não têm um conceito uniforme dos sacramentos) colocam o acento, ao invés, na palavra divina da promessa e limitam os sacramentos ao batismo e à ceia do Senhor, entendidos de formas diferentes como ações simbólicas.

Vale destacar que as confissões protestantes vêm com reservas a visão da igreja católica como sacramento primordial (LOSSKY, 2005, p. 989).

A primeira diferença diz respeito às igrejas ortodoxas. Elas consideram o uso do termo “sinal” inadequado em relação aos sacramentos, entendendo-o como um indicador de algo externo ao invés de incorporar a própria realidade em si;

A segunda diferença reside no fato da Igreja Católica Romana considerar-se como o sacramento primordial, conforme menção acima. O entendimento que a Igreja Católica faz de si, não se harmoniza com o entendimento que as igrejas protestantes têm a respeito dela.

Católicos e protestantes têm diferentes concepções de Igreja, em razão de não possuírem a mesma compreensão da sua natureza, advindo assim uma visão própria, destoante, e às vezes antagônicas.

Diferentemente das igrejas protestantes, a igreja católica é uma igreja hierarquizada, onde a Eucaristia é celebrada por um ministro identificado com a sucessão dos apóstolos. Wolff, no seu *Caminhos do Ecumenismo no Brasil* diz que na igreja católica

[...] existe uma profunda comunhão entre as dimensões mistérico-universal-institucional-particular e entre fiéis e ministros, e a ela pertencem todos os que se unem “pelos vínculos da fé, dos sacramentos, do regime e da comunhão eclesial” (2002, p. 234).

Em sentido oposto caminha o entendimento protestante, já que vê a igreja como “um acontecimento” ou como “um evento”, afirmando “ser ela a comunhão dos crentes formada pela proclamação do Evangelho e a correta administração dos sacramentos” (WOLFF, 2002, p. 234).

O Concílio Vaticano II define a Igreja como sacramento, em vários de seus documentos: *Lumen Gentium* 1,9; *Sacrosanctum Concilium* 5,26; *Gaudium et Spes* 42; *Ad Gentes* 5.

K. Rahner, na sua obra *Curso Fundamental da Fé*, ainda sobre o assunto, afirma:

A Igreja, como presença permanente de Jesus Cristo no espaço e no tempo enquanto fruto da salvação que não mais pode ser destruído, e enquanto meio de salvação pelo qual Deus de maneira tangível oferece aos indivíduos sua salvação também nas dimensões do social e do histórico, é o sacramento fundamental. Isto quer dizer: ela é sinal, e não simplesmente a própria salvação (1989, p. 477).



A terceira diferença traz um enunciado que envolve uma tríplice questão.

É incontestável que as igrejas protestantes não têm um conceito uniforme a respeito dos sacramentos; entretanto, podemos dizer que as igrejas protestantes ligadas ao CONIC reconhecem dois sacramentos, o sacramento do batismo e a Ceia do Senhor. No tocante ao batismo, católicos e protestantes não divergem na essencialidade teológica do sacramento; as arestas existentes dizem respeito a alguns aspectos eclesiológicos, perfeitamente tangenciáveis, os quais não representam obstáculos intransponíveis a uma boa caminhada ecumênica. No que diz respeito ao sacramento da eucaristia, no dizer católico, ou à Ceia do Senhor como preferem os protestantes, há algumas dificuldades que parecem distanciar as igrejas não acordes. Entretanto, os diálogos sucessivos denotam o espírito ecumênico na busca da aspirada unidade.

Ao mesmo tempo em que os católicos destacam os sacramentos como “meios de salvação”, os protestantes acentuam a Palavra divina da promessa.

W. Grudem comenta a assertiva acima:

Os católicos encaram os sacramentos como “meios de salvação”, que tornam as pessoas mais aptas a receber a justificação de Deus. Mas segundo o ponto de vista protestante, “os meios de graça são simplesmente meios de os cristãos receberem mais bênçãos e nada acrescentam à nossa aptidão de receber a justificação divina”. [...] Mesmo antes de as pessoas se tornarem cristãs, o ensino e a pregação da Palavra lhes dispensam a graça de Deus, pois esse é o instrumento que Deus usa para lhes conceder a vida espiritual e levá-las à salvação (2006, p. 803).

Um pouco adiante, o autor em questão ameniza sua manifesta visão contrária aos sacramentos em relação aos católicos, considerando o fato das igrejas protestantes entenderem os sacramentos do batismo e a ceia do Senhor de formas diferentes, como ações simbólicas. Apesar de referir-se várias vezes aos sacramentos como símbolos, preleciona recomendando cautela ao se falar tanto do batismo como da ceia do Senhor a fim de não se cometer “o equívoco de reagir com excessiva veemência à doutrina católica, sustentando que a ceia do Senhor é meramente simbólica e não um meio de graça” Em seguida, o autor fundamenta em bases bíblicas, suas razões para tanto (GRUDEM, 2006, p. 805).

## 2.2 Distinção entre batismos em outras culturas

Historicamente, é sabido que o Batismo não nasceu com o cristianismo, pois séculos antes de Cristo civilizações outras já o conheciam, com as características próprias de seus rituais mistagógicos. Outros ritos são conhecidos, como os praticados no rio Nilo, no Egito. Já antes de João, o Batista, os manuscritos de Qumran demonstram que a citada seita já praticava o Batismo, não se devendo excluir uma relação entre João e aquele grupo.

Na afirmação de Zilles no seu livro, *Os Sacramentos da Igreja Católica*,

O costume de batizar, como rito de iniciação, em si não é genuinamente cristão. Na história comparada das religiões da Antiguidade, encontramos ritos batismais semelhantes aos cristãos. Pode, até mesmo, descobrir-se aspectos comuns. Na história das religiões em geral, os ritos batismais também são interpretados como ritos de iniciação ou transição (2005, p. 81).

### 2.2.1 Paganismo

V. Goerdert, ao tratar da pré-história do batismo no âmbito pagão, na sua obra *Teologia do Batismo* acentua que “a pré-história do batismo se fundamenta, em última análise, na aspiração inerente a todo homem no desejo de purificar a sua consciência de tudo aquilo que julga ser falta ou pecado”.

Historicamente, o desejo de purificação da consciência faz com que o homem busque o rito de abluções, sejam abluções sagradas do povo judeu, bem como o culto dos deuses pagãos. Segundo ele, as abluções e a busca dos cultos “constituem aquilo que podemos denominar a pré-história remota do batismo cristão” (1988, p. 8).

O termo pagão historicamente sempre assumiu um sentido pejorativo, discriminatório. O sentido de não batizado, não cristão, surgiu no século III no contexto de um cristianismo urbano. No Antigo Testamento, aqueles que não se consagravam ao Deus Santo se excluía da Terra Santa, já que não se admitia a presença de impurezas, fossem elas de qualquer natureza. Os israelenses temendo uma possível injunção da idolatria no meio de seu povo, não hesitam em fazer

guerra com os gentios, a fim de exterminar os cultos que ameaçavam a fé do povo judeu (LACOSTE, 2004, p. 1311).

No Novo Testamento os gentios são mencionados em diversas passagens, como um povo desprovido de qualidades normalmente encontradas no ser humano.

Os evangelhos de Mateus, Marcos e Lucas são pródigos em indicar defeitos e imperfeições na conduta dos gentios, como podemos conferir em Mt 5,47; 6,7; 10,5; Mc 10,33; Lc 12,30; 18,32. No início de suas atividades apostólicas, os apóstolos não pensaram em alcançá-los com seu trabalho evangelizador.

Interessante observarmos que os primeiros cristãos eram gentios, e quando esses últimos são batizados passam a exercitar a mesma linha de raciocínio que os judeus a eles aplicavam antes de pertencerem à comunidade cristã.

Com o apóstolo Paulo, a Palavra do Senhor buscou alcançar os gentios, reconhecendo neles a igualdade que todos os homens têm frente à pessoa do seu Senhor.

Voltando ao Antigo Testamento, constatamos entre os pagãos o sentido religioso da água. Tertuliano, citado por S. Marsili, diz que:

A iniciação a certos ritos (mistérios) deles dá-se com o banho, como pode ser aquele do mistério de Isis ou de Mitra; aliás, levam ao banho os seus próprios deuses (lavagem das estátuas dos deuses), originariamente por motivos de limpeza, mas com o tempo com significado de renovação da força da divindade ou de fecundação da água ou sua santificação para o uso por parte dos homens. [...] Aqui e ali, mas certamente em todo o lugar durante os jogos apolíneos e pelúsios, se batizam, e pensam, agindo assim, de fazê-lo pelo seu renascimento e para descontar os seus delitos. Igualmente, no tempo antigo, qualquer um que se tivesse manchado de homicídio era purificado na água lustral. Na Sagrada Escritura notamos que era necessário purificar-se do sangue, mesmo que tal mancha tivesse sido produzida numa guerra santa: cf. Nm 31, 19.24; 2Mc 12,38 (2010. p. 193).

## **2.3 Judaísmo**

Ao pensar em Judaísmo logo vem à mente a figura de Abraão, em razão do estreito laço de comunhão espiritual que liga o povo do Novo Testamento à raça abraâmica. A história de Israel começa num ambiente familiar há 3.800 anos, onde conviviam Abraão, sua mulher Sara e o neto Lot. Dando um pequeno salto na

história, e o judaísmo é uma religião da história, chegamos aos patriarcas, como Moisés, e os profetas. A Bíblia hebraica é composta pela Torá, que compreende os cinco primeiros livros da Bíblia, Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio.

[...] depois os *Nebiim*, os escritos dos profetas (Josué, Juízes, Samuel, Reis, - também chamados os profetas antigos -, os livros dos profetas Isaías, Jeremias, Ezequiel, e o livro dos 12 profetas menores); a última parte é formada pelos *Ketubim*, “os escritos” (Martin Buber): Livro dos Salmos, Provérbios, Livro de Jó, e os cinco rolos: Cântico dos Cânticos, Rute, Lamentações, Koelet, Ester, os três escritos de Daniel, Esdras e Neemias, Crônicas (SCHERER, 2005, p. 19).

Sabemos que a Torá, a Lei, se reveste do mais alto grau de importância para os judeus. Por quê?

Porque é na Torá que os judeus têm um verdadeiro encontro com a sua história, é a Torá que lhes apresenta um relato de sua odisséia peregrina que vai desde a saída do Egito, até à entrada na terra que lhe foi prometida e pela qual tanto lutaram. É a Torá que lhes assegura que o próprio Deus transmitiu ao seu povo o decálogo, os dez mandamentos pelos quais deveriam pautar suas vidas, o que passou de geração em geração, no intuito de preservação de sua memória e de seu ensinamento (TINCQ, 2010, p. 29).

B. Otzen, teólogo dinamarquês, no seu livro *O Judaísmo na Antiguidade*, diz que:

Para um judeu a lei é mais do que uma mera injunção e proibição. É uma revelação. Para um judeu ortodoxo, o Pentateuco contém tudo o que o Senhor deseja revelar para o seu povo escolhido de Israel. Sobre sua natureza e sua vontade, nem mais nem menos. A princípio a revelação inteira está contida na lei ou seja, no Pentateuco. A outra parte do Antigo Testamento não contém nada que vá além da lei - e certamente nada que a contradiga (2003, p. 92).

A Igreja cristã é cônica que recebeu a revelação do Antigo Testamento por intermédio do povo judeu. Do mesmo povo, o Novo Testamento viu que nasceram os apóstolos, aqueles escolhidos por Cristo para serem os sustentáculos da Igreja que nascia.

Assim como no batismo cristão, na religião judaica a água possuía também um caráter religioso, onde se distinguem dois tipos de “purificação”.

Primeiramente a conhecida “Lei da Pureza”, que permeia cinco capítulos do Levítico (1-16), fundamenta a purificação prescrita ao judeu que contraiu as chamadas “impurezas legais”; e a purificação prevista a título de iniciação ao judaísmo ou à comunidade dos filhos da Aliança. Os procedimentos relativos à iniciação do judaísmo concernem ao Batismo dos prosélitos, enquanto no tocante à comunidade mencionada, o autor estabelece uma estreita relação com a purificação de Qumran (MARSILI, 2010, p. 194).

O conhecimento e o aprendizado da Sagrada Escritura escrita em hebraico, é muito importante para aquele que exercita a piedade judaica.

## 2.4 O Sacramento do Batismo

A palavra “batismo” origina-se do grego “bapto”, que significa imergir, afogar, afundar, e por derivação significa também, lavar, purificar, destruir.

No Novo Testamento a palavra aparece sob duas formas, tanto em grego, como em latim. Em grego encontramos *bàptismos* ou *bàptisma* e em latim a encontramos como *baptismus* ou *baptisma* (MARSILI, 2010, p. 191).

Encontramos no *Dicionário Crítico de Teologia*, uma diferença no termo grego originário, pelo fato de assinalar que a palavra batismo vem do grego *baptizein*, confirmando entretanto seu significado, ou seja, “mergulhar”, “imersão”, “batizar”. Este é o ensinamento dos LXX, conforme se comprova em 2Rs 5,14 (LACOSTE, 2004, p. 252).

Em seu livro, *Para conhecer melhor as Religiões*, o pesquisador em Ciências da Religião, P. Banon, assevera que

No centro do batismo acha-se a água, promessa do mundo que virá, indissociável dos ritos religiosos; banho purificador do judaísmo, batismo do cristianismo, abluções do islamismo; quatro rios que banham o Jardim do Éden. Os restos de Adão teriam sido lavados três vezes no lago do Aqueronte para que ele fosse purificado e elevado ao céu. A humanidade, mergulhada na água pelo dilúvio, renascerá purificada na justiça divina. E os hebreus só renascerão para a liberdade numa terra prometida depois de atravessarem o Mar Vermelho, numa forma de batismo coletivo. Esse rito é bem anterior ao cristianismo, mas se tornará um rito fundador (2010, p. 128).

Como observa S. Marsili, no livro *Sinais do Mistério de Cristo*, as palavras gregas (*bàptismos* e *bàptisma*), possuem diferentes significados e não existe qualquer relação com o sentido aplicado aos termos latinos. A palavra *bàptimus*, no trecho grego do Novo Testamento, não tem o sentido do batismo cristão; ela apenas indica as abluções de purificação judaica, como se vê em Mc 7,4 e Hb 9,10. Já a expressão “báptisma”, refere-se com exclusividade ao batismo cristão. No que tange ao termo latino, as terminologias *baptismus* ou *baptismas* não possuem entre si nenhum traço que estabeleça qualquer distinção entre elas, sendo-lhes atribuído o mesmo significado (2010, p. 192).

W. Grudem assevera que “a palavra grega baptizo significa “mergulhar, afundar, imergir” algo na água. Isso é normalmente reconhecido, sendo esse o significado padrão do termo na literatura grega antiga tanto na Bíblia como fora dela” (2006, p. 815).

Para C. Rocchetta, na fé da igreja primitiva o sentido filológico da palavra não se constituía em questão de maior realce e sim o significado salvífico desse gesto sacramental. Para ele, o Batismo:

[...] constitui o cumprimento das promessas escatológicas dos profetas e a continuação das grandes “maravilhas da salvação” realizadas por Deus ao longo da história: um evento de graças em condições de desdobrar o mistério pascal de Cristo na Igreja e na existência de cada crente, construindo assim o “novo Israel” de Deus no mundo (1991, p. 234).

Entendemos ser das mais felizes esta conceituação do sacramento do Batismo. Ao fugir de esquemas pré-definidos por muitos outros autores clássicos, C. Rocchetta expõe uma visão teológica não muito pesquisada no tocante ao sacramento batismo.

R. Sada, no seu *Curso de Teologia dos Sacramentos*, diz que

Batismo é o sacramento mediante o qual o homem nasce para a vida espiritual, por meio da ablução da água e a invocação da Santíssima Trindade. Entre os sacramentos, ocupa o 1º lugar, porque “é o fundamento de toda a vida cristã, o pórtico da vida no Espírito (*vitae spirituali ianua*) e a porta que dá acesso aos outros sacramentos. Pelo Batismo somos libertos do pecado e regenerados como filhos de Deus; tornamo-nos de Cristo e somos incorporados na Igreja e feitos participantes na sua missão. (Catecismo Romano, 2,2,5).” (Catecismo, nº1213) (S ADA, 1998, p. 47).

Depreende-se da lição de R. Sada, fundamentada nos Catecismos, que o Batismo é o primeiro e fundamental sacramento no processo de iniciação cristã. Após o surgimento da teologia sistemática sobre os sacramentos, o Batismo, que sempre assumiu uma posição destacada entre os demais, passou a ser visto com uma importância ainda mais significativa. Bastante compreensível tal reconhecimento, pois sem ele o fiel não preenche as condições necessárias que permitam o recebimento dos outros meios de graça. Por meio dele a pessoa batizada se torna membro de Cristo e passa a fazer parte do corpo da Igreja. Por ser membro de Cristo recebe no Batismo uma nova existência, um novo nascimento que o conforma com o segundo Adão, e o liberta do pecado original que pesava sobre ele como herança do primeiro Adão. Deste ensejo o cristão nasce de novo no Espírito, porque só o Espírito de Cristo pode congrega os homens neste corpo do Senhor, e com sua presença animá-los com sua vida.

Esse novo nascimento que se dá pelo Batismo, traz no seu recebimento, na sua aceitação, maravilhas, graças, dons, e a presença de Deus na vida do cristão. O ato batismal confere ao cristão não somente uma identidade cristã, mas torna-o também partícipe da natureza divina de Cristo. Podemos observar que o cristão batizado desconhece a magnitude de seu papel no seio da Igreja, parece não perceber que a fé batismal lhe revela a grandeza com que foi revestido por ocasião de seu batismo, que entre tantos outros dons lhe propicia a dignidade maior de fazer parte da grande família de Deus.

## **2.5 Batismo pré-cristão - O batismo de Qumran**

Os escritos qumrânicos, no dizer do *Dicionário Crítico de Teologia*, “provêm de um movimento sectário, cuja identificação com os essênios é provável, mesmo se ainda discutida” (LACOSTE, 2004, p. 163).

Descobertos por volta de 1947, tais escritos representam um valioso acervo histórico que compreende textos bíblicos, manuais de regras de vida em comunidade, além de regras disciplinares.

Na sua *Teologia do Batismo*, V. Goedert, observa que os textos encontrados revelaram que “a purificação se reveste de especial importância e é tida

em grande estima, até mesmo mais que nas Tradições rabínicas. A característica mais marcante, contudo, é a dimensão profética, atribuída à purificação”. Para eles a purificação é consequência da conversão do coração, sendo fácil imaginar uma exigente preparação junto àqueles que desejavam passar pelo processo da purificação. O Manual de Disciplina da Comunidade de Qumran, assim dispõe:

O ímpio não será justificado pelas águas de expiação, nem será jamais purificado com águas lustrais; não se santificará entrando nos banhos e nos rios, e não se purificará, absolutamente, em água. É impuro e assim permanecerá, enquanto continuar a menosprezar os Mandamentos de Deus, sem corrigir-se na comunidade de sua eleição. (GOEDERT, 1988, p. 14).

Sobre o mesmo enfoque, *O Dicionário Histórico do Cristianismo*, adita:

Os banhos rituais tinham uma enorme importância na disciplina do grupo, uma vez que apareciam ligados à idéia da pureza ritual. As sanções eram muito severas, abrangendo desde a redução da ração alimentícia à expulsão (MANZANARES, 2005, p. 368).

Acreditavam na imortalidade da alma e na ressurreição, na existência de anjos e demônios, no inferno, num confronto escatológico final e na vinda do(s) Messias.

Já antes de João, como anteriormente referenciado, os manuscritos de Qumran demonstram que a citada seita já praticava o batismo. *O Dicionário Bíblico*, quando cuida do verbete “Batismo”, ao traçar comentários sobre Qumran, assim se expressa:

O “Manual de Disciplina” diz que a simples ablução não pode verdadeiramente purificar uma pessoa: somente a submissão de sua alma a todos os mandamentos de Deus pode tornar pura uma pessoa, que então pode ser aspergida com as águas da ablução e santificada com as águas da purificação. Por fim o próprio Deus purificará todos os atos do homem e aperfeiçoará o ser, destruindo todo o espírito de perversidade em sua carne, purificando-o com o Espírito Santo e derramando sobre ele o espírito da verdade como água de purificação para limpá-lo (formulação muito semelhante a Mc 1,8). Entretanto o “Manual” proibia qualquer pessoa de proceder a imersão na água com o objetivo de obter a pureza dos santos: ou seja, a seita não considerava o rito eficaz por si mesmo. Ele só tinha valor como sinal de uma disposição de penitência interior e sincera (MCKENZIE, 2003, p.111).



## 2.6 O Novo Testamento e o Batismo

No evangelho de Mateus está expressa a missão essencial da Igreja cristã, mais precisamente em 28,16-20. É Jesus que assim se manifesta:

Todo poder me foi dado no céu e sobre a terra. Ide, portanto, e fazei que todas as nações se tornem discípulos, batizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo e ensinando-as a observar tudo quanto vos ordenei. E eis que eu estou convosco todos os dias, até a consumação dos séculos (A BÍBLIA DE JERUSALÉM, 2003, p.1758).

Entretanto, pairam dúvidas quanto ao fato do próprio Jesus haver assim se pronunciado. É muito provável que a fórmula acima seja resultado da influência exercida pelo uso litúrgico que a comunidade primitiva posteriormente tenha adotado.

A questão reside no fato do mandato de Jesus acima expresso, diferir um tanto substancialmente do conhecido “discurso apostólico” narrado pelo próprio Mateus no capítulo 10, já que este discurso acentua uma atividade missionária com características carismáticas, como por exemplo, o poder de curar e exorcizar. Entretanto, nos versículos 19 e 20 é acentuada a investidura do princípio de autoridade que reveste os discípulos, bem como o *munus* de ensinar.

O impulso da missão e da vida da comunidade de Mateus mudou para educação e o ensino. Os poucos missionários que partem – e essa não é uma atividade enfatizada por Mateus, vão em nome de um discípulo, são enviados por ele e, provavelmente, prestam contas a ele na volta. Isso sugere algum tipo de hierarquia na comunidade. (...) Ensino e educação parecem ter tomado prioridade. O papel do missionário, como originalmente apresentado na Igreja primitiva e na tradição do Evangelho, ainda existe na comunidade de Mateus, mas os missionários não possuem grande autoridade e não restam muito deles (OVERMAN, 1997, p. 124).

É possível que a formulação dos versículos 19 e 20, reflitam a influência do uso litúrgico posteriormente fixado na comunidade primitiva.

Registre-se que a quase totalidade dos autores pesquisados na elaboração do presente trabalho, constantes em nossas “referências”, não aludem à questão ora enfocada, o que evidentemente não anula sua afirmação.

Assim, sem expressivas vozes dissonantes quanto à matéria, e alicerçada na visão de conceituados teólogos que não colocam em “xeque” a veracidade ou não, quanto à autoria de Jesus nos versos de Mt 28, 16-20, entendemos que compete à Igreja proclamar o evangelho e batizar a todos na forma indicada pelo próprio Cristo. É verdade que a ordem do Mestre parece ter sido proferida num tom imperativo, mas o contexto do evangelho de Jesus Cristo mostra que Jesus já antevira as dificuldades inerentes às fraquezas próprias da humanidade. Por outro lado, Jesus nunca se impõe. Ele quer se dá a conhecer a todos, sem exceção, mas respeita a liberdade de seus irmãos. Os apóstolos não titubeiam e partem para o exercício ministerial que lhes foi atribuído.

Os estudiosos em exegese vêem aí uma visão específica da comunidade de Mateus, cujo sentido vai além das palavras de Jesus Cristo. I. Storniolo, comentando sobre a passagem inicia lembrando que àquela altura Jesus já havia ressuscitado, e se encontrava sentado à direita do Pai. Isso após ser provado na obediência ao projeto de Deus, competindo-lhe assim o mais legítimo poder de julgar a todos. E acrescenta:

E o que Jesus tem a dizer àqueles que desejam segui-lo? Simplesmente continuar a sua missão. Esta começou com o batismo, onde ele recebeu o Espírito que o levou ao anúncio e à prática da Justiça. Pelo batismo todos nós nos tornamos filhos de Deus e irmãos de Jesus, continuando a missão de Deus, iluminados pelo Espírito que ensinará tudo o que disser e fazer (STORNILO, 1991, p. 210).

O Livro dos Atos dos Apóstolos no decurso de seus 28 capítulos, ao registrar os acontecimentos que marcaram de forma indelével o surgimento da Igreja de Cristo, o faz em forma de narrativa. Começa pelo nascimento da Igreja primitiva, que logo se expandiu pelo mundo; em seguida, mostra a ascensão de Jesus, o Pentecostes, e as primeiras pregações em Jerusalém e na Palestina. Segue com a conversão de Paulo e suas viagens missionárias, sua prisão, seu processo e sua transferência para Roma. Denota-se na primeira parte a influência do Espírito Santo assistindo aos apóstolos em todas suas limitações, em favor do desenvolvimento das primeiras comunidades cristãs. Na segunda parte o Livro dos Atos se limita a mostrar o trabalho de Paulo junto aos pagãos, que em profusão passaram a ingressar na Igreja de Cristo (A BÍBLIA DE JERUSALÉM, 2003).

O Concílio de Florença dá ao Batismo o título de “porta da vida espiritual”, daí por que o Batismo ser tradicionalmente considerado a porta da Igreja e da vida espiritual, no dizer de J. Beloso (2005, p. 174). Fácil é intuir tal assertiva, não somente porque sem este ato sacramental nenhum fiel tem acesso aos demais sacramentos, mas também por sua inserção na comunidade visível da fé. E esta é a comunidade dos cristãos, que incorporados ao Cristo formam a Igreja. A Igreja chama o Batismo como o sacramento da regeneração por meio da água; na forma moderna é ministrado derramando-se água sobre a cabeça, enquanto na Igreja primitiva era ministrado por imersão, cuja prática é usual em algumas igrejas protestantes.

*Sacramentum Fidei* (sacramento da fé) é como o Concílio de Trento chama este sacramento de iniciação cristã, enquanto o Código de Direito Canônico da Igreja Católica Romana, o chama de “porta de todos os sacramentos” (*Ianua sacramentorum*, CIC, 849).

### **2.6.1 O Batismo de João**

João Batista antecedeu a pessoa de Jesus Cristo em relação ao Batismo, pois ele já batizava no Rio Jordão quando Jesus iniciou seu ministério público. O seu batismo era simbólico, expressava o arrependimento pelos pecados e por si só não produzia uma transformação sacramental interna, mas apresentava aspectos inovadores, como o fato dele atuar como ministro. O batismo de João pode ser comparado ao batismo dos prosélitos, que consistia na inserção dos gentios ao povo de Israel. Já “o batismo de João realiza uma espécie de agregação à verdadeira posteridade de Abraão ao resto de Israel, já agora subtraído à ira de Deus e na espera do Messias que vem” (VTB, 2002, p.92).

A comparação acima relativa ao batismo dos prosélitos não é uma unanimidade. Há quem divirja, em parte, ao distinguir o batismo de João do batismo dos prosélitos, pelo “fato de que os que o solicitam não batizam a si mesmos, mas recebem o batismo das mãos de João” (SCHNEIDER, 2002, p. 210).

De acordo com os autores da mesma obra acima identificada, pesquisadores sempre buscaram uma resposta com fins de esclarecimentos a uma

questão relevante, em razão da força simbólica do sacramento batismal. “Os batizados eram inteiramente mergulhados na água (submersão), ou seja, com os batizados de pé na água, se derramava água sobre eles (imersão e infusão). Em relação à prática batismal cristã (bem como a de João Batista), porém, a pergunta não pode ser respondida com exatidão”.

W. Grudem tem uma posição diversa. Na sua *Teologia Sistemática* diz enfaticamente que a prática do Batismo no Novo Testamento era realizada de uma única maneira, ou seja, pelo processo de imersão. O postulante ao Batismo era imerso completamente dentro da água e logo após, retirado. Batismo por imersão é, portanto, o modo ou a forma pela qual o batismo era realizado no Novo Testamento. Para assentar com mais consistência sua afirmação, ele acrescenta:

O evangelho de João nos diz depois que João Batista “estava também batizando em Enom, perto de Salim, por que havia ali muitas águas” (Jo 3,23). Novamente, não era necessário muita água para batizar pessoas por aspersão, mas isso seria preciso para batizar por imersão (2006, p. 815).

O ato batismal era destinado a todos que atendessem sua convocação. Atente-se ainda à íntima conexão existente entre o significado de seu batismo e o conteúdo de sua pregação, que consistia na prática de penitência, visando a necessária conversão. Para tanto, era necessária a confissão dos pecados, o que efetivamente acontecia, como se vê em Mc 1,5. Todo o simbolismo do batismo de João pode ser inferido, tomando-se por base uma série de alusões do Novo Testamento; todos os evangelistas aludem ao fato de que João batizava com água (Mt 3,11; Mc 1,8; Lc 3,16; Jo 1,26), em contraste com o batismo de Jesus, que era feito com água e no Espírito Santo (At 11,16).

O batismo de João é chamado nos evangelhos de “batismo de conversão” em contraste com o batismo de Jesus, que era o batismo do Espírito Santo (Mc 1,4, At 19, 1ss).

Pouco antes da instituição do batismo cristão, o profeta João Batista batizava nas águas do rio Jordão e seu ato batismal prenunciava o batismo que Jesus Cristo muito em breve viria a instituir. Seu brado trazia a força do anúncio escatológico de Deus, prestes a chegar, o que exigia uma pronta conversão por parte da humanidade, com o necessário perdão dos pecados. Os evangelistas

Mateus, Marcos e Lucas referem-se ao profeta como “Batista” (Mt 11,11ss; Mc 6,25; Lc 7,20-23). O batismo de João era um batismo de penitência, em preparação ao verdadeiro batismo que logo adviria, o batismo de Jesus.

### C. Rocchetta, adita que

[...] entre o batismo de João e o batismo de Cristo existe idêntica relação que entre o Antigo e o Novo Testamento. Há, antes de mais nada, a relação de continuidade enquanto o primeiro está todo orientado e o anuncia profeticamente. Entre outras coisas, essa continuidade é ressaltada pelo fato de que o próprio Jesus desejou receber o batismo de João, como também pelo fato de que alguns discípulos chegaram a pertencer ao grupo de discípulos de João antes de seguir a Cristo (Jo 1,35-39) e, durante a pregação de Jesus, também batizaram com batismo de penitência (Jo 3,22-26; 4,1-3) Mas, ao mesmo tempo, também existe a relação de superação e novidade, assim como o cumprimento supera a preparação e a realidade transcende a figura. O próprio João Batista expressa essa relação quando proclama: “Eu vos batizo com água para a conversão, mas aquele que vem depois de mim é mais forte do que eu. De fato, eu não sou digno sequer de tirar-lhe as sandálias. Ele vos batizará com o Espírito Santo e com fogo” (Mt 3,11) (1991, p. 236).

O batismo de João encerrava uma promessa, enquanto o batismo de Jesus não se limitava a um anúncio, mas já o proclamava presente, possibilitando ao homem participar do grande acontecimento pascal.

I. Onatibia revela algumas particularidades no batismo de João, nas quais o profeta apresenta características de cunho inovador. Ao cuidar do título “Batismo de João e batismo cristão”, afirma que

João atuava como ministro: o sujeito era batizado por ele (o batismo de João era um heterobatismo). Provavelmente o batizando colocava-se no meio do rio, mas era João quem realizava o ato propriamente batismal derramando água sobre a sua cabeça (a chamada perfusio). Por outro lado, cada pessoa recebia o batismo uma só vez (ainda que isso não seja dito de modo expresso). Embora João nunca se tenha proposto formar uma comunidade, seu batismo pode ser considerado de alguma forma um rito de iniciação e agregação à comunidade dos penitentes que se preparavam para a iminente visita de Iahweh. Todavia, ao contrário da comunidade Qumrã, aquela comunidade estava aberta a todos e o batismo também era destinado a todos (2007, p. 60).

Vimos ao longo desta exposição sobre o batismo de João, a importância de seu desempenho na preparação do caminho para o Cristo que já se avizinhava.

O *Novo Dicionário da Bíblia* após acentuar o apelo obstinado que João Batista fazia a todos, conclamando pelo arrependimento e conseqüente perdão dos pecados, diz que

Ele apontava para alguém que haveria de batizar com o Espírito Santo, cujo sinal de seu advento foi a descida visível do Espírito (Jo 1,30-34). Por ocasião do Batismo do Senhor Jesus, foram unidos o batismo de água com o batismo do Espírito, e nisso jaz o padrão das bênçãos batismais do NT (2006, p. 155).

### **2.6.2 O Batismo de Jesus por João**

O batismo de Jesus por João constitui-se num fato histórico, havendo merecido o devido registro pelos quatro evangelistas (Mt 3,13-17; Mc, 1,9-11; Lc 3,21-22; Jo 1,29-33). Antes de iniciar sua vida pública Jesus quis ser batizado por João Batista no rio Jordão.

Jesus, que era o Filho de Deus, partícipe da Santíssima Trindade, o Messias esperado pelo povo judeu, não precisava ser batizado, mas apresentou-se a João a fim de ser batizado por ele. Por que o fez?

A vontade manifesta de Jesus em aceitar o batismo de João obviamente causou estranheza, pois como seria possível o Filho de Deus sujeitar-se ao recebimento de um batismo que visava estritamente àqueles que precisavam se converter para poderem obter a remissão dos seus pecados? Vemos no evangelho de Mateus (3,15) que João tentou eximir-se da administração do batismo, mas Jesus replicou-lhe: “Deixa, agora é assim que nos convém cumprir toda a Justiça” (TEB, 2002, p. 1195).

Qual o sentido desta Palavra que nos parece soar tão enigmática? A possível resposta está na explicação dada pela Bíblia acima indicada, quando no rodapé afirma: “Em Mt, a palavra Justiça designa a fidelidade nova e radical à vontade de Deus” (TEB, 2002, p. 195).

E é com esse espírito de fidelidade à vontade de seu Pai, que Ele não hesita em imiscuir-se no meio dos pecadores, colocando-se humildemente entre eles, justapondo em seus ombros os pecados do mundo. Com o batismo de João anuncia e prepara o seu batismo “na morte”, quando diz em Lc 12,50, “devo receber

um batismo, e como me angustio até que seja consumado”. Jesus situa assim sua vida pública entre dois batismos.

Delineia-se assim o sentido de seu batismo. No evangelho de Marcos, o mais antigo testemunho literário, encontramos os seguintes elementos na teofania batismal

[...] abertura do céu, a descida do Espírito sobre Jesus em forma de pomba e a proclamação da voz celeste. O primeiro elemento relembra cenas da vocação dos grandes profetas do Antigo Testamento como Ezequiel (Ez 1,1). O segundo indica aos oráculos messiânicos, nos quais o Espírito de Javé intervém para assistir ao Salvador escatológico no cumprimento de sua missão (Is 11,42,1-7) O simbolismo da pomba refere-se a Gn 1,2, onde o Espírito de Deus paira como um pássaro sobre as águas (ZILLES, 2005, p. 85).

Apesar de toda a magnitude que revestiu o ato batismal acontecido no Jordão, não lhe foi dada uma maior significação; afinal, aos olhos da maioria dos presentes, aparentemente o batismo de Jesus por João representava apenas mais um convertido na contabilidade daquele bizarro profeta. Na verdade, foi verdadeiramente um acontecimento inaudito, já que a Trindade divina ali se manifestou.

O Filho de Deus ali investido na forma humana, recebeu o Espírito Santo que desceu sobre Ele, para em seguida o Pai proclamar sua filiação divina. Vê-se assim o cumprimento das profecias veterotestamentárias constantes no livro do profeta Isaías:

1. [...] sobre ele repousará o Espírito de lahweh, espírito de sabedoria e inteligência, espírito de conselho e de fortaleza, espírito de conhecimento e de temor de lahweh (11,2);
2. Eis o meu servo que eu sustento, o meu eleito, em quem tenho prazer. Pus sobre ele o meu espírito, ele trará o direito às nações (42,1);
3. O espírito do Senhor lahweh está sobre mim, porque lahweh me ungiu; enviou-me a anunciar a boa nova aos pobres, a curar os quebrantados de coração e proclamar a liberdade aos cativos, a libertação aos que estão presos (61,1).

A manifestação da Trindade Santa assoma ainda grandes anúncios, já que “o reconhecimento de Jesus como “Filho” traz em si a filiação adotiva dos crentes, a participação na filiação de Jesus e consequência do dom do Espírito (Gl 4,6)” (VTB, 2002, p. 93).

## 2.7 O Batismo Cristão

Falar em Batismo é falar em Igreja. Não há como dissociar sacramento e *ecclesia*. Na história do batismo reflete-se a História da Igreja. A prática e a teologia do Batismo sofreram principalmente influência da autocompreensão da Igreja, em razão também dos contextos sociais vivenciados à luz de cada época. Observe-se que a compreensão do batismo é transmitida pela liturgia deste sacramento. Tal influência se deu principalmente nos primeiros séculos, em razão da teologia do batismo haver se formado em consonância com a catequese batismal. A imagem da Igreja, a liturgia aplicada em cada época, sinaliza a imagem do Batismo, em face da íntima conexão existente entre ambos.

### *O Manual de Dogmática* expõe sobre o batismo cristão

Evidentemente os primeiros discípulos não eram batizados em nome de Jesus. Segundo o testemunho de Lucas (At 2,38-41), porém, eles associam desde o início, isto é, desde o envio do Espírito no Pentecostes, o anúncio do Jesus ressurgido ao Batismo em seu nome. Esse testemunho é confirmado pelas primeiras epístolas paulinas; já na Epístola aos Gálatas (3,27) e na Primeira Epístola aos Coríntios, Paulo parte naturalmente da prática batismal. “Em um só Espírito todos nós fomos batizados em um só corpo”, escreve Paulo, incluindo a si mesmo, em 1Cor 12,13 e com isso confirma igualmente o relato de At 9,18. Formação de comunidade e batismo são inseparáveis e sobre isto não se discute. Como chegaram os discípulos a essa prática? A ponte histórica não é simplesmente uma missão recebida do Jesus terreno e sim o exemplo de sua vida missionária, iniciada com o batismo por João. (...) As comunidades cristãs batizavam na firme convicção de estarem agindo por ordem de Jesus ressuscitado. Essa convicção se expressa na ordem batismal pós-pascal. “Ide a todos os povos e fazei de todas as pessoas meus discípulos; batizai-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo e ensinai-as a observar tudo o que vos ensinei (Mt 28,19 ss) (SCHNEIDER, 2002, p. 209).

Confrontando o texto acima transcrito com At 2,38, vemos que logo após o acontecimento de Pentecostes os discípulos “associam, desde o início, isto é, desde o Envio do Espírito no Pentecostes, o anúncio do Jesus ressurgido ao



batismo em seu nome”. Até aí entendemos que dentro de uma visão ecumênica, não há qualquer discordância no seio das religiões cristãs.

Quanto ao texto de Gl 3,27, acima mencionado, o mesmo suscita interpretações conflitantes, considerando-se a visão do teólogo protestante W. Grudem, a respeito do pensamento paulino. Segundo ele, a afirmação de Paulo na passagem ora em apreciação, pressupõe a aceitação de Cristo e a já experienciada salvação. No caso, o recebimento do batismo seria a expressão manifesta de uma transformação interior. E acrescenta que isso simplesmente não se aplicaria no caso de crianças. “Paulo não poderia ter dito (porque todas as crianças batizadas em Cristo de Cristo se revestiram), pois as crianças ainda não chegaram à fé salvadora nem dão prova alguma de regeneração” (GRUDEM, 2006, p. 817).

A questão não é entretanto pacífica na Igreja Protestante. Apenas exemplificando, dois de seus teólogos, Karl Barth e Oscar Cullmann, mantiveram-se em posições antagônicas. Enquanto Barth era contrário ao batismo de crianças, Cullmann mostrava-se favorável, como se depreende da obra *Batismo em Diferentes Visões*, que conjuga as duas perspectivas teológicas do Batismo Cristão do século XX (BARTH, 2004, p. 50 e 101).

A Igreja Católica Romana, desde os tempos primevos acolhe o batismo de crianças. Zilles diz que

[...] a Igreja batiza crianças porque reconhece a vontade salvífica universal de Deus revelado em Cristo. O próprio evangelho mostra que esta também inclui as crianças (Mc 10,13-16). A rigor, nem a criança, nem o adulto chegam à fé, mas esta chega ao batizando como dom de Deus. Assim, no batismo de crianças, a Igreja testemunha sua fé na presença de Deus. (2005, p. 95).

O *Catecismo da Igreja Católica*, após citar que a prática do batismo de crianças constitui-se numa tradição imemorial da Igreja, diz que ele é aplicado desde o século II. “Mas é bem possível que desde o início da pregação apostólica, ‘casas’ inteiras receberam o Batismo, e também se tenha batizado as crianças” (CIC, 2004, nº 1252, p. 348).

## 2.8 O Batismo de Adultos e o Catecumenato

Não há como dissociar o batismo de adultos com a figura do catecumenato. O *Dicionário de Catequética*, em sentido estrito, diz que o catecumenato, "... é a instituição da Igreja a serviço da iniciação cristã de adultos recém-convertidos que se preparam para receber o batismo" (PEDROSA, 2004, p. 125).

Apesar de só haver se firmado no século III, suas raízes datam do final século I. A catequese primitiva, e aqui devemos entender a catequese de Jesus e dos apóstolos, foi de suma importância no desenvolvimento das primeiras comunidades. Cumprindo a ordem do Senhor, seus discípulos saem a pregar a boa-nova, difundindo as sementes do evangelho. Surge naturalmente a figura do catequista, que passa a orientar e a instruir pequenos grupos, levando a explicação da Palavra (PEDROSA, 2004, p. 128).

Uma das fontes mais antigas da catequese é conhecida como Didaqué, o primeiro catecismo cristão. Constitui-se numa rica fonte dos primórdios de nossa Igreja, elaborada possivelmente entre os anos 100-110, na Síria, e é um escrito judeu-cristão. Na mesma época estavam sendo fincadas as raízes do catecumenato, daí ser admitida a possibilidade deste último haver sofrido a benéfica influência da Didaqué ou Doutrina do Senhor, através dos doze apóstolos aos gentios. O documento é uma espécie de manual do cristão-missionário, construído com base nos dois caminhos apresentados pela Epístola de Barnabé. Através dele sabemos que no final do século I, havia uma séria preparação ao batismo (NERY, 2001, p. 43).

O processo de preparação junto aos adultos que se dispunham a passar pelas diversas etapas do catecumenato exigia uma grande disponibilidade dos postulantes, tanto no tocante à duração, como à rígida disciplina a ser obedecida, compreendendo algumas etapas de intensa formação e provas (PEDROSA, 2004, p. 127).

D. Borobio no seu *Celebrar para Viver* (2009, p. 165), diz que segundo a Tradição Apostólica (cap. 15-16), a estrutura do catecumenato implica em três etapas, ou seja:

1. Uma etapa de evangelização e primeira conversão que traz consigo a aproximação e o exame de admissão na comunidade, com o ingresso na catecumenato.
2. O tempo de catecumenato ou catequese, que em Roma dura três anos, está centrado na formação na fé e nos costumes (dimensão doutrinal), supõe uma mudança de vida e costumes (dimensão moral) e comporta a iniciação na oração e diversos ritos, como a imposição das mãos e exorcismos (dimensão litúrgica). Esse “itinerário catecumenal”, comparável ao longo caminho do deserto, é um momento de prova e de graça, de formação e decisão na fé.
3. O acesso ao Batismo é o 3º tempo ou etapa, e tem lugar depois de terem passado por um grande exame nos quais os padrinhos e a comunidade dão testemunho da conduta dos catecúmenos. Uma vez considerados aptos ou “eleitos”, preparam-se intensamente com a oração, a imposição das mãos, o exorcismo e o jejum para a celebração dos ritos batismais, que têm lugar na Vigília Pascal, presidida pelo bispo.

Somente no século III o Catecumenato se firmou como instituição eclesial. Mas seus princípios e sua metodologia representam todo um arcabouço que foi transferido da igreja primitiva, quando de seu processo evangelizador.

A partir da ascensão do imperador Constantino, circunstâncias políticas do império romano deram causa ao declínio do catecumenato. Cessaram as perseguições, mas cessou também a profícua preparação do catecumenato, o que evidentemente não foi favorável à Igreja de Cristo. Com o transcorrer do tempo, a instituição paulatinamente foi desaparecendo.

No final do século XIX o catecumenato começou timidamente a ressurgir, tanto em terras de missão como em países como a África e a Ásia. Na metade do século XX, em Lião, depois em Paris, algo de mais concreto se faz acontecer, começando a estender-se o ressurgimento por toda a Europa. O Concílio Vaticano II, com a Constituição *Sacrosanctum Concilium* determinou a restauração do catecumenato (SC, 64) (PEDROSA, 2004, p. 127).

## 2.9 O Batismo de Crianças

Os estudiosos das mais diversas correntes teológicas discutem a legitimidade ou não do batismo de crianças. O que diz o Novo Testamento a respeito? Afinal, as crianças não têm discernimento para conscientemente assumir um posicionamento, não possuem idade suficiente para crer, temer a Deus, conceber a profundidade do gesto sacramental, com suas implicações e deveres. O que se observa é que não há uma definição quanto à questão.

Encontramos várias passagens na Bíblia que fornecem indícios da aplicação do sacramento do Batismo junto às crianças:

Arrependei-vos, e cada um de vós seja batizado em nome de Jesus Cristo para a remissão dos vossos pecados. Então recebereis o dom do Espírito Santo. Pois para vós é a promessa, assim como para vossos filhos e para todos aqueles que estão longe, isto é, para quantos o Senhor, nosso Deus, chamar (At 2,38-39).

Tendo sido batizada, ela e os de sua casa, fez-nos este pedido: ‘Se me considerais fiel ao Senhor, vinde hospedar-vos em minha casa’. E forçou-nos a aceitar (At 16,15).

Levando-os consigo, naquela mesma hora da noite, lavou-lhes as feridas, e imediatamente foi batizado, ele e todos os seus (At 16,33).

Mas Crispo, o chefe da sinagoga, creu no Senhor com toda a sua casa. Também muitos dos coríntios, ouvindo a Paulo, abraçaram a fé e eram batizados (At 18,8).

É verdade, batizei também a família de Estéfanos; quanto ao mais, não me recordo de ter batizado algum outro de vós (1Cor 1,16).

Antes de adentrar na visão ecumênica de algumas Igrejas partícipes, interessante será conhecer o pensamento de alguns teólogos sobre o ponto em discussão, considerando as passagens bíblicas acima mencionadas:

I. Onatibia, ao se referir a outras passagens análogas, salienta que “os adversários acham muito frágeis esses testemunhos e se sentem confirmados

no que pensam pelo fato de que, nos Atos, os batizados são sempre adultos (2007, p. 58).

O *Novo Dicionário de Teologia*, ao apresentar o verbete “Batismo”, o faz com uma análise do teólogo católico espanhol, J. M. Castillo. Ao comentar sobre o batismo de crianças, inicia dizendo que nos últimos cinquenta anos a questão tem sido objeto de acirrada controvérsia. Após mencionar as razões dos que defendem o batismo de crianças (praticamente as mesmas que estão citadas acima), apresenta as contra-razões de seus opositores. Encerra a polêmica dizendo que “vistas essas razões de uma e de outra parte, o que se pode dizer sobre o assunto? Em princípio, parece que as razões contra o batismo das crianças têm mais peso do que as razões a favor dessa prática” (NDT, 2009, p. 44).

Concluimos dizendo que as Igrejas cristãs tradicionais, em particular, as que compõem o CONIC, trazem em si uma visão ecumênica no que diz respeito ao batismo de crianças, já que todas adotam e praticam o batismo em infantes.

## **2.10 Quem pode ministrar o batismo?**

Na visão de W. Grudem, as Escrituras não fazem qualquer restrição sobre quem pode ministrar este sacramento. Acentua que as igrejas que têm um clero especial, como os católicos e anglicanos, têm a concepção que somente aqueles que compõem o clero deverão administrar os sacramentos. Ao explanar seu pensamento a respeito, o faz de forma comedida, sem fixar uma posição radicalmente contrária. A respeito, afirma que “todavia, se de fato cremos no sacerdócio de todos os crentes (ver 1Pd 2,4-10), parece não haver necessidade em princípio de restringir o direito de ministrar o batismo apenas ao clero ordenado”. Sequenciando seu abalizado pensamento, um pouco adiante encerra sua análise, dizendo:

Finalmente, se o batismo é o sinal de ingresso na comunhão da igreja visível, parece apropriado que alguns representantes da Igreja oficialmente designados sejam escolhidos para ministrá-lo. Por essas razões, normalmente é o clero ordenado quem batiza, mas parece não haver nenhuma razão por que a igreja, de tempos em tempos, e quando parecer apropriado, não possa convocar outros oficiais da igreja ou cristãos maduros para ministrar o batismo aos novos convertidos. Por exemplo, um

cristão eficaz na evangelização em uma igreja local pode ser uma pessoa adequadamente designada para ministrar o batismo aos que tiverem aceitado Cristo por meio do seu ministério evangelístico (GRUDEM, 2006, p. 829).

Segundo o Catecismo da Igreja Católica, nº 1256, “são ministros ordinários do batismo o Bispo e o presbítero e, na Igreja Latina, também o diácono”. E acrescenta:

[...] em caso de necessidade, qualquer pessoa, mesmo não batizada, que tenha a intenção exigida, pode batizar, utilizando a fórmula batismal trinitária. A intenção requerida é querer fazer o que a Igreja faz quando batiza. A Igreja vê a razão desta possibilidade na vontade salvífica universal de Deus e na necessidade do Batismo para a salvação (CIC, 2004, p.349).

## 2.11 O Batismo é necessário?

W. Gruden, teólogo protestante, responde pela negativa, ao dizer que:

Embora reconheçamos que Jesus ordenou o batismo (Mt 28,19), à semelhança do que fizeram os apóstolos (At 2,38), não devemos dizer que o Batismo seja necessário para a salvação. Essa questão foi discutida até certo ponto anteriormente, quando respondemos à posição católica do batismo. Dizer que o batismo ou qualquer outra obra é necessário para a salvação equivale a dizer que não somos justificados somente pela fé, mas sim pela fé e determinada “obra”, a obra do batismo. O apóstolo Paulo se oporia à idéia de que o batismo é necessário para salvação tanto quanto ele se opôs à idéia semelhante de que a circuncisão era necessária à salvação (veja Gl 5,1-12) (2006, p. 827).

Opinião diversa manifesta R. Sada. Ele inicia sua justificativa dizendo que o Batismo é absolutamente necessário para a salvação, de acordo com as palavras do Senhor em Mc 16,16: “Aquele que crê e for batizado será salvo” (1998, p. 52).

O Concílio de Trento definiu: “Se alguém disser que o Baptismo é livre, ou seja, não necessário para a salvação, seja anátema”. A legislação eclesiástica afirma: “O Baptismo, porta dos sacramentos, necessário, de facto ou pelo menos de desejo, para a salvação” (CDC, 1983, p. 387). A razão teológica é clara: sem a incorporação em Cristo - a qual se produz mediante o Baptismo -,

ninguém se pode salvar, visto que Cristo é o único caminho para a vida eterna, só Ele é o Salvador dos homens (SADA, 1998, p. 52).

R. Sada complementa seu raciocínio teológico, excepcionando três situações. A primeira quando uma pessoa deixa de receber o Batismo pela água sem nenhuma culpa. A segunda em situação de martírio, que configura o chamado Batismo de sangue. A terceira pela contrição, também chamada Batismo de desejo, desde que a pessoa tenha o uso da razão.

D. Borobio reforça a argumentação de R. Sada, dizendo que

[...] a teologia católica clássica ensinou que o batismo é necessário tanto com “necessidade de meio” (porque é ele meio necessário que resulta da própria natureza do objeto) como com “necessidade de preceito” (porque procede de uma manifestação positiva da vontade de Deus). Para além dessas distinções, o importante é saber que a necessidade do batismo tem sua origem e seu fundamento, na livre decisão de Deus, no acontecimento de Cristo (2009, p. 150).

No que tange à postura da Igreja católica, defendida por R. Sada e por D. Borobio, com suporte no Concílio de Trento, parece-nos estar a mesma sedimentada pela teologia romana, considerando-se que os autores e teólogos católicos manifestam-se imbuídos da mesma opinião, do mesmo posicionamento tridentino.

A posição assumida por W. Gruden não encontra eco na grande maioria das Igrejas protestantes, mormente entre as mais tradicionais, como as Igrejas luterana, anglicana, presbiteriana e metodista.

Assim, o sacramento do Batismo é necessário à salvação, não por uma disposição expressa das igrejas cristãs, mas por manifesta vontade de Jesus Cristo.

Todas as discussões teológicas travadas em torno do Sacramento do Batismo indicam que Ele é o fundamento da comunhão entre os cristãos, mesmo que esse ponto de unidade não seja ainda pleno. O documento do Concílio Vaticano II, *Unitatis Redintegratio* em seu nº 22, diz que “o batismo, pois, constitui o vínculo sacramental da unidade que liga a todos que foram regenerados por ele”.

Na Igreja Católica e nas Igrejas Protestantes, a matéria do Batismo é a água natural. Há duas formas admitidas para a ablução do batizado. A primeira é por infusão, que implica no derrame de água sobre a cabeça, ou por imersão, quando o batizado submerge totalmente na água.

Quanto à forma, o ministro do sacramento, no exato momento da ablução deverá pronunciar as seguintes palavras: Eu te batizo, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo.

R. Sada observa que a fórmula exprime os 5 elementos essenciais:

1º A pessoa que batiza (ministro): Eu

2º A pessoa batizada (sujeito): te

3º A ação de batizar: bat izo

4º A unidade da divina natureza: em nome (no singular; não nos nomes, o que seria errôneo).

5º A distinção das três Pessoas divinas: Pai, Filho e Espírito Santo (1998, p. 50).

## **2.12 O Sacramento do Batismo e o CONIC**

A lavratura do Ato de Reconhecimento Mútuo da Administração do Sacramento do Batismo entre Igrejas-Membro do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil, em 2007, na cidade de São Paulo, redundou na firmação de um documento complementar, de caráter explicitativo. Isso em razão das implicações de ordem teológico-pastorais e espirituais que iriam advir, com reflexos para todos os fiéis. No novo instrumento firmado, as Igrejas são acordes quando professam verdades sobre a Trindade, a Igreja e sobre o Sacramento do Batismo. Declaram acreditar ser o Batismo, "... fundamento da comunhão e vínculo sacramental da unidade entre todos os cristãos" (2007, p.3). Além disto, dispõem sobre as condições necessárias para o recebimento deste sacramento e declaram-se harmônicos na assunção de outros compromissos.



Vimos assim quanto o batismo é fundamental na aplicabilidade do ecumenismo, pois a ausência de sua graça sacramental faz dissipar qualquer ação ecumênica, pois não há mais unidade a ser buscada.

## Capítulo 3

### Diálogo Inter-Religioso

Não haverá paz entre as nações, se não existir paz entre as religiões. Não haverá paz entre as religiões, se não existir diálogo entre as religiões. Não haverá diálogo entre as religiões, se não existirem padrões éticos globais. Nosso planeta não irá sobreviver, se não houver um *ethos* global, uma ética para o mundo inteiro (KUNG, 2004, p. 17).

As palavras de H. Kung ecoam como um vaticínio e como tal parecem nos que deve assim ser visto. Afinal, para não buscarmos tempos mais longevos podemos tomar uma referência temporal a partir do surgimento do cristianismo, que vai nos apontar um longo período através dos séculos, onde as tentativas de se estabelecer um diálogo inter-religioso sempre redundaram em fracassos.

Aliás, melhor seria não considerarmos a existência de “tentativas” em torno de um diálogo religioso, mas apenas uma busca de relacionamento entre cristãos e fiéis de várias religiões, ou confissões religiosas. Tais gestos eram marcados por ações impositivas, eivadas de intolerância, as quais apenas acirravam os espíritos, conduzindo não raro a combates fratricidas. À época julgava-se que os grandes problemas da humanidade deveriam procurar uma solução longe das autoridades eclesiais e das igrejas. Era o período em que a Igreja e o Estado dividiam o poder.

A questão é que a prática do diálogo era mais resultado de uma situação inevitável, que propriamente um anseio de entendimento e de harmonia. Os dogmas, os padrões teológicos, morais e institucionais, as normas eclesiais ditadas pelos concílios, se impunham às diversas formas religiosas resultantes do pluralismo que ia se instalando no contexto eclesial. Formava-se um arcabouço em defesa do legado apostólico e do resguardo da Palavra (BORTOLLETO, 2008, p. 292).

Durante o período medieval a Igreja esteve ligada ao poder temporal, e os desgastes se fizeram sentir ao longo deste percurso. No século XVI a Reforma e a Contra-Reforma deram um novo rumo à *ecclesia*, aqui entendida a Igreja Católica,

passando esta a assumir uma postura voltada para o campo espiritual, se desvencilhando assim das amarras que tanto mal lhe causaram.

Justamente neste período a Igreja e o mundo viveram grandes acontecimentos, como a Renascença, a descoberta das Américas (o Novo Mundo), o surgimento dos Estados nacionais, a Reforma protestante, a Contra-Reforma oposta pela Igreja Católica, já referenciadas, o acelerado impulso no campo da ciência, o iluminismo e a revolução francesa. Esses eventos deram causa ao vertiginoso desenvolvimento do mundo contemporâneo (ZAGHENI, 1999, p. 7).

O divórcio entre a religião e os vários segmentos da realidade social, não representou nenhum avanço no que tange ao incremento da prática de um diálogo inter-religioso. Corroborando o pensamento de H. Küng constante na abertura deste capítulo, antropólogos e teólogos manifestam posições firmes e unânimes ao afirmarem o entendimento

[...] que as religiões se apresentam também como instrumentos de paz e harmonia social e ecológica, e a relação pacífica entre elas é capaz de tornar-se um paradigma para as articulações das diferenças e para tornar o mundo vivível (RIBEIRO, 2002, p. 72).

Antes de adentrarmos diretamente nessa questão, é de bom alvitre estabelecer alguns conceitos que delineiem o que é o Diálogo Inter-Religioso, bem como acentuar os pontos que o definem em relação ao diálogo ecumênico.

Não há como negar a aparente similitude existente entre o Diálogo Inter-Religioso e o Diálogo Ecumênico, tema abordado no capítulo inicial do presente trabalho acadêmico. Enquanto o diálogo ecumênico envolve as igrejas cristãs, o diálogo inter-religioso acontece entre tradições religiosas de variados credos.

Em que consiste o diálogo inter-religioso? Vejamos algumas observações sobre o tema:

Entende-se por diálogo inter-religioso, as relações estabelecidas entre tradições religiosas diferentes em doutrinas, história, rituais, visões de mundo e práticas sociais comuns (BORTOLLETO, 2008, p. 292).

Num contexto de pluralismo religioso, o diálogo significa “o conjunto das relações inter-religiosas, positivas e construtivas, com pessoas e comunidades de outros credos para um conhecimento mútuo e um recíproco enriquecimento”, na obediência à verdade e no respeito à liberdade (PONTIFÍCIO CONSELHO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO, 1999, p. 12).

Vemos que enquanto o ecumenismo busca a unidade dos cristãos, o diálogo inter-religioso busca relacionar-se com tradições religiosas, as quais, muitas vezes apresentam uma identidade cultural que por si só parece obstaculizar qualquer tentativa de relacionamento.

Apesar da total dessemelhança em seus objetivos, finalidades e campos de ação, na Palavra de Deus afigura-se de modo bastante clara a relação existente entre o diálogo inter-religioso e o diálogo ecumênico. Dois trechos da Sagrada Escritura, os quais podemos considerá-los como princípios bíblicos do Diálogo Inter-Religioso um no Antigo Testamento, nas palavras do profeta Malaquias e outro no Novo Testamento, nas palavras de Lucas, que assim atestam:

Sim, do levantar ao pôr-do-sol, meu nome será grande entre as nações, e em todo lugar será oferecido ao meu nome um sacrifício de incenso e uma oferenda pura. Porque o meu nome é grande entre os povos! Disse Iahweh dos Exércitos (Ml 1, 11).

Tomando então a palavra, Pedro falou: “Dou-me conta, em verdade, que Deus não faz acepção de pessoas, mas que, em qualquer nação, quem o teme e pratica a justiça, lhe é agradável. Tal é a palavra que Ele enviou aos israelitas, dando-lhe a boa nova da paz por Jesus Cristo, que é o Senhor de todos” (At 10, 34-35).

Entretanto, o ligame relacional existente entre um e outro diálogo, não significa que existe identidade nos seus discursos e em suas proposições.

### **3.1 Diálogo Inter-Religioso e Ecumenismo**

O ecumenismo se reveste de um discurso essencialmente cristão, enquanto o diálogo inter-religioso é voltado às tradições religiosas que comungam diversos credos e que provém de culturas das mais diferentes estirpes. Enquanto no ecumenismo

[...] dispomos de um critério comum, que é a crença no valor absoluto de Cristo como enviado de Deus, no diálogo inter-religioso não podemos conservar como critério comum o absoluto do Deus pessoal das religiões monoteístas. Em contrapartida podemos reconhecer em todas as religiões a aspiração a uma Realidade última além dos limites desta história e a aspiração a uma libertação ou uma salvação em relação aos diversos males da condição humana” (TEIXEIRA, apud GEFRÉE, 1997, p. 115).

É importante diferenciar um e outro, pois:

Convém sempre distinguir entre “ecumenismo” e “diálogo inter-religioso”. Embora animados no mesmo espírito e, em parte, utilizando os mesmos métodos, as duas iniciativas têm finalidades bem diferentes. O termo “ecumenismo” na sua acepção técnica, deve ser reservado apenas aos esforços de unidade empreendido pelas diferentes confissões cristãs. [...] O ecumenismo visa à unidade de todos os batizados, com base na mesma fé, o que permitiria a comunhão eucarística entre todos, embora mantendo a riqueza diversificada de ritos e de tradições. O diálogo inter-religioso não pretende realizar uma unidade semelhante, porque é impossível estabelecer uma unidade de fé entre tradições religiosas que são, às vezes, diametralmente opostas desse ponto de vista, (como, por exemplo, o cristianismo e o islamismo). O diálogo, nesse caso, tem outras finalidades, de ordem mais geral que o ecumenismo (Fitzgerald, 2009, p. 91).

### 3.2 Fundamentos Teológicos do Diálogo Inter-Religioso

O Salmo 33 em seu versículo 5 diz que “... a terra está cheia do amor de lahweh”, enquanto o Salmo 148, fala do sublime louvor cósmico que imana céus, águas, astros, montes, árvores, homens e animais, numa manifestação de amor que faz vibrar o universo. Parece-nos aí transpirar o zelo de Deus por toda a criação, ao mesmo tempo em que constatamos nesta mesma criação, um divórcio entre as religiões, uma mútua rejeição às tradições religiosas que não comungam do mesmo ideal. Afinal, o salmista mostra que muito antes das tradições religiosas buscarem a Deus, Ele, por amor à sua criação já se postava em posição de acolhimento, convidando a todos a uma íntima participação com sua própria vida. Desse modo, nada mais natural que a presença de Deus paire em todas as religiões.

Assim, “... o fundamento teológico do diálogo inter-religioso está no mistério do Deus criador e de sua acolhida amorosa” (TEIXEIRA, [dialogos.blogspot.com/2010/04/fundamentos-e-possibilidades-do-dialogo](http://dialogos.blogspot.com/2010/04/fundamentos-e-possibilidades-do-dialogo)).

Documentos do Concílio Vaticano II oferecem suportes teológicos bem fundamentados ao diálogo inter-religioso.

É certo que a Igreja Católica um tanto tardiamente começou a abraçar o Diálogo Inter-Religioso, o que não significa tê-lo feito por uma questão de modismo ou coisa parecida. O fato é que o Concílio Vaticano II, em razão de seu contexto de considerável amplitude, gerou com fundado embasamento condições para que a Igreja se conscientizasse da importância de sua participação junto às demais confissões e tradições religiosas. No tocante aos fundamentos teológicos do diálogo,

[...] a esse respeito, dois textos são particularmente importantes: a constituição dogmática *Lumen Gentium* e a constituição pastoral sobre a Igreja no mundo atual, *Gaudium et spes*, nas quais os padres conciliares desenvolveram a noção de sacramentalidade. A Igreja, “sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano” (LG1), participa da realidade humana mas a ultrapassa” (FITZGERALD, 2009, p. 67).

Ultrapassar os limites da realidade humana significa enxergar além da *ecclesia* constituída por Cristo, voltada para uma conceituação definida e sedimentada. Há que se ir além daquilo que a Igreja ao longo dos tempos, ciosa de suas obrigações sempre procurou fazer e fazer bem.

“Paulo e João começaram esse trabalho, ao ler toda a criação à luz de Cristo, ao falar de uma presença dele para além da ação evangelizadora e instituidora de Igreja” (Teixeira *apud* LIBÂNIO, 1997, p. 12). As Igrejas cristãs, no espírito do diálogo inter-religioso estão voltadas para esta nova realidade, esta nova consciência que exige o ir além de suas fronteiras visíveis, a fim de minimizar as fraturas existentes que debilitam o próprio ser Igreja.

### **3.3 A Religião em seus primórdios**

Nos primórdios da história da cultura humana, a religião já se fazia presente. No transcurso de toda a história o ser humano sempre assumiu um modo de existência com uma característica especial, e apesar do grande número de formas histórico-religiosas, esta característica é sempre notada, já que ela se repete. Não importa a época, o momento da história, o ser humano sempre se voltou para uma entidade superior, o sagrado, que transcende o momento que ele vive.

Ele percebe claramente que o mundo é santificado por essa figura superior, na qual reconhece sua pequenez e a ela se vê submisso frente sua força e sua plenitude. O homem no seu processo histórico, sempre teve consciência que a vida desde sua origem, partiu do sagrado, originou-se da vontade daquele que tem o domínio sobre todas as coisas. Podemos dizer que o sentimento religioso, resultado da consciência da existência do sagrado, esteve presente na humanidade em todos os tempos. O Sagrado sempre se mostrou como algo muito diferente do profano, com o ar de superioridade e grandiosidade que lhe é próprio.

### **3.4 O Sagrado e o Profano**

M. Eliade em sua obra *O Sagrado e o Profano*, cuida do tema com muita propriedade. À manifestação do sagrado ele chama de hierofania, salientando que a história das religiões é perpassada por um grande número de hierofanias. A hierofania pode ser representada por um simples objeto, por um espécime animal, por uma árvore, enfim, as diversas culturas a exprimem da maneira mais diversificada possível. Para um cristão, inexistente uma hierofania mais elevada, que a encarnação de Deus na pessoa de Jesus Cristo.

Para o homem moderno, principalmente o ocidental, não é fácil aceitar que seres humanos por conta de sua religiosidade reconheçam hierofanias na pessoa de um animal, na forma de um objeto, ou na constituição de uma árvore (ELIADE, 2001, p. 17). O fenômeno deve ser visto como expressões culturais e como tais precisam ser reconhecidas. O autor anota ainda a questão paradoxal que envolve toda e qualquer hierofania. Considerando-se que uma pedra seja a expressão de manifestação do sagrado, para aqueles que a vêem como uma hierofania ela deixa de ser uma pedra e passa a exprimir o sagrado. Não deixa de ser uma pedra, mas passa a ser vista como algo sobrenatural. Entretanto, para o olhar profano ela não deixa de ser o que é, simplesmente uma matéria mineral que compõe o cosmo.

O sagrado e o profano constituem duas modalidades de ser no mundo, duas situações existenciais assumidas pelo homem ao longo de sua história, diz M. Eliade. E acrescenta:

Esses modos de ser no Mundo não interessam unicamente à história das religiões ou à sociologia, não constituem apenas o objeto de estudos históricos, sociológicos, etnológicos. Em última instância, os modos de ser sagrado e profano dependem das diferentes posições que o homem conquistou no Cosmos e, conseqüentemente, interessam não só ao filósofo, mas também a todo investigador desejoso de conhecer as dimensões possíveis da existência humana (ELIADE, 2001, p. 20).

O motivo que determina a necessidade de separação entre o profano e o sagrado é a contagiosidade deste último. O sagrado tende a contagiar todo o meio, as pessoas, as coisas e animais que o circundam, por isso sua manipulação deve ser orientada por precauções. Se por um lado o devido tratamento do sagrado pode levar à experiência da consagração, sua profanação o libera sob uma manifestação hostil, que procura o domínio sobre o transgressor por meio da instauração da doença e da morte.

A contagiosidade do sagrado se deve à sua natureza de exterioridade. O sagrado não está fixado sobre um determinado objeto material e por isso mesmo é dotado da faculdade de irradiação. As forças sagradas são, assim, exteriores aos indivíduos, aos objetos, aos animais e aos próprios totens. Elas se fixam e se difundem pelo contágio e por isso devem estar contidas. As forças religiosas são uma variedade das forças sociais, são forças coletivas, forças morais. Essas forças são resultados da ação da sociedade sobre as consciências, não das sensações do mundo físico. E justamente por serem sociais, elas tendem à propagação e à difusão entre os fiéis e, na concepção destes, a toda realidade que experimentam.

Dialogando com o texto de M. Eliade, *Mito e Realidade*, temos a construção figurativa de “deuses” e “demônios”, feita por Weber, que nem sempre é de caráter pessoal ou duradoura, na sua gênese social. O domínio da ação religiosa se dá a partir da regulação das relações entre esses e os homens, onde o simbolismo no fazer dos homens com o mundo imaterial assume um papel fundamental, haja vista a abordagem sobre a morte e a alma do morto nas suas mais diversas manifestações. De modo mais amplo, afirma que “todos os círculos da atividade humana são atraídos para o círculo mágico simbolista” (WEBER, 2004, p. 282), e a partir dessa atração se estabelece uma correlação entre poderes supra-



sensíveis, deuses e o cidadão comum, onde a religião multiplica inseguranças sociais, e se coloca contrária a todo agente inovador, concebendo-se de forma sedimentária.

Esse fenômeno religioso é observado desde tempos primordiais no seu caráter mitológico, passando pelos rituais asiáticos e judaicos, num embate com o caráter jurídico da religião romana, numa associação do religioso com o político e o econômico, que encontra ressonância nas práticas religiosas das civilizações greco-romana, judaica, e posteriormente cristã. Aqui já se apresentam as funções sociais da religião como fornecedora de sentido e fator de coesão social.

### **3.5 Religiões: O que é**

A diversidade de religiões, de credos, de doutrinas e tradições religiosas, implicou no fenômeno chamado de Pluralismo Religioso, que deu azo ao Diálogo Inter-Religioso. Daí a necessidade de transitarmos um pouco sobre os temas, Religiões e Pluralismo Religioso, para uma melhor consistência no desenvolvimento deste trabalho.

O que é religião? R. Crawford menciona as definições a seguir, as quais por si já demonstram quão difícil é se precisar o que é verdadeiramente “Religião”. Para J. M. Yinger, é um sistema de crenças e práticas de que um grupo de pessoas se serve para enfrentar os problemas últimos da vida humana; para Karl Marx, é o suspiro da criatura oprimida, o sentimento de um mundo sem coração, a alma num mundo sem alma; é o ópio do povo; para E. B. Tylor é a crença em seres espirituais; para Sigmund Freud a religião é uma ilusão; para Émile Durkheim a religião é um sistema unificado de crenças e práticas relativas a coisas sagradas, isto é, coisas separadas e proibidas, crenças e práticas que unem numa única comunidade, chamada Igreja, todos os que a ela aderem; para Aluysius Pieris religião é um anseio revolucionário, um impulso psicossocial para gerar uma nova humanidade; e para Rudolf Otto a religião é um sentimento do numinoso, do “totalmente outro”, do *mysterium tremendum et fascinans*.

As definições acima expressam as perspectivas de autores das mais diversas áreas, cuja visão se coaduna com o campo de ação por cada um abraçado. Vemos entre eles antropólogos, filósofos, historiadores, psicólogos e sociólogos.

Religião é uma coisa para o antropólogo, outra para o sociólogo, outra para o psicólogo (e outra ainda para outro psicólogo!), outra para o marxista, outra para o místico, outra para o zen-budista e outra ainda para o judeu ou o cristão. Existe, por conseguinte, uma grande variedade de teorias religiosas sobre a natureza da religião. Não há, portanto, nenhuma definição universalmente aceita de religião, e possivelmente nunca haverá (CRAWFORD, apud HICK, 2005, p. 14).

Com todas essas multiplicidades de definições encontramos uma densidade populacional assim dividida dentre as diversas confissões religiosas que abordaremos no seguimento deste capítulo: o cristianismo conta com dois bilhões de fiéis no mundo inteiro, situando-se assim seus principais contingentes: 550 milhões na Europa, 280 milhões nos Estados Unidos e 530 milhões na América do Sul; o islamismo com um pouco mais de um bilhão de fiéis, dois terços dos quais no continente asiático e 16 milhões na Europa; o hinduísmo com seus 700 milhões de fiéis, mal sai da Índia, com algumas comunidades na Indonésia, no Paquistão, no Nepal e em Bangladesh; o budismo tem uma população de fiéis estimada em 400 milhões, dos quais 3 milhões na Europa e 10 milhões nos Estados Unidos; o siquismo representa 20 milhões de fiéis, entre os quais 300.000 na Grã-Bretanha; e o judaísmo conta hoje apenas duas vezes mais pessoas da religião judia, do que na época do império romano, ou seja, 24 milhões de judeus, dos quais 5,5 milhões em Israel, 800 mil na França e 2 milhões em Nova Iorque (BANON, 2010, p. 104).

### **3.6 Pluralismo Religioso**

A religião cristã ainda dava seus primeiros passos na caminhada apostólica, quando se viu obrigado a enfrentar suas primeiras contendas. O pluralismo religioso ali já se manifestava e a mensagem cristã conhecia seu primeiro embate, justamente com o judaísmo. Logo, religiões outras se colocaram em campos de oposição, mostrando que não estavam dispostas ao acolhimento de uma religião que tinha como líder, um crucificado, e como seguidores, homens

extremamente devotados, que não hesitavam encarar o suplício da morte em nome de seu Deus.

O cristianismo, principalmente no transcurso do 1º milênio contendeu ao longo de sua história com uma vasta onda de heresias, representadas por doutrinas contrárias às verdades de fé esposadas pelos cristãos. Além disso, três grandes cisões abalaram o cristianismo nos séculos V, XI e XVI, as duas primeiras envolvendo os cristãos ortodoxos e a última, a Reforma Luterana que deu origem ao protestantismo.

Além do pluralismo religioso as religiões de um modo geral vez por outra enfrentaram e enfrentam dissidências que sensivelmente alteram seu curso, causando-lhes um oneroso abalo.

O início da chamada Idade Moderna marca a imagem do pluralismo religioso, o qual a princípio teve um desenvolvimento paulatino, acentuando-se entretanto a partir da 2ª metade do século XX, quando passou a ser objeto de estudos e pesquisas. Apesar das distâncias, das dificuldades de comunicação à época, já se fazia sentir a necessidade de aproximação das diversas tendências religiosas.

A diversidade de teorias religiosas pode ser representada por peças de mosaicos variegadas, com diferentes desenhos sem qualquer relação um com o outro, quer em tamanho, quer em forma. Como harmonizá-las, como enquadrá-las para obter alguma simetria em suas combinações? Parece-nos ser um encargo completamente impossível. E o é. Transpondo-se a imagem para o campo do pluralismo religioso, a resposta há que ser positiva, mesmo considerando-se as dificuldades como uma tarefa impossível.

Há que prevalecer a grandeza de seu objetivo: juntar peças de tão diferentes doutrinas, religiões e tradições, buscando a formação de um verdadeiro mosaico de religiões. Tarefa difícil, mas que requer muito esforço em razão de um alcance maior. Caso haja um comum trabalho artesanal poder-se-á chegar a um resultado, não justaposto, harmônico, ao contrário, com contornos arestados mas não invasivos, porém com reflexos luminosos nas trilhas paralelas utilizadas por contingentes religiosos que precisam dialogar, para que melhor possam se entender.

Em última análise, aqui reside a profecia de H. Küng, destacada no início deste capítulo. Apesar das diversidades doutrinárias, teológicas, culturais e políticas, o *animus* não hostil, a busca amistosa fundada num diálogo onde não existem apenas idéias e sentimentos arraigados e contraditórios, mas também o exercício do respeito e convencimento dos lídimos propósitos do outro e da sua religião, resultará na paz entre as religiões, haverá paz no mundo. Tudo isso decorrente do exercício do diálogo inter-religioso.

Vivemos hoje num mundo no qual nada mais é necessário e urgente que a paz. Sem paz não há alegria, justiça e amor, além de tantas outras condições que os homens necessitam para a vivência de seu dia-a-dia. A ausência de paz incide com maior violência justamente sobre os menos favorecidos. A inexistência da paz anula o ser humano, por lhe impingir, seja qual for sua classe social, o direito de viver, de pensar, de produzir fisicamente e intelectualmente, causando-lhe um empobrecimento que lhe tira o sentido de vida.

Até certo ponto inadmissível, em razão de seus fundamentos, é a clara participação de grupos religiosos que fomentam a discórdia, outros que participam ativamente em conflitos com atitudes beligerantes que levam à destruição, tudo em nome de um Deus, que é Amor.

Não há paz sem religião. Não há vida sem paz.

Entendemos que na práxis do Diálogo Inter-Religioso, uma convicção interior perpassa seus dialogadores, em última análise, suas lideranças. “Minha religião é verdadeira, creio nos seus princípios, nos seus ditames”. Tudo certo, mas a certeza nos princípios que abraçam não deve se constituir em óbice à práxis dialogal.

O diálogo inter-religioso enquanto expressão viva da relação entre tradições religiosas distintas é um fenômeno relativamente recente, já que até o ano de 1945 não havia sinais explícitos sobre este procedimento.

Um tanto irresolutas no início, aos poucos as grandes tradições religiosas foram compreendendo a necessidade da busca de uma aproximação. O Concílio Vaticano II deu um grande impulso a essa concretização.

Interessante observarmos que hoje a presença de outras religiões não mais se circunscreve em países distantes. No continente americano, particularmente no nosso Brasil, até à metade do século passado apenas alguns vestígios sinalizavam sua presença, tão ínfima era sua penetração e tão inexpressiva era sua atuação eclesial. À época, um maior conhecimento sobre uma religião fundada numa outra tradição era de difícil alcance, em razão da escassez de especialistas sobre tão desconhecidas expressões religiosas. O avanço dos meios de comunicação, mormente a TV e a internet; a simples ida a uma livraria especializada traz ao consulente todas as informações necessárias, de acordo com a formação do interessado. O mundo globalizado que hoje vivemos exige uma maior incursão no campo do pluralismo religioso, em razão dos interesses mútuos existentes, os quais não se restringem às suas próprias convicções teológicas e eclesiológicas, mas à busca de um diálogo centrado na cosmovisão, com todas suas intercorrências.

Doravante a vida religiosa da humanidade, se é que ela de algum modo há ser vivida, o será em um contexto de pluralismo religioso [...]. Isso é verdadeiro para todos nós; não apenas para a “humanidade” em geral, abstrata, mas para você e eu como pessoas, indivíduos. As pessoas de outras crenças religiosas não são mais periféricas ou distantes, fúteis curiosidades de histórias de viajantes. Quanto mais despertos estamos e quanto mais envolvidos com a vida, mais descobrimos que eles são nossos próximos, nossos colegas, nossos concorrentes, nossos companheiros. Confucionistas e hindus, budistas e muçulmanos estão conosco não só nas Nações Unidas, mas descendo a rua. Cada vez mais, não só o destino de nossa civilização é influenciado por suas ações; mas temos com eles também a intimidade de tomar um cafezinho juntos (KNITTER *apud* Smith, 2008, p.21).

### **3.7 A Teologia das Religiões**

A Teologia das Religiões é a disciplina teológica que compreende “a tentativa feita por teólogos cristãos, de refletir sobre o sentido e significado das crenças e práticas religiosas não-cristãs a partir do ponto de vista da revelação cristã” (LOSSKY, 2005, p. 1053).

Entende-se por “Teologia das Religiões” um estudo sistemático das religiões não cristãs, que visa relacionar seus conteúdos essenciais à verdade revelada do cristianismo (LACOSTE, 2004, p. 1514).

Nas duas definições acima se vê que as mesmas são centradas na Revelação de Deus na pessoa de Jesus Cristo. Significa salientar, de início, que

esse percuciente estudo, esse mergulhar na essência da teologia das outras religiões, terá como parâmetro a religião cristã. A verdade revelada no cristianismo é o elemento basilar inarredável; a partir daí a reflexão sobre o sentido e o significado das crenças e práticas não cristãs deverão merecer o necessário aprofundamento. Atendendo a esse modelo, serão reconhecidos os valores positivos das outras religiões, porém estas deverão buscar uma conformação aos moldes do cristianismo.

Os teólogos cristãos hodiernos, da linha liberal, sem negar a importância e o valor da Revelação na teologia cristã, anseiam que as igrejas cristãs redimensionem o significado da Revelação, operada por meio de Jesus Cristo. Para tanto recorrem à cosmologia, à paleontologia, que hoje estima a vida da humanidade em aproximadamente um milhão de anos, contrariando em demasia as estimativas dos estudos bíblicos. “Pense-se o que significa nessa escala o brevíssimo lapso da revelação bíblica, e tire-se a consequência: a imensa maioria dos seres humanos nada teve a ver com ela (QUEIRUGA, 2005, p. 14).

O autor, que fundamenta sua teoria em proposições ousadas e muitas vezes antagônicas à teologia cristã, o faz entretanto com abertura para o debate, para uma troca de idéias, com vistas à uma nova postura das igrejas cristãs, a fim de se criar condições para um verdadeiro diálogo inter-religioso e uma melhor aplicação nos estudos concernentes à Teologia das Religiões.

“Se a revelação é tomada em seu sentido pleno e real, como outro rosto ou outro nome da salvação, as conseqüências são de uma importância transcendental”. Segue o autor comentando sobre o princípio *extra ecclesiam nulla salus* (fora da Igreja não há salvação). Complementa seu raciocínio, levando o leitor a intuir o erro eclesiológico imposto aos cristãos durante tantos séculos. Após discorrer um pouco sobre a questão, justifica-a acenando com a necessária compreensão histórica, o que no mínimo, é mais que razoável.

Do alto de seu cabedal teológico, A. Queiruga preleciona no sentido de melhor situar a revelação no contexto da Teologia das Religiões. E o faz, apresentando as três alternativas formais, já conhecidas no âmbito do pluralismo religioso, não sem antes introduzir o assunto na forma que segue:

À luz destas mudanças tão profundas, compreende-se que a teologia busque hoje novos enfoques do problema e tente novas saídas para as aporias às quais leva inevitavelmente o manter hoje as posturas tradicionais. No mundo anglo-saxão, que, como dissemos, é onde a discussão está mais viva, impôs-se uma divisão tripartida das posturas: exclusivismo, inclusivismo e pluralismo (2005, p. 17).

O exclusivismo é aquela atitude unilateral que só reconhece a verdade quando consentânea com seu próprio entendimento. Não admite tergiversação e exclui qualquer forma de diálogo quando antevê no outro uma predisposição antagônica. É o caso das igrejas cristãs que só admitem a revelação na própria religião. Apesar da inflexibilidade, há formas mais abertas, que não se fecham ao diálogo, com tendências à postura seguinte.

O inclusivismo adota uma posição intermediária, cômoda, por não excluir nem verdade nem salvação nas demais religiões, assumindo uma posição central, com sua verdade e seus princípios, sem alijar a verdade das outras religiões.

O pluralismo é o resultado das duas posturas anteriores.

Para ele todas as religiões são iguais, manifestações equivalentes em seu valor salvífico e em sua verdade, pois a diversidade nasce unicamente dos diferentes contextos culturais em que se tematiza e se concretiza a experiência do divino [...]. Exerce hoje uma indubitável atração que chega quase ao fascínio, talvez devido em parte a que se trata de uma reação generosa diante de um fechamento histórico do exclusivismo, muitas vezes com trágicas consequências. Seu grande problema funda-se na questão da verdade, pois muito dificilmente pode evitar o perigo de um relativismo total, que não beneficiaria a ninguém (QUEIRUGA, 2005, p. 19).

Encerra suas considerações sobre as três posturas, afirmando sua inclinação pelo inclusivismo, sem deixar de frisar que sua “indicação quer ser unicamente um *emolduramento formal* para orientar a leitura”.

A 1ª postura, o exclusivismo, tem como expoentes os teólogos Jean Daniélou, Henri de Lubac e Hans Urs von Balthasar. Vale lembrar que esta postura reconhece os valores positivos das outras religiões, mas elas deverão encontrar meios para se adequar ao cristianismo.

A 2ª postura, o inclusivismo, conta com a expressividade de Jacques Dupuis, secundado pelo teólogo francês Claude Geffré.

A 3ª postura, identificada com o paradigma pluralista se apresenta com dois teólogos de renome, John Hick e Paul Knitter. O pluralismo reconhece outras tradições religiosas como instâncias legítimas e autônomas de salvação como religiões verdadeiras, e não como um cristianismo diminuído. Mas para tanto torna-se necessário romper com a idéia da universalidade salvífica em Jesus Cristo

Os primeiros sinais de uma perspectiva de abertura às religiões no campo da teologia cristã ocorrem no âmbito da teologia liberal protestante, no século XIX, mas que encontrará forte resistência na teologia dialética de Karl Barth. No campo católico, esta incipiente abertura começa a ocorrer na literatura teológica por volta da década de 60, entre autores como, Karl Rahner, Yves Congar, Henri de Lubac, G. Thils entre outros (BORTOLLETO, 2008, p.969).

Mas, todas as religiões são verdadeiras?

A resposta para tal questão exigiu e exige uma reflexão teológica no campo do pluralismo religioso, se constituindo sobremaneira em objeto da Teologia das Religiões.

Aí está uma pergunta que a grande maioria dos teólogos não se faz, o que lhes permite a isenção de respondê-la, e os que a fazem, são os teólogos envolvidos com o diálogo inter-religioso e que se aventuram no campo da Teologia das Religiões, o que nos parece natural.

A. Queiruga não responde de imediato quando da abordagem sobre a questão, mas inicia vislumbrando uma real impossibilidade de qualquer diálogo entre religiões, no momento em que se levanta a questão de ser esta religião verdadeira ou ser aquela falsa. Um diálogo autêntico sugere a ausência de uma postura de superioridade. Duas idéias são preponderantes: A primeira, é que em todas religiões existe “a presença real - salvadora e reveladora - de Deus no coração de toda a história dos homens”. A segunda se refere ao fato de que não se trata de privilegiar essa ou aquela religião, mas sim em “intensificar” a uns visando o que é melhor para todos.



Quem – cristão ou não – seriamente preocupado pelo religioso e por sua repercussão na humanidade não sentiu alguma vez a urgência de enriquecer a vivência de sua tradição com os contributos das demais? [...] Pense-se, simplesmente, na influência crescente da espiritualidade oriental sobre nosso modo de rezar ou de acolher a presença de Deus na vida (QUEIRUGA, 2005, p. 61).

Após uma arguta análise, A. Queiruga conduz suas reflexões em bases consistentes, para asseverar que a verdade das religiões é “absoluta”. Não concorda com a permanência de uma mera funcionalização das religiões em relação à religião bíblica, pois as religiões têm valor pelo que elas representam. E acrescenta:

É claro, que enquanto não lhes chegue pelos caminhos da história o anúncio do evangelho, elas são o único caminho que Deus tem – falemos assim – para ajudar as pessoas desse âmbito a sentir explicitamente sua presença [...] Por isso seu valor é verdadeiramente “absoluto”, já que nessas religiões está em jogo o destino definitivo de seus crentes. Certo que a partir da experiência cristã é impossível não ver sua abertura posterior, seu íntimo ser chamadas (sic) à plenitude aberta por Cristo (QUEIRUGA, 2005, p. 62)

O autor adita que tal abertura não implica em se esconder o fato de que nelas o verdadeiro Deus se faz presente. É certo que a ótica cristã não anula sua provisoriedade, porque é da índole de Deus, de sua vontade, dar-se por completo, dedicar-lhes seu amor incondicional, o mesmo que devota a qualquer de seus filhos, apesar de todo tumulto causado pela realidade histórica.

Complementando essa linha de raciocínio, perderíamos a beleza da argumentação se tentássemos transmitir o pensamento do autor no parágrafo que segue:

Não se trata de renunciar ao verdadeiramente experimentado à luz da revelação de Cristo: não se pode ignorar a luz, uma vez vista ou entrevista; também isso seria pecar contra ela; e seria ademais uma injustiça para com os outros, pois em nome de um falso respeito se lhes privaria de uma riqueza à qual *têm direito*. Trata-se, simplesmente, de não “apoderar-se” dessa experiência, deixando-a expandir-se conforme as leis de seu dinamismo. O que, paradoxalmente, significa antes de tudo que a experiência cristã *não é posseção dos cristãos; é dom* que emerge num ponto da comunidade religiosa humana e que a toda ela é intrinsecamente destinado. Deus continua sendo o único Senhor de todos e para todos (QUEIRUGA, 2005, p. 64).

É sensível perceber nas igrejas cristãs um certo retraimento, ou pelo menos, uma excessiva cautela, na tomada de posição em relação à uma efetiva ação ecumênica e à impulsão ao Diálogo Inter-Religioso. É próprio, principalmente por parte da Igreja Católica, examinar a longo prazo, com zelo e acuidade, toda e qualquer reflexão teológica que implique em orientações que difiram das já conhecidas e amadurecidas por seus fiéis cristãos, o que não significa inflexibilidade em suas convicções. O panorama teológico apresentado pelos dois autores acima mencionados, figuras de realce na hierarquia católica, propugna por uma revisão na teologia, na eclesiologia e na cristologia, o que convenhamos, não nos parece algo factível, em razão da sistematizada e arraigada doutrina cristã.

### **3.8 Religiões monoteístas**

O Oriente Médio foi o berço de três grandes religiões: o judaísmo, o cristianismo e o islamismo. Todas monoteístas, são conhecidas também como “religiões abraâmicas”, isto porque crêem no Deus Único, o qual, teria se revelado ao patriarca Abraão, aproximadamente por volta de 1800 anos antes de Cristo.

#### **3.8.1 Judaísmo**

A 1ª grande religião monoteísta é o judaísmo, organizada em torno de um livro santo, a Torá, e em torno da história de um povo. Os hebreus vão formar uma nação ao final da narrativa fundadora do Êxodo do Egito. Os israelitas são oriundos das 12 tribos federadas por Moisés. O termo judeu é oriundo do grego, *ioudaîos*, depois do latim, *judaeus*, que designava os habitantes da Judéia. A partir do século II antes da nossa era, o termo “judeu” dizia respeito mais a uma nacionalidade do que a uma pertença religiosa.

O povo judeu convivia periodicamente com três grandes festas de peregrinação a Jerusalém, e todas tinham relação com as festas agrícolas. Seus significados serão enriquecidos por acontecimentos históricos celebrados no mesmo período. Essas festas consagravam acontecimentos míticos no judaísmo, depois no cristianismo e no Islã. São elas, a Páscoa, Pentecostes e a Festa das Cabanas.

O cristianismo dá à Torá o nome de Antigo Testamento, também chamado de Primeiro Testamento. O pensamento cristão estima que a Aliança entre

Deus e os homens se desenvolve em dois períodos indissociáveis: uma primeira aliança firmada com Abraão e em seguida com Moisés, e depois uma segunda Aliança concluída na crucificação e na ressurreição de Jesus (BANON, 2010, p. 106).

A Bíblia é o livro sagrado dos judeus e compreende uma coleção de textos de natureza histórica, literária e religiosa. Possui um total de 24 livros divididos em três grupos, a saber: A Lei (Torá), no qual encontramos o Pentateuco, que abrange os cinco livros de Moisés; os Profetas, (Neviim), no qual temos os livros históricos e proféticos escritos pelos profetas do povo hebreu, como Isaías e Jeremias; e os escritos, (Ketuvim), que são os demais livros.

Na época de Cristo, os cinco livros de Moisés (ou Pentateuco) eram considerados pelos judeus uma só entidade e chamados de “A Lei”, pois continham as normas judaicas legais e morais, assim como as regras relativas ao culto. A divisão em cinco livros data de sua tradução para o grego, que foi feita com base no original hebraico por volta de 200 a.C. Os cinco livros de Moisés não foram escritos por um único autor do início ao fim. A miríades de histórias que neles se encontram não foi, por muito tempo, transmitida sobretudo oralmente. Os livros de Moisés compreendem, portanto, um complexo conjunto de textos escritos durante um longo período, num processo que se completou por volta de 400 a.C. (GAARDER, 2009, p. 113).

Definir o judaísmo não é tão simples como possa parecer. É conhecida como a religião dos judeus, mas quando você procura caracterizar quem é o judeu, a situação fica um pouco complicada. Isso porque se é o que habita um dos Estados da antiga Palestina, é muito possível que seja alheio à religião dos judeus e professe o cristianismo ou outro qualquer credo. No caso de morar em outro país e se dizer judeu, também não responde a questão já que ele pode vivenciar uma outra religião ou uma outra experiência religiosa.

Refletindo sobre “a questão judaica”, Jean-Paul Sartre concluiu que “judeu é aquele que se sente e se diz judeu”. Ser judeu seria, então, questão de subjetividade. Seria querer ser ligado ao povo que habita a Judéia e ao qual lahweh-Deus se revelou” (...). Assim, o judeu é aquele que se reconhece de uma terra e de um Deus, “um reconhecente Deus”. *O judaísmo é, pois, a religião da aliança entre uma terra (santa), um Deus e um povo.* A religião dos que se sentem herdeiros dessa terra, escolhidos por esse Deus e descendentes desse povo (SAMUEL, 2003, p.138).

Uma compreensão do judaísmo exige um alinhamento da sua história à geografia e há que se mergulhar no passado deste povo, o povo hebreu. Os hebreus são descendentes de Heber, antepassado de Abraão. Sua origem data aproximadamente de 2.500 anos antes de Cristo, na Mesopotâmia, próximo de Ur, que à época era uma colônia síria.

Um de seus muitos patriarcas, chamado Jacó, cognominado de Israel, acabou por dar o nome de “israelita” ao povo judeu. Seu desenvolvimento deu-se em meio à constantes instabilidades em razão de suas múltiplas peregrinações. Em meio a muitas atribulações formaram dois reinos, Israel, que tinha Samaria como capital, e Judá, cuja capital era Jerusalém. Por uma verdade histórica, judeus são os que compunham o reino de Judá (SAMUEL, 2003, p. 138).

### 3.9.2 Cristianismo

A 2ª grande religião monoteísta é o Cristianismo.

O Cristianismo é a religião da Igreja., ou seja, a religião que se constitui pela reunião dos fiéis em assembleia, sob a liderança de determinados chefes. Não é, pois, uma religião cultural, racial ou tribal (PIAZZA, 2005, p. 376).

A inserção na Igreja faz-se através do sacramento do Batismo, cuja instituição reside na pessoa de Jesus Cristo, o Filho de Deus. A Igreja não faz qualquer objeção aos que dela queiram fazer parte, mas espera de seus fiéis interesse e aceitação ao que por ela é proposto, que é uma mensagem de amor, de salvação, apresentada como a Boa-Nova, a boa notícia. A Boa-Nova encontra-se no Novo Testamento, no qual se encontram os quatro evangelhos de Cristo, atribuídos a Marcos, Mateus, Lucas e João. Foram redigidos, segundo a doutrina cristã, sob a inspiração do Espírito Santo, 3ª pessoa da Santíssima Trindade. Deus Pai, Deus Filho e o Espírito Santo, formam o Deus Trino.

Dando a si mesmo o nome expressivo de Filho com respeito a Deus, e a Deus o nome carinhoso de Pai (Abbá, em hebraico), insinua uma íntima ligação com Deus que o credencia para apresentar-se como a autêntica revelação dos desígnios de salvação divinos para toda a humanidade. Também a expressão “filho do homem” insinua a sua missão de realizar em si mesmo as esperanças de um messianismo escatológico, tal como encontramos em Daniel (Dn 7,13), bem como a de “servo de Javé), do

profeta Isaias (Is c 53, que toma sobre si o resgate dos pecados da humanidade (PIAZZA, 2005, p. 375).

Cogita-se que talvez a única religião que tem verdadeiramente uma teologia, seja a religião cristã. Isto porque somente ela possui um conceito claro e definitivo de Deus, de sua natureza e de sua interação com os homens em suas realidades.

Isto, graças a uma “revelação” precisa, que não sofre oscilações com o tempo, mas progride em uma linha constante, desabrochando em uma rica visão do mundo e do homem. Os mistérios da SS. Trindade e da Encarnação favorecem as mais elevadas especulações, bem como a mais profunda compreensão do problema humano. As demais religiões, ou não possuem um conceito uniforme de Deus, que sirva de ponto de partida para um conhecimento exato de sua natureza e agir, como é o caso do hinduísmo, ou possuem um conceito tão rígido de Deus, que pouca coisa se pode daí deduzir, como é o caso do islamismo.

### **3.8.3 Islamismo**

A 3ª religião monoteísta, o Islã, é uma religião indissociável do judaísmo e do cristianismo. O sábio El-Bokhari conta que um dia perguntaram ao profeta Maomé o que é o Islã justo. Respondeu que é “uma religião baseada em cinco pilares: a profissão de fé, a prece, a esmola, o jejum e a peregrinação”. Os que o acompanhavam, não satisfeitos com a resposta voltaram a perguntar: No caso de obedecermos a esses preceitos iremos para o paraíso? Ele respondeu: “Ninguém é realmente muçulmano se não deseja para seu próximo o que deseja para si mesmo”. Esta última citação exprime o elo indiscutível existente entre o Islã, o judaísmo e o cristianismo: amar a Deus com um amor sincero, respeitar o seu culto e amar ao próximo. Aí estão três obrigações comuns às três religiões monoteístas. Vale lembrar que a famosa regra “ama a teu próximo como a ti mesmo” foi prenunciada pela lei judaica no Levítico há quase três milênios. Muito tempo depois foi repetida no século I antes da era cristã, ou seja, sete séculos antes do nascimento do Islã.

Em Meca, no centro da Arábia, Amina, de uma família de camelheiros, que havia ficado viúva semanas antes, dá à luz um menino que irá mudar o destino de seu povo. Deram-lhe o nome de Maomé, que significa “aquele que é digno de louvores”. É nessa época em que se misturam a Palavra de Moisés, a dos Evangelhos e o culto da Caaba, a pedra negra, que Maomé vai ter sua revelação. Depois de séculos de submissão a mais de trezentas divindades e de superstições animadas por djins, entidades de poderes superiores aos humanos e inferiores aos dos anjos, Maomé recebe a visita do anjo Gabriel no monte Hira, a poucos passos de Meca.

Maomé tinha 40 anos, a idade da sabedoria, e pegou o costume de meditar regularmente numa gruta. É no curso de um desses momentos reflexivos que ele recebe pela primeira vez a visita do anjo, que lhe pede que leia. “Mas o que devo ler? Inquieta-se Maomé que é iletrado. O arcanjo lhe pede que repita depois dele: “Leia, em nome do teu Senhor, que criou! Leia... porque teu Senhor é o Muito-Generoso. Ele instruiu o Homem por meio de uma pena e lhe ensinou aquilo que ele não sabia...”. É o primeiro versículo do Corão, que lhe será então revelado durante 22 anos seguidos, entre 610 e 632. Khadidja, sua mulher, crê imediatamente na sua missão e torna-se assim a primeira muçulmana da história. O anjo Gabriel lhe anuncia que ele é o “Enviado de Deus, o Profeta de Alá”. A partir daí, Maomé tem por missão recitar aos homens as palavras que o céu lhe dita. O Islã acaba de nascer, e seu livro sagrado, o Corão, será sua Bíblia (BANON, 2010, p. 135).

O profeta Maomé viveu na Arábia entre 570 e 632. Durante esse período ocorreram numerosas reviravoltas na China, na Índia e também na Europa e no Japão. Nessa região da Arábia um tanto pobre, povos diferentes tentam viver juntos. A maioria dos seus oásis é habitada por tribos judias que praticam a agricultura, e aumenta aqui cada vez mais o número de convertidos ao judaísmo. No norte da Arábia formaram-se reinos cristãos, e as conversões à fé no Deus dos cristãos são numerosas. Os homens do deserto, por sua vez, permanecem fiéis às suas crenças ancestrais. Os beduínos temem o poder dos que vivem na natureza e veneram as árvores e as pedras. Existe até mesmo em Meca, onde já se conhece um deus chamado Alá, um santuário dedicado a uma pedra negra – certamente um meteorito – que teria sido trazida pelo anjo Gabriel (BANON, 2010, p. 130).

A expansão religiosa do islamismo só veio a acontecer após a morte de seu fundador. Maomé havia planejado várias conquistas, mas não chegou a constatá-las, pois elas só vieram pelas mãos de seus sucessores, o que obviamente não obscurece o papel relevante por ele desempenhado nas primeiras décadas sob sua liderança. O islamismo se desenvolveu de forma célere, pois um século após a morte de Maomé toda a Arábia era muçulmana. Impôs-se na Europa, especialmente em Portugal e Espanha. No século XI os árabes lideravam a ciência, as artes e a literatura. Na ânsia de conquistas dominaram a Índia, invadiram o território romano e o território persa, e continuaram no avanço de conquistas até o final do século XV, quando o império otomano foi à derrocada. Paralelamente às conquistas e ao avanço bélico, os árabes não descuraram em firmar sua cultura e sua religião junto às nações conquistadas, o que justifica, em parte, o islamismo contar hoje com mais de um bilhão de fiéis, sendo superado numericamente apenas pelo cristianismo (CHIAVENATO, 2002, p. 159).

### **3.9 Tradições Orientais**

As três religiões monoteístas a que nos referimos anteriormente possuem presença significativa no Ocidente. No Oriente encontramos outras manifestações religiosas formadoras do ethos sócio-cultural daquela região. Por muitos séculos a presença destas denominações foi de proporções pouco significativas dentre os povos ocidentais, e, apenas mais recentemente temos a difusão destes preceitos de forma mais universalista.

#### **3.9.1 Hinduísmo**

O hinduísmo é uma religião universal bem antiga, que tem sua origem na Índia. A época de seu surgimento é muito imprecisa, e é muito difícil dois autores apresentarem uma mesma data sobre a fundação desta tradição oriental. A data de fundação oscila entre 700 anos a.C. a 4.000 anos a.C., segundo os estudiosos que pesquisam sobre esta tradição oriental.

Aliás, alguns se referem ao hinduísmo como uma religião, outros simplesmente aduzem a uma tradição do Oriente.

Não provém de uma revelação sobrenatural e sua origem também não tem uma referência humana, já que inexistente a figura de um fundador individualizado. “É uma religião nacional. Existe na Índia e onde há hindus, como na Indonésia, Paquistão, Birmânia, Ceilão, Malásia, África do Sul. Aqui no Brasil, os hinduístas somam poucos milhares” (MELO, 1997, p. 170).

De acordo com sua doutrina, existe um espírito universal que é a alma do mundo (Paramatman), conhecido como Brahma. É a autoridade suprema, o Pai de tudo e de todos, cuja representação o identifica com quatro rostos e quatro braços, como indicativo de sua onipotência. No sentido panteísta, como ele é a alma do mundo está presente em todas as coisas e também nos animais.

O Hinduísmo é uma síntese contínua, pragmática e inspirada; não é produto de ideologia ou doutrina rígidas. Isso é tanto sua distinção quanto sua grandeza. Embora não seja uma religião cuja origem remonte a uma revelação única, também não é uma aleatória “colcha de retalhos” feita de idéias fragmentadas (TOROPOV, 2006, p. 208).

Os hindus têm suas escrituras sagradas, seus escritos, os quais são verdadeiramente por eles reverenciados, tal é o seu zelo. Relacionamos alguns como, os Vedas, os Brâmanes, os Upanichades e os Puranas.

A vida social e religiosa na Índia se caracteriza pela ampla diversidade do sistema de castas. Na verdade são milhares de castas diferenciadas das outras pelas práticas religiosas, conjugadas a outros fatores.

Os hindus acreditam que:

\*Os Vedas apresentam ensinamentos obrigatórios e inspirados divinamente.

\*Brahman (ou o Absoluto) é essencialmente impessoal e, ao mesmo tempo, pessoal; ele é manifesto em uma variedade de formas, que são mais bem entendidas como símbolos de verdade divina.

\* O que é considerado de modo comum como a realidade – o mundo físico – é na verdade temporal, ilusório e capaz de esconder de todos, exceto das pessoas sábias, a verdade divina.

\*A doutrina do carma prega a total responsabilidade por todos os pensamentos, atos e palavras. Dificuldades e desigualdades nesta vida podem ser explicadas pelas ações e decisões tomadas em vidas passadas.

\*A doutrina da reencarnação ensina que a pessoa está presa no ciclo da vida e morte até que atinja a verdadeira percepção.



\*A vida tem quatro objetivos: justiça, prosperidade e sucesso terrenos; prazer e libertação espiritual (TOROPOV, 2006, p. 213).

### 3.9.2 Budismo

O Budismo é uma filosofia e religião que tem sua origem no Nepal, ao norte da Índia, no século VI, a.C. Seu fundador foi Sidhartha Gautama, que recebeu o cognome de Buda (o iluminado). Na verdade seu nome verdadeiro era Gautama, havendo seu pai lhe dado o apelido de Sidhartha. Deve ter vivido de 566 a 486 antes de nossa era cristã.

Tudo indica que seu pai foi um modesto fidalgo provinciano, o que contraria uma história fantasiosa que diz que ele seria um rei poderoso. Teve uma vida bastante difícil e muito jovem tornou-se pai. O fato deixou-o transtornado e o fez abandonar a família levando a vida de religioso errante, procurando a libertação dos mortos e dos nascimentos sucessivos. Durante vários anos vagueou a procura de um método, de uma maneira que o conduzisse à casa de libertação. A tradição diz que ele acabou encontrando a solução, havendo conhecido suas vidas anteriores e os nascimentos sucessivos.

O desenvolvimento do budismo aconteceu dentro do hinduísmo como um caminho particular para a salvação. Ambas, budismo e hinduísmo têm muito em comum em razão de seus conceitos, podendo aqui ser citadas as doutrinas do renascimento, do carma e da salvação. Buda vê o ser humano como alguém sujeito a sucessivos renascimentos, que compreende a lei do carma. Tanto no budismo como no hinduísmo, a lei do carma é vista como algo negativo, da qual o homem deve procurar se livrar a fim de fugir do círculo vicioso dos renascimentos.

Há uma questão importante na qual os ensinamentos de Buda diferem do pensamento hinduísta. Enquanto o hinduísmo acredita que o ser humano tem uma alma individual eterna, que sobrevive por meio das sucessivas encarnações, o budismo rompe com tal doutrina, pois acredita que o homem não possui alma, afirmando que ela é fugaz como tantas outras coisas efêmeras da humanidade.

Em relação ao número de budistas no mundo há muita imprecisão no tocante a este aspecto. Nos textos dos livros especializados o número oscila entre

200 a 400 milhões, estimando-se que a população budista aqui no Brasil assoma à casa de 300 mil.

A doutrina do Buda ensina que tudo é efêmero. Mas a vida humana nos torna aptos a conceber essa efemeridade e seguir o caminho que permite escapar dela. Por outro lado, a redenção dos pecados por Deus feito homem, centro do cristianismo, não existe no budismo. “Nenhuma falta pode ser resgatada”, teria declarado o Buda. “O homem nasce só, vive só e morre só. E é ele, sozinho, que abre o caminho que pode conduzi-lo ao *nirvana* (DELUMEAU, 2000, p. 47).

O livro sagrado do budista é o Tripitake. Destacam-se entre os seguidores de Buda, monges e monjas, os quais atingem um número bastante expressivo. Somente na Tailândia foram construídos 18 mil mosteiros que abrigam 240 mil monges.

O estudo e as pesquisas em torno das abordagens feitas neste capítulo fazem-nos sensíveis às questões suscitadas pelo pluralismo religioso. As questões levantadas por Andrés Queiruga e Hans Kung, em que pese os pontos de atrito com a dogmática cristã, devem ser objeto de estudo e reflexão por parte das lideranças cristãs. O Diálogo Inter-Religioso necessita de certa concretude em seu processo dialético, e isso já começa a exigir alguns recuos sem os quais ele não poderá avançar. E ele precisa avançar.

## Considerações Finais

A Igreja é o povo de Deus, povo resgatado por Cristo para nele chamar todos à unidade e à salvação. “Aprove, no entanto, a Deus santificar e salvar os homens, não individualmente, excluindo toda a relação entre eles, mas formando com eles um povo, que o conhecesse na verdade e o servisse em santidade”. (DOCUMENTOS DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, 2004, p.51).

Entretanto, em razão das inúmeras vicissitudes humanas surgiram dissensões no âmbito da Igreja, as quais, com seu agravamento, provocaram sérias rupturas na unidade eclesial. Em conseqüência, a Igreja por muitos séculos tem convivido com a contradição das divisões que se erigiram como contra-testemunho da fé e missão recebidas de seu fundador.

Surge o Ecumenismo com o beneplácito do Espírito Santo, com a finalidade de se empenhar na restauração da unidade de todos os cristãos, tarefa árdua, que deve ser buscada por meio do diálogo, sem o qual não encontrará a superação dos obstáculos.

O movimento ecumênico é fruto do meio missionário protestante, mas foi abraçado pela Igreja Católica no Concílio Vaticano II. Nas palavras de Brakemeier, o Concílio abriu as portas para um novo capítulo no Ecumenismo com e por parte da ICAR (2004, p. 51).

As Igrejas Cristãs logo atentaram à necessidade do estabelecimento de uma mínima estrutura, a fim de através de uma associação que as congregasse, e unidas pela confissão de fé comum, pudessem trabalhar pela unidade dos cristãos. Assim, o CONIC foi fundado em 1982, como resultado de precedentes iniciativas ecumênicas por parte das igrejas mais tradicionais, aí compreendidas as igrejas históricas brasileiras.

O CONIC vem empenhando esforços em favor de uma maior união entre as ecclesias, buscando cada vez mais ser uma resposta à vontade de Cristo pela unidade de sua Igreja. Para isto trabalha para superar os obstáculos para

reintegração da unidade, e especialmente pela manifestação da consciência de que já existe certa unidade em Cristo pelo vínculo do Batismo.

Nas conversas mantidas com lideranças do CONIC, percebe-se um estímulo cada vez maior por parte daqueles que estão envolvidos nas ações ecumênicas. O progresso alcançado é alentador, atingindo as expectativas dentro dos parâmetros esperados. Para alguns pode parecer tímida a evolução alcançada, mas isso muda de feição se levarmos em conta que as rupturas na Igreja de Cristo tiveram seu início há mais de mil de anos.

As diferenças teológicas e eclesiológicas normalmente se estabelecem através de diálogos, por vezes polêmicos, porém a serenidade e o bom senso são preponderantes. O Espírito Santo que é o Senhor que dá a vida e arranca o que divide, tem movido os corações. A controvérsia, cada vez mais dá lugar ao diálogo. O anátema dá lugar à reconciliação.

Entretanto, é insofismável que não obstante o progresso conseguido pelo diálogo teológico, ainda é pequena a ressonância deste na consciência de muitos cristãos em suas comunidades locais. O tema ecumenismo é desconhecido pela grande maioria dos católicos, apenas para exemplificar uma realidade que conhecemos de perto.

Uma grande parcela de alunos católicos do Curso de Teologia, somente começa a ter uma noção mais precisa sobre a questão ecumênica, quando passa a cursar a disciplina curricular. E como não deixa de ser natural, após as primeiras informações sobre a temática não se sentem inclinados à aceitação dos ensinamentos ecumênicos. Somente após um certo período de tempo é que começam a mudar seus errados conceitos a respeito de seus irmãos de outras confissões religiosas. Urge a premência em se alterar esse quadro, pois ecumenismo não é modismo, é convicção evangélica inerente a todo cristão, que precisa ser vivenciada, incorporada e assumida, a fim de testemunhar aos irmãos seu amor incondicional, independente de sua confissão religiosa. Para tanto, é necessário que sacerdotes, reverendos e pastores, utilizem seus púlpitos e sua palavra para fazer germinar no coração de seus fiéis, o interesse afável pelo outro, que por pertencer a uma outra confissão religiosa, lhe parece diferente e hostil no campo religioso.

A presente pesquisa cuidou em conhecer a realidade prática do ato de reconhecimento mútuo do sacramento do batismo, por parte das igrejas cristãs ligadas ao CONIC. Apenas para situar o ato formal, no dia 15 de novembro de 2007, na cidade de São Paulo, foi firmado o Ato de Reconhecimento Mútuo da Administração do Sacramento do Batismo entre Igrejas Membro do CONIC. Mediante o mencionado documento, as igrejas pactuantes passaram a reconhecer mutuamente o Batismo administrado nas respectivas Igrejas. Em caráter informal contactamos com pastores e sacerdotes das diversas Igrejas, da cidade de Brasília-DF, e estamos convictos pelos diálogos mantidos, que as igrejas comprometidas vêm assumindo o pactuado, não somente pela firmação do acordo, mas pela convicção teológica que possuem, não havendo qualquer reserva em relação às igrejas acordantes.

É sensível perceber nas igrejas cristãs um certo retraimento, ou pelo menos, uma velada cautela, na tomada de posição em relação a uma efetiva ação ecumênica e à impulsão ao diálogo inter-religioso. É próprio, principalmente por parte da Igreja Católica, examinar a longo prazo, com zelo e acuidade, toda e qualquer reflexão teológica que implique em orientações que difiram das já conhecidas e amadurecidas por seus fiéis cristãos, o que não significa inflexibilidade em suas convicções. O panorama teológico apresentado pelos dois autores acima mencionados, figuras de realce na hierarquia católica, propugna por uma revisão na teologia, na eclesiologia e na cristologia, o que convenhamos, não nos parece algo factível, em razão da sistematizada e arraigada doutrina cristã.

A questão gira em torno do pluralismo religioso, objeto de estudo da Teologia das Religiões, que consiste num estudo sistemático das religiões não cristãs, que visa relacionar seus conteúdos essenciais à verdade revelada do cristianismo (LACOSTE, 2004, p.1514). Tal questão mereceu uma análise percuciente no 3º capítulo do presente trabalho, e ora é levantada, apenas para suscitar aos interessados no novo campo teológico, um estudo mais aprofundado, não sendo difícil prognosticar os embates teológicos que deverão se arrastar por muito tempo, em razão da posição já definida pela Igreja Católica.

O Concílio Vaticano II muito favoreceu o Diálogo Inter-Religioso. O Papa Paulo VI criou uma Comissão autônoma para o Diálogo Religioso com o

Judaísmo, e ainda um Secretariado para os não-cristãos, com uma comissão específica para as relações com o islamismo. O mencionado Secretariado passou posteriormente a ser denominado Conselho Pontifício para o Diálogo Inter-Religioso.

## Referências

- A BÍBLIA – Tradução Ecumênica. São Paulo: Loyola, 2002.
- A BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2003.
- ALBERIGO, G. *Breve História do Concílio Vaticano II*, Aparecida: Ed. Santuário, 2006.
- \_\_\_\_\_. (Org.) *História dos Concílios Ecumênicos*. São Paulo: Paulus, 2005.
- BANON, P. *Para conhecer melhor as Religiões*. São Paulo: Claro Enigma, 2010.
- BARROS, M. *O Espírito vem pelas águas. A água e a espiritualidade ecumênica*. Goiânia: Ed. Rede; São Paulo: Loyola, 2003.
- BARTH, K. *Batismo em diferentes Visões*. São Paulo: Fonte editorial, 2004.
- BELLOSO, J. *Os Sacramentos, símbolos do Espírito*. São Paulo: Paulinas, 2005.
- BOROBIO, D. *Celebrar para Viver*. São Paulo: Loyola, 2009.
- BORTOLLETO, F. (Org.) *Dicionário Brasileiro de Teologia*. São Paulo: ASTE, 2008.
- BRAKEMEIER, G. *Preservando a Unidade do Espírito no Vínculo da Paz*. São Paulo: ASTE, 2004.
- CAIRNS, E. *O Cristianismo através dos séculos*. São Paulo: Vida Nova, 2008.
- CAMBÓN, E. *Fazendo Ecumenismo*. São Paulo: Cidade Nova, 1994.
- CRAWFORD, R. *O que é Religião?* São Paulo: Vozes, 2005.
- CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. 9ª ed. São Paulo: Loyola, 2004.
- CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. São Paulo: Loyola, 1983.
- CONSELHO NACIONAL DAS IGREJAS CRISTÃS DO BRASIL. *Ato de Reconhecimento mútuo da administração do sacramento do Batismo entre as Igrejas-membro do CONIC*. Disponível em: <<http://www.conic.org.br/pub/Ato%20de%20reconhecimento%20mutuo%20do%20batismo.pdf>>. Acesso em: 07/07/2008.
- CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A PROMOÇÃO DA UNIDADE DOS CRISTÃOS. *Diretório para a Aplicação dos Princípios e Normas sobre o Ecumenismo*. São Paulo: Paulinas, 2004.
- DIANICH, S. *Tratado sobre a Igreja*. São Paulo: Santuário, 2007.

- DOCUMENTOS DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. São Paulo: Paulus, 2004.
- DOUGLAS, J. D. (Org.). *O Novo Dicionário da Bíblia*. São Paulo: Vida Nova, 2006.
- ELIADE, M. *O Sagrado e o Profano*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- ELWELL, W. *Enciclopédia Histórico-Teológica da Igreja Cristã*. São Paulo: Vila Nova, 2009.
- FITZGERALD, M. *A Unidade, Desejo de Deus*. São Paulo: Cidade Nova, 2009.
- FRANGIOTTI, R. *História das Heresias*. São Paulo: Paulus, 2004.
- TEIXEIRA, F. In: <http://fteixeira-dialogos.blogspot.com/2010/04/fundamentos-e-possibilidades-do-dialogo>. Acesso em: 12 dez. 2010.
- GAARDER, J. *O Livro das Religiões*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- GIBELLINI, Rosino. *A Teologia do Século XX*. São Paulo: Loyola, 2002.
- GOEDERT, V. *Teologia do Batismo*. São Paulo: Paulinas, 1988.
- GRUDEM, W. *Teologia Sistemática*. São Paulo: Vida Nova, 2006.
- GUIA ECUMÊNICO. São Paulo: Paulus, 2003.
- HILL, J. *História do Ecumenismo*. São Paulo: Rosari, 2009.
- HORTAL, J. *E haverá um só rebanho*. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- KASPER, W. *Guia para uma espiritualidade ecumênica*. São Paulo: Paulinas, 2007.
- KHATLAB, R. *As Igrejas Orientais*. 2ª ed. São Paulo: Ave Maria, 2006.
- KNITTER, P. *Introdução às Teologias das Religiões*. São Paulo: Paulinas, 2008.
- KLEIN, C. J. *Os Sacramentos na Tradição Reformada*. São Paulo: Fonte Editorial, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Curso de História da Igreja*. São Paulo: Fonte Editorial, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Batismo e Rebatismo nas diversas tradições cristãs*. São Paulo: Fonte Editorial, 2010.
- KUNG, H. *Religiões do Mundo: em busca dos pontos comuns*. Campinas: Verus, 2004.
- LACOSTE, J-Y (Dir.). *Dicionário Crítico de Teologia*. São Paulo: Paulinas/Loyola, 2004.
- LOSSKY, N. et al. *Dicionário do Movimento Ecumênico*. Petrópolis: Vozes, 2005.



- MANZANARES, C. V. *Dicionário Histórico do Cristianismo*. Aparecida: Santuário, 2005.
- MARSILI, S. *Sinais do Mistério de Cristo*. São Paulo: Paulinas, 2010.
- McKENZIE, J. L. (Org.) *Dicionário Bíblico*. São Paulo: Paulus, 2003.
- NAVARRO, J. B. *Para compreender o ecumenismo*. São Paulo: Loyola, 1995.
- NERY, I. *Catequese com adultos e catecumenato*. 2ª ed. São Paulo: Paulus, 2001.
- NOVO DICIONÁRIO DE TEOLOGIA. São Paulo: Paulus, 2009.
- OLIVEIRA, J. J. de. *Batismo: uma abordagem do rito como questão de fé para a incorporação à Igreja*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2003.
- ONATIBIA, I. *Batismo e Confirmação*. São Paulo: Paulinas, 2007.
- OTTO, R. *O Sagrado*. São Bernardo do Campo: Imprensa Metodista, 1985.
- OTZEN, B. *O Judaísmo na Antiguidade*. São Paulo: Paulinas, 2003.
- OVERMAN, J. *O Evangelho de Mateus e o Judaísmo Formativo*. São Paulo: Loyola, 1997.
- PEDROSA, V. M<sup>a</sup>, et al. *Dicionário de Catequética*. São Paulo: Paulus, 2004.
- PIAZZA, W. *Religiões da Humanidade*. São Paulo: Loyola, 2005.
- PIERRARD, P. *História da Igreja*. São Paulo: Paulus, 2006.
- PONTIFÍCIO CONSELHO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO, *Diálogo e Anúncio*, São Paulo: Paulinas, 1999.
- QUEIRUGA, A. *O Diálogo das Religiões*. São Paulo: Paulus, 2005.
- RAHNER, K. *Curso Fundamental da Fé*. São Paulo: Paulus, 1989.
- REIMER, I. V. *Como fazer trabalhos acadêmicos*. Goiânia: Ed. da UCG, São Leopoldo: Oikos, 2007.
- RIBEIRO, S. *Ecumenismo: Simples tolerância ou um estilo de vida*. São Paulo: Cidade Nova, 2002.
- ROCCHETTA, C. *Os Sacramentos da Fé*. São Paulo: Paulinas, 1991.
- SCHNEIDER, T. (Org.) *Manual de Dogmática*. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 2 vol.
- SOARES, A. (Org.) *Dialogando com Jacques Dupuis*. São Paulo: Paulinas, 2008.
- STORNILO, I. *Como ler o Evangelho de Mateus*. São Paulo: Paulus, 1991.

- ROSSINI, G. *A Teologia do Século XX*. São Paulo: Ed. Loyola, 2002.
- SADA, R. *Curso de Teologia dos Sacramentos*. Lisboa: Rei dos Livros, 1998.
- SAMUEL A. *As Religiões Hoje*. São Paulo: Paulus, 2003.
- SCHERER, B. *As Grandes Religiões*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- TEIXEIRA, F. (Org.) *O Diálogo Inter-Religioso como afirmação da vida*. São Paulo: Paulinas, 1997.
- \_\_\_\_\_. Diálogo. Disponível em: [HTTP://www.dialogos.blogspot.com/2010/04/fundamentos-e-possibilidades-do-dialogo](http://www.dialogos.blogspot.com/2010/04/fundamentos-e-possibilidades-do-dialogo). Acesso em: 6 de janeiro de 2011
- TINCQ, H. *As Grandes Religiões do Mundo*. Lisboa: Texto&Grafia, 2010.
- VERCRUYSSSE, J. *Introdução à Teologia Ecumênica*. São Paulo: Loyola, 1998.
- VOCABULÁRIO DE TEOLOGIA BÍBLICA. São Paulo: Vozes, 2002.
- WALKER, W. *História da Igreja Cristã*. São Paulo: Aste, 2006.
- WEBER, M. *Economia e Sociedade*. São Paulo: UNB, 2004.
- WOODS, T. *Como a Igreja Católica Construiu a Civilização Ocidental*. São Paulo: Quadrante, 2008
- WOLFF, E. *Caminhos do Ecumenismo no Brasil*. São Paulo: Paulus, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Utopia da Fé*. Florianópolis: Ir ao Povo, 2008.
- ZAGHENI, G. *A Idade Moderna – Curso de História da Igreja, III*. São Paulo: Paulus, 1999.
- ZILLES, U. *Os Sacramentos da Igreja Católica*. 3ª ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2005.